







Fundador: **Francisco Pinto Balsemão**

Expresso

20 de setembro de 2024
2708 • • Semanário

Diretor: **João Vieira Pereira**
Diretores-Adjuntos: David Dinis, Martim Silva, Miguel Cadete e Paula Santos
Diretor de Arte: Marco Grieco

expresso.pt



FOTO RUI DUARTE SILVA

INVESTIGADORES DA PJ E DA GNR DESMENTEM TESE DE MONTENEGRO

Primeiro-ministro falou em "interesses que sobrevoam" os incêndios florestais. Forças de segurança dizem não ter provas disso P5a9

REPORTAGEM: "NEM OS BOMBEIROS ENTRAVAM NEM NÓS SAÍAMOS"

SEM GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS HÁ UM BARRIL DE PÓLVORA

EM QUATRO DIAS ARDERAM 92 MIL HECTARES, NO RESTO DO ANO FORAM SÓ 17 MIL

PREVÊ-SE QUE CHOVA MENOS 50 POR CENTO ATÉ DEZEMBRO

24h

País de luto pelos incêndios

O Governo decretou um dia de luto nacional nesta sexta-feira pelas vítimas dos incêndios desta semana.

Fundação Obama escolhe português

Ricardo Baptista Leite é o primeiro "Obama Leader" português. O atual diretor executivo (CEO) da HealthAI, uma organização global dedicada a promover o uso responsável de inteligência artificial na saúde, está entre os 36 líderes selecionados pela Fundação Obama para integrar o programa "Leaders Europe".

Há 1.044.606 imigrantes legais

Lisboa	162.553
Sintra	63.220
Cascais	42.823
Amadora	35.858
Porto	35.653
Loures	32.263
Almada	25.712
Loulé	22.725
Braga	21.098
Oeiras	19.708

Residentes duplicaram em cinco anos. Brasileiros são a maior comunidade (35%) e Lisboa é o concelho com mais imigrantes. P21

"Blitz" celebra 40º aniversário

Xutos & Pontapés, Capitão Fausto, Gisela João e MARO são os artistas já anunciados para a festa de aniversário da "Blitz", marcada para 12 de dezembro, na Meo Arena, em Lisboa. Os bilhetes já estão à venda.

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos: **ECONOMIA, REVISTA E** e ainda EXPRESSO BPI GOLF CUP

Rapaz que agrediu colegas pesquisava *sites* nazis

Aluno da Escola Básica da Azambuja pode ser internado num centro educativo. Medida divide especialistas

Aluno está em observação na urgência de pedopsiquiatria do Hospital Dona Estefânia, em Lisboa, à guarda da PJ. O Ministério Público abriu um processo tutelar educativo. A medida mais severa que poderá ser aplicada ao jovem é o internamento num centro educativo em regime fechado por um período até três anos. P16

António Mexia escondeu 6 milhões em *offshore*

Ex-CEO da EDP **depositou fortuna em dólares nas Ilhas Virgens Britânicas** Ministério Público desconhecia existência da *offshore* Mexia **é arguido desde 2017** por suspeitas de corrupção E9

Maria Luís Albuquerque foi escolhida em abril

Ex-ministra foi a Bruxelas antes de ser anunciada comissária. Os perigos da 'pasta crucial' P10

Walkie-talkies e *pagers* são novas armas de Israel

Ataques em dias seguidos usando aparelhos comprados pelo Hezbollah atingem civis P28

Paula Santos

Olhar para a árvore e não ver a floresta

Em junho deste ano, a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais apontava uma conclusão no relatório de trabalho de 2023: o investimento na prevenção dos fogos teve um corte de 62 milhões de euros. Na notícia que publicámos no Expresso sublinhava-se o passo atrás, que teria sido compensado em parte pelo investimento no combate direto aos incêndios (mais 16 milhões, justificados por uma aposta maior nos gastos com meios aéreos).

A leitura do relatório entregue à AR e ao Governo permitia concluir que a mudança contrariava o rumo definido depois da tragédia de 2017 e já levantava dúvidas sobre os efeitos no terreno. Mais, assegurava o presidente da AGIF ao Expresso, a opção por mais meios aéreos, feita sob "pressão" da opinião pública, não garantia "nem mais eficiência nem eficácia". Junte-se a este cenário o facto de não se terem atingido as metas em termos de limpeza dos terrenos e os avisos de Tiago Oliveira ganham, à luz destes dias, outro peso.

Não há dúvida de que a estratégia traçada depois dos incêndios de junho e outubro de 2017 representou uma importante mudança na forma como se atuou na prevenção. Houve avanços na organização dos meios, no registo do cadastro da propriedade rústica e nas ações preventivas dos municípios, o que resultou numa diminuição das ignições e dos incêndios.

E eis que chegamos a setembro de 2024 e às imagens de uma população em desespero a atirar baldes de água contra o avanço avassalador de um incontrolável muro de chamas. Revisitamos um passado do qual procuramos distância, regressamos aos pedidos de ajuda sem resposta, aos alertas pela falta de meios e aos tempos de incerteza. E não faltaram sinais de aviso.

A combinação de altas temperaturas, vento forte e terreno seco foram combustível para os incêndios florestais na Grécia em 2023, considerados pelo Observatório Europeu de monitorização do clima os mais graves na Europa nos últimos 20 anos. O Copernicus aponta 2024 como o verão mais quente desde que há registo. Há notícias sobre violentos fogos em Itália, Albânia e Macedónia do Norte. A Amazónia enfrentou o pior incêndio em décadas e na Califórnia mais de 10 mil residentes receberam ordem para abandonar as casas.

Perante fenómenos naturais cada vez mais imprevisíveis, impõe-se um combate sem tréguas que não pode ser deixado ao sabor das circunstâncias. A estratégia a definir tem de ser um imperativo de um país, sem estar sujeita aos sobressaltos de alternâncias políticas e de diferentes perspetivas ideológicas. Antes de mais, porque começa por ser uma questão de educação e civismo. Há hábitos que é urgente repensar em períodos de risco (recordo o exemplo do violento incêndio na Madeira, supostamente causado pelo lançamento de foguetes). Não bastam os alertas da Proteção Civil, a resposta da ajuda internacional e a

Perante fenómenos naturais cada vez mais imprevisíveis, impõe-se um combate sem tréguas

reação musculada de um Governo que deslocou para o local uma equipa de peso para maior eficácia nas decisões e promete — e bem — mão pesada para eventuais responsáveis, deixando suspeitas vagas no ar.

A tarefa é complexa e tem vertentes variadas. É preciso avaliar a necessidade de uma verdadeira reforma florestal, fazer contas à real capacidade dos bombeiros e dos meios de que dispõem, ultrapassar burocracias que ainda impedem avanços na habilitação de herdeiros de prédios rústicos e garantir um olhar centralizado de todas as áreas abrangidas para minimizar as falhas.

A disponibilidade de Pedro Nuno Santos para apoiar alterações legislativas pode ser um passo na concretização de uma verdadeira reforma. É importante que tenha acolhimento do lado de Montenegro e não se perca, de um lado e do outro, no passa-culpas de responsabilização que muitas vezes marca o debate político.

paulasantos@expresso.impresa.pt

Duelo — Produção tem-se acumulado e os preços estão a baixar. O sector está sob pressão e pede ao Governo medidas urgentes de apoio

Pedro Kendall
Membro do Conselho Interprofissional do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP)





Frederico Falcão
Presidente da Viniportugal

Portugal está a produzir vinho a mais?

SIM Portugal produz vinho a mais. Portugal só vai deixar de produzir vinho a mais quando se verificar: que a uva tem preço adequado, que o vinho tem preço adequado e, claro, que a vinha tem preço adequado.

Na minha região demarcada (Douro), as legalizações, transferências de outras regiões demarcadas e novas autorizações conduziram a região a uma permanente pressão negativa sobre o preço da uva. No resto do país a situação é idêntica ou pior. Preços estagnados e a dúvida sobre o crescimento da área de vinha nas últimas décadas. Embora a estatística não o diga, fica a dúvida se as perdas de áreas anunciadas são reais ou "limpeza administrativa".

Alterações na cultura da vinha, que passou do regime de sequeiro para uma cultura de regadio em grande parte do país, permitiu a extensão da área cultivada para zonas que habitualmente produziam outro tipo de culturas e claro, aumentos nas produções unitárias. Esse aumento foi acompanhado pela cativação por parte do Estado de importantes verbas destinadas à promoção (que não foi feita), pagas em exclusivo pelo sector e por um regime de "portas abertas" à importação de vinhos baratos, mostos amuados e concentrados. Está assim lançado o cenário perfeito para chegar onde estamos.

Apesar dos dados da exportação nacional serem positivos (em euros), temos vindo a assistir a uma degradação do preço do vinho e em particular da uva, que mesmo em anos de pouca produção não vê o mercado a funcionar e pouco ou nada sobe de preço. O lavrador sabe que pagou taxas (diretamente ou descontadas) e vê que elas são usadas para promover exportação de vinhos importados — sim, se há IG (Indicação Geográfica) com 15% de vinhos importados, 15% são reexportados com os nossos recursos e no caso do vinho sem denominação a situação pode ser ainda pior. A Viniportugal teve alguma preocupação com isso? E as Comissões Vitivinícolas Regionais? E o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV)? No mercado nacional, assistimos a uma pressão enorme sobre os preços, especialmente por parte das grandes superfícies, e ao crescimento do fenómeno das marcas brancas, onde a questão é ainda mais grave.

Não é por acaso que a vinha é historicamente uma cultura condicionada no nosso país e em grande parte da Europa. Se há lavradores sem comprador para as uvas e produtores ou cooperativas para os seus vinhos, é claro que se está a produzir demasiado. Como é possível, neste ano, o IVV ter atribuído milhares de hectares de novas autorizações de plantação a regiões demarcadas que se candidataram a destilações de crise?

Se há lavradores sem comprador para as uvas e produtores ou cooperativas para os seus vinhos, é claro que se está a produzir demasiado

Países como Espanha, França, EUA, Chile, Argentina, Austrália estão a debater-se com iguais problemas de excesso de *stocks*

NÃO Portugal não está a produzir vinho em excesso. Os dados dos últimos cinco anos são claros e revelam uma produção média de 690 milhões de litros. No mesmo período, a nossa exportação média foi de 320 milhões e o consumo de 530 milhões. Ora, somando os dados do consumo com os da exportação, temos 850 milhões, para uma produção média de 690 milhões. Ou seja, a nossa produção é inferior às nossas necessidades de vinho. O problema reside no aumento das importações de vinho a granel, num volume muito superior às nossas necessidades, o que tem levado a que as adegas fiquem com muito vinho em *stock*. Também importa salientar que nos últimos 3 anos tivemos duas colheitas acima da média, perto dos 750 milhões de litros, sem que as importações tivessem abrandado, o que agravou ainda mais a acumulação dos *stocks*.

Este cenário não é exclusivo de Portugal. Países como Espanha, França, Estados Unidos, Chile, Argentina, Austrália entre outros, estão a debater-se com iguais problemas de excesso de stocks. Claro que as causas divergem, mas este é um problema global. Temos vindo a assistir, nos últimos anos, a uma quebra no consumo mundial de vinho, acentuada pela queda de mercados como China, EUA ou Canadá.

É importante lembrar que a importação de vinho para consumo em Portugal é legal e faz parte de um mercado livre. Na Viniportugal, trabalhamos para promover os vinhos portugueses pelo mundo fora e aumentar as exportações, ao mesmo tempo que lutamos contra práticas protecionistas que dificultam as importações. Num mercado livre e aberto, não podemos nem devemos impedir as importações. O que defendemos é a clara e correta informação ao consumidor, para que o mesmo não seja iludido quanto ao produto. Existem muitos vinhos no mercado, cuja origem é a importação, mas em que a marca e a embalagem iludem os consumidores, sugerindo que são produtos nacionais e, muitas vezes, com imagens e nomes que se confundem com as nossas regiões vitivinícolas. Defendemos a transparência no mercado, para que os consumidores tenham informações corretas e não sejam enganados quanto à origem do produto, que é o que estamos a assistir. Apesar da crise atual, que poderá levar ao abandono de muitos produtores com graves consequências económicas e sociais, mantemos uma visão otimista sobre o futuro do sector vinícola em Portugal.

A Semana

Por **Martim Silva**
mgsilva@expresso.impresa.pt

INCÊNDIOS
Oito mortos, mais de 60 mil hectares ardidos, populações em pânico, casas e empresas destruídas. Uma semana negra como há anos não vivíamos. O Governo criou uma equipa ministerial para dar resposta, Montenegro anulou agenda e congresso do PSD, e ainda realizou um Conselho de Ministros extraordinário.

COMISSÃO
O processo não foi fácil (para mais com a demissão do francês Breton no início da semana), mas Ursula von der Leyen já apresentou o seu elenco 'ministerial' para a Comissão Europeia nos próximos cinco anos. Tem seis vice-executivos. E a portuguesa Maria Luís Albuquerque ficou com a pasta dos Serviços Financeiros.

SEAN COMBS
O cantor milionário conhecido como Diddy (antes era Puff Daddy) foi acusado criminalmente nos EUA de liderar uma rede criminal de ameaças e abusos sobre mulheres.

PAGERS
Sabia que ainda existiam aqueles aparelhinhos pré-telemóveis para usar à cintura e sermos contactados? Esta semana foram notícia depois da detonação de *pagers* de elementos do Hezbollah que provocaram a morte de nove pessoas, e feriram outras 2800. O movimento terrorista apoiado pelo Irão de imediato veio dizer que se tinha tratado de um ataque israelita.

AZAMBUJA
Uma criança de 12 anos, filha de uma professora, entrou na escola de colete à prova de bala e com uma faca na mão e atacou a eito alunos e funcionários, fazendo seis feridos. O caso, chocante, foi às portas de Lisboa, na Azambuja.

EMMYS
A série "Shogun" foi a primeira de língua não inglesa a vencer o Emmy de Melhor Série Dramática, depois de ter chegado a esta edição dos prémios da Academia de Televisão como a mais nomeada, com 25 indicações. Foi a grande vencedora do ano.

FLORIDA
Um ataque, domingo à tarde, num campo de golfe da Florida, propriedade de Donald Trump, foi o segundo no espaço de dois meses contra o candidato republicano à Casa Branca. O atacante, Ryan Routh, não terá sequer chegado a disparar e foi detido pelas autoridades.

META
A Meta, empresa de Zuckerberg, proprietária do Facebook, decidiu banir das suas redes sociais um conjunto de órgãos de *media* estatais russos que levam a cabo operações de desinformação.

FRANÇA
Prosseguiu em França o julgamento de um dos mais macabros casos dos últimos tempos, em que Dominique Pélicot é acusado de sedar a mulher para ser violada por dezenas de homens (51 estão no banco dos réus). Em tribunal, Pélicot confessou: "Sou um violador."

Miguel Sousa Tavares

Os homens devem estar loucos

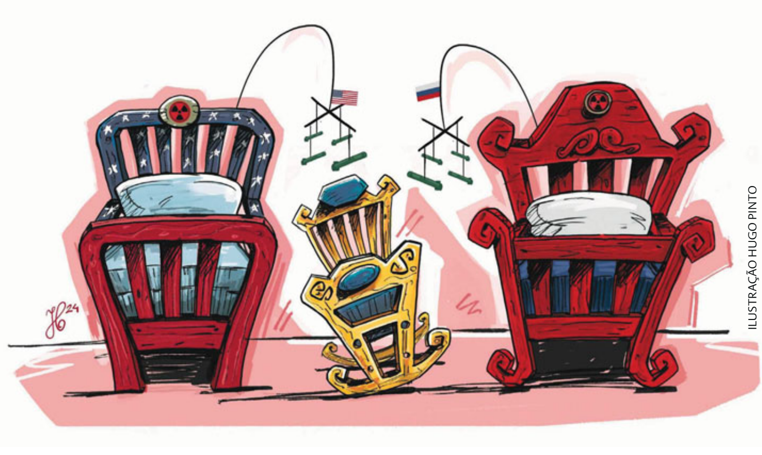


ILUSTRAÇÃO HUGO PINTO

No “Fórum TSF”, discutindo-se o envio de armas de longo alcance para Kiev, com a finalidade de serem utilizadas contra território russo, e as possíveis represálias de Moscovo a essa escalada da guerra, um ouvinte, corajosamente sentado na sua secretária, opinava, seguro, que nada havia a temer: mesmo que Putin levasse avante a sua ameaça de recorrer a armas nucleares, e se bem que o arsenal russo seja o maior do mundo, a superioridade tecnológica ocidental garantiria a vitória final. Uma douta opinião, por muitos partilhada, mas que assenta em duas presunções, uma abusiva, a outra simplesmente idiota. A presunção abusiva é a habitual, a de que cada vez que Putin abre a boca está a ameaçar com armas nucleares. Curiosamente, nunca o fez, pelo menos explicitamente, mas são sempre os *media* e os dirigentes ocidentais que põem a ameaça nuclear na boca dele: ou porque lhes interessa para efeitos de propagada ou porque acham mesmo, e temem, que essa possa ser a resposta fatal a cada novo passo do engajamento da NATO na guerra da Ucrânia. O que Putin disse desta vez foi que o fornecimento de mísseis de longo alcance a Kiev por parte de países membros da NATO, acompanhado da licença do seu uso contra território russo, equivaleria a uma declaração de guerra da NATO à Rússia, a qual “acarretaria consequências”. Sem perder tempo, essas “consequências”, tal como no passado, foram imediatamente traduzidas pela ameaça de utilização da arma nuclear. Quanto à presunção simplesmente idiota do ouvinte da TSF, ela consiste em imaginar que uma guerra nuclear na Europa, entre a NATO e a Rússia, se limitaria ao território da Ucrânia e que dela restariam vencedores e vencidos.

Como é que chegámos aqui, a este patamar de insanidade geral, com os nossos governantes a acumularem passos cada vez mais próximos do caminho de uma terceira guerra mundial, sem que os povos sejam esclarecidos e consultados? Que Putin o faça com o seu povo, ninguém estranha: é um ditador. Mas, e as democracias? Ainda agora vimos o novo PM inglês, o trabalhista Keir Starmer, correr a Washington para suplicar a Biden que junte os ATACMS americanos aos Storm Shadow ingleses e aos mísseis franceses para uma tempestade de fogo sobre os céus da Rússia. Acrescentou que se trata apenas de “ajudar a Ucrânia a enfrentar o inverno” e a conseguir prosseguir a guerra em pé de igualdade. O louco não só quer continuar a guerra sem fim à vista como ainda acredita, ou finge acreditar, que a Ucrânia pode vencer a guerra, mesmo quando já não dispõe de soldados que queiram combater e civis que queiram continuar a viver debaixo de bombardeamentos e escombros. Como disse o Presidente mexicano, López Obrador, a mensagem do Ocidente para Kiev continua a ser “vamos continuar a guerra, com as nossas armas e os vossos mortos”. No que à Inglaterra respeita, esta tem sido, aliás, uma política consequente e consensual: foi o antigo PM Boris Johnson quem, ao segundo mês de guerra, foi expressamente a Kiev dizer a Zelensky que não assinasse o acordo de paz com a Rússia, já negociado em Ancara, pois que era possível correr com a Rússia da Ucrânia à força, com os meios que os países da NATO poriam à sua disposição. O mesmo Boris Johnson que depois de sair de Downing Street se dedicou a correr mundo dando conferências sumptuosamente pagas para defender a continuação da guerra, onde os ucranianos combatiam em defesa das propostas e dos honorários dele... Mais tarde, foi o secretário da Defesa americano, Lloyd Austin, quem foi a Kiev reforçar a mensagem ocidental, explicitando que o objectivo final da guerra da Ucrânia não era apenas correr com os russos de lá, mas enfraquecê-los de tal maneira que de futuro não mais se atrevessem a aventuras militares: fora de combate.

> **Atravessámos décadas de Guerra Fria a evitar cuidadosamente que qualquer dos lados fosse levado a sentir-se ameaçado ao ponto de perder a cabeça e carregar no botão. E agora andam a brincar com o fogo, testando até onde irá o sangue-frio e o juízo de alguém que eles próprios classificam como louco e assassino. Quem são os loucos, então?**

Nesta estratégia de tudo pela guerra, nada pela paz, a Inglaterra andou sempre um passo à frente dos Estados Unidos, mas, com a surpreendente colaboração de Macron, foram conseguindo arrastar Biden, hesitando sempre primeiro, acabando por aceitar depois: conselheiros militares, partilha de informações sensíveis, sistemas de mísseis, tanques de última geração, F-16 e — é só esperar uns dias — os mísseis de longo alcance para atacar território russo. Tudo o que Zelensky tem pedido, mais tarde ou mais cedo, tem obtido. Só lhe falta, e já o lamentou, não dispor de armas nucleares — o que é uma ironia histórica, pois que, quando a Rússia deu a independência à Ucrânia, a grande preocupação ocidental foi justamente que Moscovo não deixasse para trás, em mãos ucranianas, as armas nucleares que ali tinha estacionadas.

A guerra da Ucrânia, evitável desde antes do início da invasão russa, tem sido a ruína da Europa: arruinamo-nos para comprar armas aos Estados Unidos e depois fornecê-las à Ucrânia (70% delas), vimos a Alemanha, o motor económico europeu, gripar devido ao fim das importações de petróleo e gás russo com a sabotagem dos oleodutos Nordstream (onde pára o inquérito, aberto há mais de ano e meio?), pagámos a guerra com inflação, com energia mais cara, com o fim do mercado importador russo, com dez passos atrás nas políticas de descarbonização, com uma descolagem brutal na competitividade da economia europeia face às dos Estados Unidos, China ou Índia: está tudo no Relatório Draghi, só não se diz porquê. Mas, graças ao alinhamento militante de uma imprensa submissa a acrítica como nunca tinha visto, a própria palavra paz tornou-se símbolo de rendição, quando não de conivência com Putin, e até, numa curiosa inversão de valores, um sinal de falta de solidariedade com os ucranianos que já morreram e os que ainda vão morrer. Um por um, todos os que ousaram tentar ou sugerir um acordo de paz para pôr fim à guerra, foram politicamente exterminados, as suas palavras deturpadas, as suas intenções vilipendiadas: Erdogan, o ex-PM israelita, Xi Jinping, o Papa Francisco, Lula da Silva, o Presidente do México, quem quer que não professasse o credo da guerra para sempre e até à vitória final. Nunca tantos se deixaram arrebanhar tão facilmente durante tanto tempo.

Para nos assustar e convencerem da sua razão, dizem-nos que se Putin não for contido, acabará sentado em Kiev, e não ficará por aí, como garantiu Kamala Harris. Nenhum dado, nenhum relatório de serviços secretos, nenhuma tese de observadores independentes, nenhuma análise séria e lógica confirma tal dedução, mas isso o que interessa? Mais depressa e com mais razões Putin concluirá que os mísseis de longo alcance disparados contra a Rússia não se deterão em objectivos militares ou estratégicos e rapidamente estarão a visar Moscovo ou São Petersburgo — e, aí sim, entrará em vigor a doutrina nuclear russa, que é conhecida e idêntica à das potências nucleares ocidentais. Então, o que esperam, o que querem estes loucos que nos governam? Atravessámos décadas de Guerra Fria a temer que qualquer estúpido acidente de percurso levasse alguém, de qualquer dos lados, a carregar no botão vermelho. A evitar cuidadosamente que qualquer dos lados fosse levado a sentir-se ameaçado ao ponto de perder a cabeça e carregar no botão. E agora andam a brincar com o fogo, testando até onde irá o sangue-frio e o juízo de alguém que eles próprios classificam como louco e assassino, como disse Biden. Quem são os loucos, então?

Outra das teses da propaganda dos discípulos da NATO é a de que qualquer negociação implicaria a cedência de territórios ucranianos. Porquê? Porque Putin o disse. Disse, sim, como Zelensky disse que exigiria a devolução da Crimeia. Qualquer negociação começa assim, com posições extremadas de ambos os lados, e o papel dos negociadores é levá-los a perceber, neste caso, que um acordo no meio termo é melhor para ambos do que uma guerra sem fim. É muito fácil estar sentado aqui, no extremo ocidental da Europa a pregar que a NATO dispare os seus mísseis e não se preocupe com as armas nucleares de Moscovo. Mas se ele estivesse numa aldeia da Ucrânia, à mercê de bombardeamentos diários, a ver a sua casa destruída, os seus familiares e vizinhos mortos e uma vida sem outro futuro pela frente, quem sabe não acabaria a desejar a vitória de Trump nas eleições americanas? “A vida é uma história contada por um idiota”, escreveu Shakespeare.

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia

ALTOS



André Fernandes
Comandante nacional da Proteção Civil

Ainda é cedo para fazermos um balanço com o retrato final do combate às chamas que incendiaram várias zonas do país. Mas é importante destacar todo o trabalho que as diversas forças de emergência têm vindo a desempenhar. As operações dos bombeiros, uma vez mais incansáveis no terreno, estiveram debaixo da alçada da Proteção Civil, e foi André Fernandes quem se encarregou de trabalhar e partilhar a informação sobre a evolução dos incêndios. Uma gestão que não foi isenta de críticas, justificadas pelo responsável com a complexidade dos problemas encontrados.



Maria Luís Albuquerque
Comissária europeia para os Serviços Financeiros

A aposta de Montenegro na ex-ministra das Finanças de Passos Coelho acabou por ser recompensada na distribuição de cargos feita pela presidente da Comissão Europeia. Maria Luís Albuquerque foi escolhida para a gestão de uma pasta económica de relevo, central para a estratégia de competitividade imposta por Ursula von der Leyen. Maria Luís Albuquerque terá ainda de passar pela audição dos eurodeputados antes de ter luz verde para assumir funções.

E BAIXOS



Miguel Albuquerque
Presidente do Governo Regional da Madeira

Não foi visado diretamente pelas buscas desencadeadas esta semana pela PJ, mas os mais recentes desenvolvimentos das investigações na Madeira atingem o líder do Governo Regional e do PSD local. A polícia efetuou oito detenções entre autarcas, empresários e funcionários públicos madeirenses, depois de novas buscas relacionadas com suspeitas de corrupção e dúvidas sobre o financiamento do PSD Madeira. Entre os detidos estão altos funcionários e colaboradores de Albuquerque.



Margarida Blasco
Ministra da Administração Interna

O silêncio durante vários dias foi a opção da titular da pasta da Administração Interna, que tem a seu cargo a gestão política da operação de combate aos incêndios. O tema está sob alçada direta do primeiro-ministro, que assumiu a coordenação do processo, e tem tido ainda como protagonista o ministro Adjunto e da Coesão, que se deslocou ao terreno para avaliar a resposta às populações. Regista-se a ausência prolongada da titular da pasta, mais um caso a somar à falta de esclarecimentos sobre o assalto ao edifício da Secretaria-Geral do MAI.

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.impresa.pt

EM DESTAQUE

Saúde SNS obriga a pagar exames cardíacos

Teste sanguíneo e estudo cardíaco sem comparticipação nos centros de saúde. Doentes sofrem atrasos no diagnóstico

Doentes com suspeitas de insuficiência cardíaca estão a pagar por exames básicos para saber se estão doentes, porque o Estado não comparticipa determinados atos quando estes são pedidos pelo médico de família. A limitação está a atrasar o diagnóstico e o tratamento, denunciam clínicos assistentes e os próprios cardiologistas.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) veta aos médicos de família a prescrição comparticipada do marcador NT-proBNP, uma análise ao sangue, ou do ecocardiograma tridimensional (com *doppler*), indicados para fazer o despiste da doença. Os dois exames são comparticipados nos hospitais e pelos subsistemas de saúde, mas não nos centros de saúde. O doente ou paga do seu bolso ou o clínico recorre a outro método de diagnóstico mais caro, para o Estado, e mais demorado, para o utente.

"Não há explicação. Até porque em qualquer urgência hospitalar há anos que se faz a análise quando alguém entra com falta de ar, para se perceber se é um problema respiratório ou cardíaco", afirma Maria José Rebocho, do Conselho Técnico-Científico da Associação de Apoio a Doentes com Insuficiência Cardíaca e antiga responsável pelo transplante cardíaco no Hospital de Santa Cruz, Lisboa. "Quem tem ADSE paga menos de cinco euros pela análise e os doentes nos cuidados primários pagam cerca de 30 euros."

A cardiologista explica que a análise "está indicada quando há queixas de cansaço, fadiga, falta de ar, pés inchados, é feita como o teste da diabetes e tem valor preditivo negativo". Isto é: "Se dá negativo é porque o doente não tem mesmo insuficiência cardíaca, permitindo avançar mais depressa no diagnóstico. Poupam-se logo duas ou três consultas e tempo ao doente."

Sem o teste, ou perante um resultado positivo, avança-se para o estudo do coração e para uma nova dificuldade para os médicos de família. O SNS só paga o exame 'desatualizado', um ecocardiograma sem estudo da circulação sanguínea (*doppler*). "Há clínicas que fazem o *doppler pro bono* — por exemplo, na minha área, em Évora —, porque é a boa prática e garantia de qualidade. Aliás, nem devia ser permitido fazer ecocardiograma sem o estudo", critica Nuno Jacinto, presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar.

Anterior Governo criou grupo técnico para avançar com o apoio público. Ministério e DGS optam pelo silêncio

O médico adianta que a solução já foi "pedida várias vezes e já devia existir há muito tempo, porque a limitação dificulta e adia o tratamento". Mas não só, cria desigualdades: "Em algumas das unidades locais de saúde, com análises internalizadas, os médicos de família já podem pedir com comparticipação."

Nuno Jacinto explica que "no anterior Governo foi criado um grupo de trabalho para avaliar os exames que deviam ser comparticipados e não são, os exames que são comparticipados e não deviam ser e os exames que devem estar nos cuidados primários", mas ficou por concluir. "O trabalho estava muito orientado pelo anterior diretor-executivo do SNS para avançar com a comparticipação. Agora não sabemos", acrescenta Maria José Rebocho. O Expresso questionou o gabinete ministerial e a Direção-Geral da Saúde, com o Programa para as Doenças Cérebro-cardiovasculares, mas não obteve resposta.

VERA LÚCIA ARREIGOSO
varreigoso@expresso.impresa.pt

O Cartoon de António Corporação levitando...



Imigrantes Governo falha promessa de alojar

Antigo Hospital Militar tinha sido anunciado como resposta de emergência para os imigrantes a viver na rua

O Governo anunciou que ia alojar os imigrantes que vivem em condições degradantes no centro de Lisboa, mas ao fim de três meses o antigo Hospital Militar de Belém (ex-HMB) continua vazio. O processo não avançou e o problema só tem sido atenuado por ação de embaixadas e voluntários: dos 130 migrantes que estavam acampados junto à Igreja dos Anjos restarão cerca de 60. Quanto ao edifício do Ministério da Defesa que os iria alojar — e que esteve envolvido em polémica pela derrapagem de €750 mil para €3,2 milhões em obras —, está sem uso há dois anos.

No início de junho, quando apresentou o Plano de Ação para as Migrações, o ministro da Presidência, Leitão Amaro, anunciou que "muito em breve" abriria em Lisboa um centro de acolhimento que seria uma resposta de emergência ao aumento de estrangeiros a viver nas ruas da capital, com capacidade para cerca de 200 pessoas. Só na zona da Igreja dos Anjos estavam identificados cerca de 130, a maioria requerentes de asilo com pedido negado, vindos da Gâmbia e do Senegal, compondo uma espécie de campo de refugiados insalubre.

Dias depois, o Expresso noticiava o espaço escolhido: o ex-HMB, sem utilização desde setembro de 2022. Seria uma cedência temporária, mas o edifício precisaria de mais obras, apesar do escândalo – que levou à operação o Tempestade Perfeita – por causa do custo inflacionado da empreitada para receber doentes com covid-19.

Questionado pelo Expresso no início de julho, o gabinete de Nuno Melo respondeu que o Governo e a Câmara de Lisboa estavam "a trabalhar em conjunto para atenuar um drama social que nos últimos oito anos se acentuou de forma descontrolada", garantindo que, "no imediato", ia ser assinado o "protocolo com vista à cedência temporária do ex-HMB para acolhimento de cidadãos estrangeiros em situação de sem-abrigo".

Passados quase três meses, não há protocolo. A autarquia reconhece que "ainda não há novidades sobre esse processo". O Ministério da Presidência não respondeu ao Expresso sobre o andamento do centro e o da Defesa, depois de dois dias a prometer que ia dar respostas, não o fez.

Nos Anjos, local de pernoita do maior número de migrantes sem-abrigo, o 'campo' está mais pequeno:

Passados quase três meses da promessa, ainda não há cedência nem protocolo formalizado

viverão ali agora cerca de 60 homens. "A maioria conseguiu arranjar trabalho e saiu da rua. Iniciar o processo de legalização, mesmo para quem não tinha qualquer documentação de identificação, foi mais rápido do que a abertura do centro de alojamento", critica Erica Acosta, advogada pro bono destes migrantes, especialista em direitos humanos.

Com ajuda das Embaixadas da Nigéria e da Gâmbia conseguiram tirar os passaportes, e com documentos pediram junto da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) a regularização da residência através do regime excecional por razões humanitárias. "Muitos, só com esse pedido, mesmo por concluir, já conseguiram contratos de trabalho nas vindimas, na pesca... E ainda bem. Porque a AIMA pede-lhes que comprovem que têm meios de subsistência equivalentes a um salário mínimo mensal para aprovar o pedido. É uma pescadinha de rabo na boca. Precisam de papéis para arranjar trabalho, mas só conseguem papéis se tiverem rendimento", explica a advogada.

RAQUEL MOLEIRO e VÍTOR MATOS
rmoleiro@expresso.impresa.pt

Orçamento
Défice pode voltar com IRS Jovem

Conselho das Finanças Públicas está mais otimista em relação à economia, mas alerta para impacto da medida

O Conselho das Finanças Públicas (CFP), organismo independente de fiscalização das contas do Estado, reviu em alta as previsões para a economia portuguesa em 2024. O PIB deverá crescer 1,8% em vez dos 1,6% anteriormente previstos. E o excedente orçamental deverá ascender a 0,7% do PIB, já contabilizando as medidas implementadas pelo Governo ou aprovadas no Parlamento. De fora da contas está o IRS Jovem, um dos pomos da discórdia entre o Governo e a oposição, que, se for avante, pode significar o regresso aos défices orçamentais em 2026.

A atualização das Perspetivas Económicas e Orçamentais 2024-2028 do CFP, divulgada ontem, prevê que os excedentes se mantenham até 2028, o último ano do horizonte de previsão. Este ano, já com as medidas do Governo de Montenegro integradas, o excedente não só não irá desaparecer como será maior do que o esperado e ascender a 0,7% do PIB graças ao "melhor desempenho da receita fiscal e contributiva e dividendos". O problema está nos anos seguintes e só o IRS Jovem, que custa cerca de €1000 milhões, terá um impacto nas contas de 0,3 pontos percentuais do PIB entre 2025 a 2028. Em 2026, ano para o qual prevê um excedente de 0,1%, o impacto desta medida implicaria "o regresso a uma situação de défice em 2026 (0,2% do PIB)".

O relatório do CFP mostra uma economia a ganhar alento graças ao dinâmico mercado laboral português e à recuperação do poder de compra das famílias. O principal catalisador é, porém, a entrada em força dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no tecido produtivo nacional. Prognostica-se que o PIB aumente 1,8% este ano, uma ligeira travagem face à taxa de 2,3% em 2023. Mas em 2025 e 2026, o crescimento será maior: 2,4% e 2,1%. Até 2028, o crescimento médio anual da economia portuguesa deverá rondar os 2%.

O CFP avisa que o fim do PRR em 2026 vai notar-se logo no ano seguinte. Haverá "um impacto negativo significativo no investimento, em especial na sua componente pública e no próprio consumo público", prevê. "Esta redução justifica a desaceleração do crescimento do PIB de 2,1% em 2026 para 1,6% em 2027. Em 2028, espera-se uma recuperação do crescimento do PIB real para valores em torno de 2%", acrescenta o CFP.

PEDRO CARREIRA GARCIA
pcgarcia@expresso.impresa.pt



Marcelo e Montenegro deram uma conferência de imprensa sobre os incêndios FOTO TIAGO PETINGA/LUSA

Polémica PM falou em "interesses que sobrevoam" os incêndios florestais. Mas as forças de segurança no terreno não têm provas disso

Investigadores da PJ e da GNR desmontam tese de Montenegro

HUGO FRANCO

Três inspetores da PJ e um militar da GNR especializados na investigação criminal aos incêndios florestais garantem que tanto nos últimos anos como na última semana — a mais intensa deste verão no que respeita à área ardida — não foi detetado qualquer tipo de organização com interesses ocultos por detrás dos fogos em que há suspeitas de mão criminosa.

Na conferência de imprensa desta terça-feira, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, não se poupou a apontar o dedo a "interesses" que "sobrevoam" os incêndios florestais, sem especificar quais, e a garantir que será implacável contra os "criminosos" que diz estarem por detrás de grande parte das ignições.

Ao Expresso, estas quatro fontes policiais são taxativas: "Não temos prova de haver incendiários que tenham cometido estes crimes por interesses económicos escondidos. Em teoria, pode até haver casos destes, mas as autoridades nunca o comprovaram", diz fonte da GNR, que acrescenta: "As declarações do primeiro-ministro não estão fundadas em factos diretos ou relatórios oficiais."

O militar acredita que esta afirmação de Montenegro possa estar relacionada com o número elevado de ignições noturnas detetadas nos últimos dias e que estas possam levar a conclusões mais apressadas sobre a autoria destes incêndios. "Muitas destas ignições são simplesmente projeções que têm origem num outro local afetado pelas chamas e que acabam por dar origem a um novo incêndio, por vezes iniciado a grande distância." Uma das fontes da PJ corrobora: "Não há elementos probatórios que sustentem esta tese." Uma outra frisa: "Nunca se provou nada, mas investigamos as pistas que possam eventualmente aparecer."

Existem três grandes teses, que se repetem todos os verões em Portugal, sobre quem são os autores dos grandes incêndios florestais: pirómanos que colocam fogo durante a noite em vários pontos da floresta para dificultar a vida aos bombeiros, alianças obscuras entre madeireiros, cujo grande objetivo é comprarem a madeira mais barata por estar queimada, ou mesmo donos de empresas que fornecem a proteção civil com material de combate às chamas e que com os incêndios ganham mais dinheiro.

Para Henrique Pereira dos Santos, arquiteto paisagista com larga experiência na área dos incêndios florestais, os três cenários não passam de "mera teoria da conspiração".

Os incendiários "copycat"

Os inquéritos abertos na última semana pela PJ e pela GNR dão conta de que uma grande parte dos suspeitos de fogo posto no Norte e Centro do país fizeram-no numa lógica que apelidam de "copycat" (imitação). "Muitos deles querem colocar a sua aldeia no mapa, ver os jornalistas nas redondezas a referirem o nome e a filmarem a povoação nos diretos da televisão." Há poucos dias a GNR detetou um suspeito que foi para um ponto alto observar os aviões a despejarem água na zona ardida.

Também alguns inspetores da Judiciária se aperceberam do fenómeno, que, embora não seja novo, contraria uma tendência recente que mostra um tipo de incendiário mais sofisticado, que recorre a apetrechos tecnológicos. "Estes imitadores veem os aviões e os grupos de bombeiros a atuar no combate às chamas, ao vivo e na televisão, e querem que todos aqueles meios cheguem também à sua terra. Ficam excitados ao verem não só o incêndio, mas toda a parafernália da proteção civil, e ateiam fogos para terem também direito àquela agitação junto da sua aldeia." Os investigadores percebem rapidamente que se trata de pessoas com distúrbios mentais, muitas delas que já cometeram este crime anteriormente e que o fazem simplesmente com recurso à chama direta.

Foi o caso de um trabalhador agrícola, de 67 anos e sem antecedentes criminais, que terá ateado um dos maiores incêndios desta semana, o de dia 15 em Albergaria-a-Velha, que avançou em outras duas frentes em Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga.

O "Relatório Nacional Provisório de Incêndios Rurais" relativo ao período entre 1 de janeiro e 18 de setembro de 2024 mostra que, do total de 6203 incêndios rurais verificados este ano, 3840 foram investigados (62% do número total de fogos, responsáveis por 10% da área total ardida). As causas mais frequentes são o 'incendiarismo-imputáveis' (33%) e 'queimadas de sobrantes florestais ou agrícolas' (12%). Já os reacendimentos representam 6% do total das causas apuradas. "Os fogos criminosos podem ser cometidos por incendiários ou por negligência, como foi o caso dos trabalhadores de uma junta de freguesia de Valongo que faziam trabalhos de limpeza com uma máquina com discos que fez faísca", lembra uma fonte judicial.

UM TRABALHADOR AGRÍCOLA, DE 67 ANOS, TERÁ ATEADO O FOGO DE ALBERGARIA-A-VELHA

Com CARLA TOMÁS
hfranco@expresso.impresa.pt

NO FIM ERA O VERBO

PRÉMIO IMPORTA-SE DE REPETIR?
"Há fenómenos naturais e há circunstâncias de negligência que convergem para que possam eclodir incêndios florestais. Mas há coincidências a mais [...] há interesses que sobrevoam estas ocorrências"
Luís Montenegro
Primeiro-ministro

PRÉMIO MANTER O FOCO
"Não podemos ter a tentação da facilidade"
Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República, sobre o combate aos incêndios

PRÉMIO RESCALDO A QUENTE
"Eu diria que era impossível andar mais depressa do que estamos a fazer"
Manuel Castro Almeida
Ministro Adjunto e da Coesão Territorial

PRÉMIO SEM TRÉGUAS
"A democracia não pode parar nem nos bons nem, sobretudo, nos maus momentos. É por isso que estamos aqui a cumprir os nossos trabalhos"
José Pedro Aguiar-Branco
Presidente da Assembleia da República, a explicar porque manteve sessões plenárias em período crítico de fogos

PRÉMIO O DESAFIO
"Temos de materializar um acordo para o essencial [no SNS]. É um trabalho de uma legislatura e necessita de um amplo consenso nacional"
Ana Paula Martins
Ministra da Saúde, nos 45 anos do SNS

PRÉMIO TRATAMENTO DE CHOQUE
"O SNS é um marco da democracia [...] está a atravessar uma crise de meia-idade"
Nuno Rodrigues
Secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos

PRÉMIO SIGA PARA EXAME FINAL
"Estou satisfeita"
Maria Luís Albuquerque
Candidata portuguesa a comissária europeia, na reação ao cargo proposto por Ursula von der Leyen

PRÉMIO CADERNO DE ENCARGOS
"Será vital para completar a União do Mercado de Capitais e para garantir que o investimento privado potencia a produtividade e a inovação"
Ursula von der Leyen
Presidente da Comissão Europeia, sobre a designação de Maria Luís Albuquerque para comissária dos Serviços Financeiros e a União da Poupança e do Investimento

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.impresa.pt



Cercados A vaga de incêndios que queimou o Centro do país deixou, muitas vezes, a população entregue a si própria. Podia ser de outra maneira?

"Nem os bombeiros entravam nem nós saíamos"

Texto **Rui Gustavo**
Fotos **Rui Duarte Silva**

Durante três dias viram o fogo a aproximar-se. Primeiro pela televisão, nos concelhos vizinhos. Depois pela vasta encosta da serra da Arada, acelerado pelas rajadas do vento leste. A aldeia de Aldeia está no fundo de um dos muitos vales e covas desta região. E, apesar de estarem à espera do incêndio, os poucos habitantes de Aldeia de Sul (é assim que os locais se referem a este lugar) foram surpreendidos por uma tempestade de chamas e vento. "Fez um 'o' à volta das casas e nem os bombeiros entravam nem nós saíamos", explica João Luís, um agente funerário na reforma, que, garante, "nunca" teve medo de morrer na noite em que foi cercado pelo "inferno". "As chamas pareciam fogo de artifício, mas viemos aqui para o largo principal, como a GNR nos disse, e nunca estivemos verdadeiramente em perigo. Vivo na serra e já vi muitos fogos, mas nada como isto, com esta intensidade, com este vento e com as fagulhas a voarem à volta de nós."

Durante duas horas enfrentaram sozinhos o fogo que destruiu quatro casas, mas só deixou uma família desalojada. "As pessoas têm aqui casa, mas vivem em Lisboa ou no estrangeiro. Tentámos, mas não pudemos fazer nada pelas casas delas", diz Maria, enquanto manda baldes de água para os escombros fumegantes. "Eu tive medo, sim, andei com medo estes dias todos enquanto o fogo não chegou. Mas talvez tenha acabado, porque também já não há muito para arder", espera.

Quando arde, a terra transforma-se em pó ou cinza e as pedras desprendem-se e rolam para a estrada estreita que liga São Pedro do Sul às aldeias da serra e à Capela de São Macário. Os postes telefónicos são de madeira e caem queimados e a fumegar para o meio da estrada, com os cabos ainda pendurados. Há chamas ativas dos dois lados da estrada, que ainda não foi cortada pelas autoridades. A vista que atrai os turistas que se sentam num baloiço famoso nas redes sociais está tapada por um pesado manto de cinza semelhante a um nevoeiro. "Isto só passa com a chuva", explica João Luís.

A três quilómetros de Aldeia, em Macieira, foi o presidente da Câmara de São Pedro de Sul que andou a tentar, sem grande sucesso, evacuar a aldeia. "Os bombeiros disseram-me: 'Saia que a casa vai arder.' Mas eu já não tenho marido para ma reconstruir", conta Benilde, ao balcão da Casa Recreativa Macierense, que é, essencialmente, o café da aldeia. "O presidente Figueiredo lá me convenceu a tirar a minha mãe de casa e trouxemos os idosos todos da aldeia para aqui, porque estavam mais seguros do que em casa. Eu voltei para baixo para pegar na mangueira e nos baldes e combater o fogo."

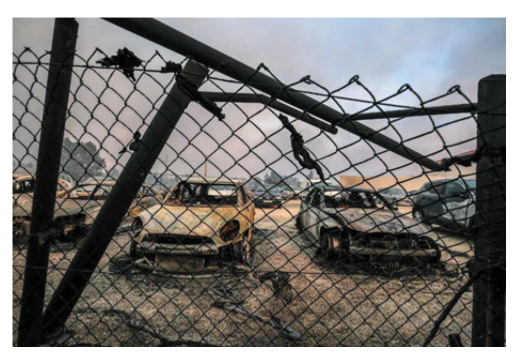
> "NUNCA VAMOS ESTAR PREPARADOS A 100% PARA UM FENÓMENO DESTES. É IMPOSSÍVEL", ADMITE O PRESIDENTE DE SEVER DO VOUGA

Tal como os pouco mais de 30 habitantes deste lugar, uma equipa de bombeiros foi cercada pelo fumo e pelo fogo e acabou por dar uma ajuda decisiva à população. "Foram eles que me salvaram a casa, não tenho dúvidas. Eles fazem o que podem, mas não chegam. Nunca chegam."

Maria da Anunciação tem 94 anos e passou-os todos em Macieira. "Até aqui me casei", ri-se, debruçada da janela de uma vivenda amarelo-torrada rodeada por gatos com o pelo sujo de cinza. Não queria ir-se embora, nem sequer para a sede da associação/café que serviu de refúgio ao povo mais velho. "Só fui porque os meus filhos me ligaram a chorar e uma vizinha me pediu pela alma da mãe dela, que era muito minha amiga. Estava toda a gente convencida de que isto ia arder tudo." Mas não ardeu.

As seis mulheres mais velhas da aldeia, incluindo a mãe acamada de Benilde, passaram a noite e parte da madrugada de quarta-feira a ver o fogo pela televisão e a sentir o cheiro





Os bombeiros de Albergaria combateram o fogo até à exaustão. As chamas chegaram às ruas desta cidade e destruíram casas e bens. Em São Pedro do Sul, o povo teve de pegar em mangueiras, baldes e ramos para defender as casas. Mesmo os que andam de muletas



do fumo e a ouvir o crepitar das chamas lá fora. "Ela já sofre de demência e não deu por nada."

Adriano Pereira é um dos mais novos da terra. Está reformado, já passou dos 65 anos, e anda pelas ruas estreitas e inclinadas da aldeia a garantir que não há reacendimentos. "Uma das casas de Aldeia de Sul só ardeu de manhã, porque ainda havia fagulhas debaixo da vegetação e queimou tudo num instante. Ninguém conseguiu fazer nada e não estamos livres de que nos aconteça o mesmo."

O fogo que chegou da serra será o mesmo que destruiu casas, floresta e matou cinco pessoas em várias localidades do distrito de Aveiro e que terá começado em Albergaria-a-Velha, onde chegou às ruas e a zonas habitacionais. Durante cinco dias queimou cerca de 90 mil hectares de floresta, nove vezes mais do que no resto do ano. Foi combatido por milhares de bombeiros, apoiados por veículos, aviões e helicópteros.

Mas, tal como aconteceu em São Pedro do Sul, muitas vezes foi a população sozinha que lutou contra o fogo com enxadas, botas, baldes e mangueiras de regar. A história recente repetiu-se. "É impossível estarmos preparados a 100 por cento para um evento desta natureza", admite Paulo Lobo, presidente da Câmara de Sever do Vouga, um dos concelhos mais afetados. "Não foi um grande incêndio. Foram muitos incêndios, com muitas frentes e muitas ignições, e que ainda não está dominado. Houve um lugar em Silva Escura que ficou cercado e isolado pelo fogo, com as pessoas sem conseguirem sair uma noite inteira. Foi o pior dia da minha vida. Só me lembrava de Pedrógão", explica o autarca.

"O concelho ardeu como ardeu porque faltam meios. E, se calhar, é impossível haver meios suficientes para combater um incêndio destes", continua o edil. "Chegámos a ter oito das nove freguesias a arder e tivemos cinco meios aéreos e 300 bombeiros no terreno. Mas não foi suficiente." E dá um exemplo: "Quando o fogo atravessou o rio Vouga, não havia um único homem ou veículo na margem esquerda. O fogo galgou num instante e chegou a Cedrim. Ameaçou uma bomba de gasolina e umas fábricas. Quem acabou a combater o fogo foram os populares. A bomba salvou-se, mas arderam duas fábricas. Eu e o comandante dos bombeiros chegámos a andar de balde a combater o fogo. Não pode ser assim."

Neste incêndio, tal como em todos os outros, as operações são dirigidas pela proteção civil e executadas pelos bombeiros, que não dão um passo sem ordens, por mais que a população apele ou suplique. "Quando o fogo chegou a Talhadas, havia carros parados numa rotunda ali perto. Eu fiz vários pedidos, mas sem ordens os bombeiros não saíram. Não estou a criticar, compreendo que seja assim e que não seja um presidente de câmara, que age com paixão e que conhece toda a gente, a decidir. Mas há coisas que me custam a entender."

"OS BOMBEIROS DISSERAM: 'SAIA QUE A CASA VAI ARDER.' MAS FIQUEI, NÃO TENHO QUEM MA RECONSTRUA", DIZ BENILDE

No terreno, a prioridade dos bombeiros é a proteção da vida humana e das casas. Quando as chamas chegam, são quase sempre as pessoas as primeiras a atacar.

José Almeida é o dono do único restaurante de Macieira, uma construção original decorada com várias esculturas do pai, um pedreiro já com 94 anos, que, "com uma muleta numa mão e a mangueira na outra", andou a apagar as chamas que lamberam as paredes do Salva Almas. Gonçalves lembra que o fogo faz parte da cultura da terra: "As pessoas chamam ao monte serra de São Macário, mas não há nenhuma serra com esse nome. Ele isolou-se no monte como penitência por ter matado os pais e podia carregar brasas sem queimar as mãos. Essa dádiva de Deus terminou no dia em que caiu na tentação e olhou para as pernas de uma pastora. As brasas queimaram-lhe as mãos e caíram para o chão da serra." A Capela de São Macário ainda resiste às chamas.

rgustavo@expresso.impresa.pt

Governo quis mostrar firmeza, PR quer acelerar

Incêndios suspenderam negociações para OE e escolha de PGR, mas Marcelo quer decisões no início da semana

A prioridade aos incêndios fez o primeiro-ministro suspender todos os compromissos e como que suspendeu a política em curso, nomeadamente as conversas para o Orçamento do Estado (OE) e a escolha de novo procurador-geral da República (PGR), mas o Presidente da República quer acertar a decisão no início da próxima semana.

Segundo fonte de Belém, Marcelo quer um "acerto definitivo" no perfil do sucessor ou sucessora de Lucília Gago logo na segunda ou terça-feira, pois a seguir tanto ele como o primeiro-ministro têm compromissos internacionais que vão dificultar conversas presenciais. "Depois é só acertar pormenores", espera-se em Belém.

Marcelo e Montenegro apareceram juntos esta semana em duas ocasiões. Primeiro, na segunda-feira, na sede da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, onde o Presidente ainda teve um remoque crítico ao primeiro-ministro numa indireta ao episódio da ida de Montenegro ao Douro quando caiu um helicóptero de combate aos fogos. "Por muito que as autoridades políticas sintam uma obrigação moral de ir mais perto do que se passa, devem acompanhar tudo o que se passa, mas não intervirem onde não devem nem são chamadas", disse o Presidente que, no dia seguinte, foi mostrar "solidariedade institucional e estratégica" ao Governo no fim de um Conselho de Ministros extraordinário para o qual foi convidado pelo primeiro-ministro.

Justicialismo de Montenegro surpreendeu PSD

Nessa reunião, na terça-feira, ao que foi relatado ao Expresso, a ministra da Administração Interna foi a primeira a falar. Margarida Blasco, que ainda não tinha tido qualquer intervenção pública e só falou esta quinta-feira à noite (depois do fecho desta edição) ficou ofuscada na gestão desta crise em que o protagonismo foi do primeiro-ministro e a segunda figura foi o ministro Adjunto e da Coesão, Manuel Castro Almeida, que foi para Aveiro coordenar a *task force* de levantamento e recuperação dos estragos.

A estratégia do Executivo foi mostrar que, perante uma calamidade, estava a fazer tudo para resolver os problemas e mostrar-se "implacável". Sem falar nos problemas de ordenamento do território, da desertificação do interior, do cadastro florestal ou da há muito prometida reforma florestal, Luís Montenegro apareceu no final do Conselho de Ministros extraordinário, ao lado de Marcelo Rebelo de Sousa, a anunciar a criação, em diálogo com PGR, de uma equipa especializada para investigar os incêndios. E a dizer o que há muito o Governo acredita ser o pensamento comum dos "portugueses": que há "interesses" ocultos e mão criminosa nos incêndios florestais, e que é preciso "ir atrás" de quem deixa o país a arder. Mas não especificou que interesses são esses, e isso fez levantar o sobrolho até de personalidades ligadas ao PSD.

"O primeiro-ministro não pensa diferente da maioria dos portugueses", diz ao Expresso um dirigente social-democrata, procurando justificar o tom "justicialista" com que Luís Montenegro se dirigiu ao país no final da reunião de emergência, e acreditando que, se o disse, é porque o primeiro-ministro tem dados na sua posse que provem a acusação — mesmo que desconheça quais são. Ao que o Expresso apurou, o tema da 'mão criminosa' — que é desmentido por investigadores da PJ e GNR ao Expresso (ver página 5) — foi discutido à mesa em São Bento tendo por base "indícios suspeitos" levantados por agentes da proteção civil sobre o número de ignições simultâneas durante a noite.

O Expresso enviou perguntas ao gabinete do primeiro-ministro e à PGR a questionar a que "interesses" se referia, mas não teve resposta. Na SIC Notícias, o ex-deputado social-democrata Miguel Morgado mostrou-se surpreendido: "Foi uma coisa gratuita do primeiro-ministro, deixou suspenso no ar o que vemos nas redes sociais, nas televisores, nos cafés, e isso não cabe a um PM fazer." Um ex-governante social-democrata vai mais longe e, ao Expresso, critica o tom "populista": "Se queremos distanciar-nos do Chega, e bem, não é fazendo como eles."

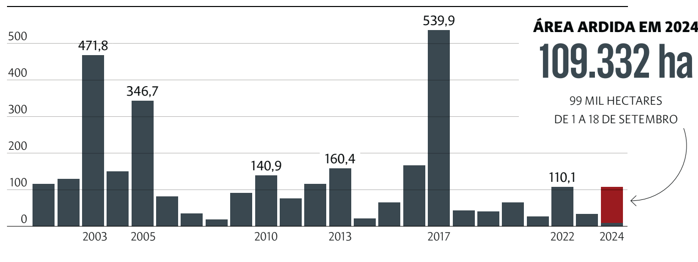
O líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, resumiu a estratégia. "Este é um Governo que fala pouco e faz muito, não é um Governo mole, é um Governo que exerce autoridade", disse, anunciando a criação de uma comissão de acompanhamento do sistema de proteção civil.

A ideia é mostrar um primeiro-ministro no comando, a agir, a resolver. O Orçamento do Estado e a escolha de novo PGR regressam na próxima semana. Agora com calendário mais apertado. E com Belém também já a avisar que sem OE pode haver eleições.

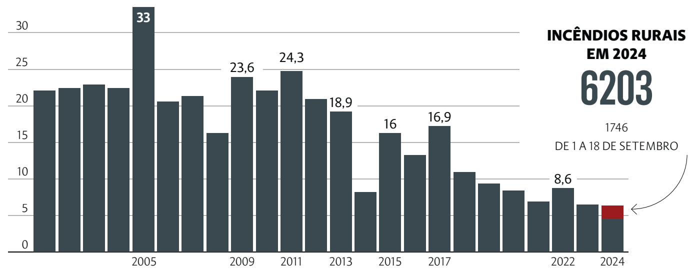
Rita Dinis, com **João Pedro Henriques** e **Eunice Lourenço**
rdinis@expresso.impresa.pt

INCÊNDIOS

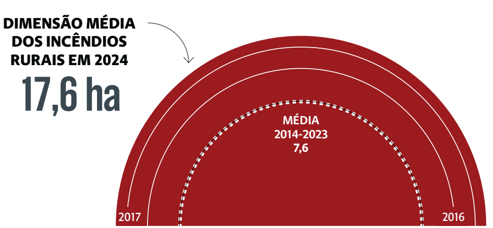
ÁREA ARDIDA NO CONTINENTE
Entre 2001 e 18 de setembro de 2024. Em milhares de hectares



INCÊNDIOS RURAIS NO CONTINENTE
Entre 2001 e 18 de setembro de 2024. Em milhares de ocorrências



DIMENSÃO MÉDIA DOS INCÊNDIOS RURAIS EM 2024
17,6 ha



MAPA DA ÁREA ARDIDA NOS ÚLTIMOS 7 DIAS

Paredes de Coura
BRAGANÇA
Chaves
BRAGA
Vila Pouca de Aguiar
Macedo de Cavaleiros
Guimarães
VILA REAL
Amarante
PORTO
Lamego
Arouca
Castro Daire
Albergaria-a-Velha
Mangualde
Vilar Formoso
AVEIRO
Nelas
Santa Comba Dão
COIMBRA
Figueira da Foz
Fundão
CASTELO BRANCO
LEIRIA

FONTES: SGIF, ICNF E COPERNICUS

Sem gestão de combustíveis há um barril de pólvora

Em quatro dias arderam quase seis vezes mais hectares do que no resto do ano. **Especialistas lembram que há muito a fazer** na prevenção

Textos **CARLA TOMÁS**
Infografia **SOFIA MIGUEL ROSA**

Em apenas quatro dias as chamas consumiram 92 mil hectares, quase seis vezes mais do que a área ardida desde o início do ano até então, de acordo com o relatório provisório emitido na quarta-feira à noite pelo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR). Os mais de 100 mil hectares já ardidos este ano colocam 2024 como o quarto pior nos últimos dez, mas "este ano pode bem vir a ficar como o segundo pior a seguir a 2017" (arderam então 500 mil hectares), segundo fonte do SIGFR, que também olha para a mancha captada pelos satélites do sistema europeu Copernicus (mais de 140 mil hectares ardidos) e para o que se projeta em termos de meteorologia até final do ano.

A contribuir para esta realidade estão a conjugação de condições climatéricas explosivas com a falta de gestão de combustíveis nos matos e florestas, que transformaram o território num barril de pólvora. Várias fontes contactadas pelo Expresso lembram que parece haver "ainda lições não aprendidas do passado" e recomendações de vários relatórios por executar.

"Temos uma massa combustível nestas áreas do centro e norte do país pronta a arder, e qualquer ignição representa o mesmo que acender um fósforo numa cozinha em que se deixa o gás ligado", frisa ao Expresso Abílio Pereira Pacheco. O investigador do INESC TEC, da Universidade do Porto, lamenta "a inexistência de políticas públicas de valorização e gestão do território" e não está sozinho. Outros especialistas que trabalham na ecologia do fogo contactados pelo Expresso, como Paulo Fernandes, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, José Miguel Cardoso Pereira, do Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia, ou o arquiteto paisagista Henrique Pereira dos Santos, apontam o mesmo problema. "Temos uma quantidade de combustíveis finos e secos presentes numa grande continuidade de território, e a política do Estado tem sido punir e impor regras cegas de gestão, centradas no erro de perceção dos programas de gestão da paisagem, quando temos que resolver o problema do ponto de vista da economia", argumenta Henrique Pereira dos Santos.

Com esta massa combustível, qualquer ignição é como acender um isqueiro com o gás ligado

Paulo Fernandes lembra também que "decisões administrativas sobre apoios a pastagens e uso do fogo controlado nem sempre coincidem com a realidade no território e isso pode levar a mais fogo em épocas criticas como esta". Refere ainda que "a maior área ardida do ano, localizada entre Vila Nova de Paiva, passando por Castro de Aire, Arouca e São Pedro do Sul, terá consumido mais de 20 mil hectares numa região onde se usa o fogo para preparar os pastos". O especialista reforça que "há um problema de falta de gestão do território e não depende do tipo de floresta que temos". Um estudo que fez em 2019 concluiu que o eucalipto, a espécie mais abundante no país, "não arde mais do que as outras espécies" (o que mais arde são os matos), mas admite que uma folha de eucalipto a arder pode ser projetada a uma distância de três quilómetros. E não faltaram projeções por estes dias. Paulo Fernandes reforça também que "é necessária vontade política para aumentar os incentivos para que se melhore a gestão dos combustíveis", para evitar novas situações explosivas como a desta semana.

Faltam incentivos

As características do território, "com pequena propriedade, mal gerida e com um contínuo florestal, não ajudam", lembra Cardoso Pereira. Para solucionar o problema dos combustíveis finos, que proliferam a norte do Tejo, Henrique Pereira dos Santos sugere "que se dê €100 aos proprietários que gerirem os matos das suas propriedades" ou que se "apoie a pastorícia, sem as regras cegas da PAC, onde os pastos dificilmente se encaixam".

O reforço dos incentivos fiscais e financeiros e a revisão do regime sucessório, concretizando a habilitação de herdeiros em dois anos (podem levar mais de 10) continuam por fazer, lembra o último Relatório da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), entregue em junho ao Governo e ao Parlamento. O documento resulta da análise dos resultados de 2023 do SGIFR e do Programa Nacional de Ação e constata que "os incentivos à valorização do território enfrentaram dificuldades na implementação de medidas fiscais e financeiras, com alguns planos ainda não concretizados, por exemplo a implementação da medida de contribuição especial para a conservação dos recursos florestais e a Criação de Planos Poupança Florestal" e recomenda ao Governo que "repense a forma de alargar e reforçar" estes incentivos.

Condições extremas foram identificadas cinco dias antes de ser dado o alerta vermelho

O mesmo relatório dá conta de uma "mudança assinalável" na forma como se enfrentam os fogos rurais em Portugal nos seis anos anteriores. Porém, o documento da AGIF também adverte que se assistiu a uma "inversão" da estratégia definida de reforço do aumento de investimento na prevenção até 2022, tendo sido registada uma redução de €62 milhões nesta área, devido à diminuição dos apoios agrícolas e ao aumento dos gastos com meios aéreos, caindo no que a AGIF chama de "armadilha do combate". Não há dados para 2024. O documento sinaliza que o aumento de meios aéreos não permitiu melhorar o ataque inicial, nem ganhar eficácia na gestão dos fogos rurais, enquanto no terreno não se está a conseguir a limpeza, reordenamento da floresta e replantação de áreas queimadas à escala desejada.

Alertas desajustados?

Perante a projeção de condições meteorológicas extremas identificadas cinco dias antes da situação se revelar desastrosa, foram divulgados mapas de severidade meteorológica conjugados com as características do terreno. Porém, a aplicação do sistema de gestão de risco a nível nacional e regional parece não ter tido o efeito devido. Na segunda-feira, o climatologista Carlos Câmara, coordenador do projeto CeaseFire, sublinhava que "a situação em Aveiro ou em Viseu ocupa o primeiro lugar em 8650 dias (desde 2001), em

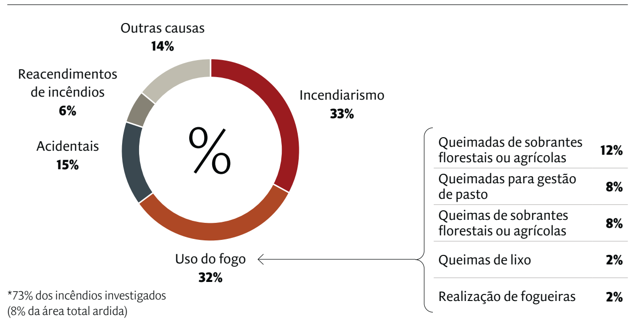
MAIORES INCÊNDIOS EM 2024

Incêndios com área ardida igual ou superior a 1000 hectares. Entre 1 de janeiro e 18 de setembro de 2024

	DISTRITO	CONCELHO	INÍCIO	ÁREA ARDIDA (HA)
1	Viseu	Vila Nova de Paiva	16/09/2024	11.653
2	Viseu	Castro Daire	16/09/2024	10.412
3	Aveiro	Sever do Vouga	15/09/2024	8765
4	Viseu	Tondela	16/09/2024	6854
5	Porto	Baião	16/09/2024	6787
6	Aveiro	Sever do Vouga	15/09/2024	6269
7	Aveiro	Oliveira de Azeméis	15/09/2024	5797
8	Viseu	Penalva do Castelo	16/09/2024	4057
9	Braga	Celorico de Basto	16/09/2024	2613
10	Viseu	Resende	16/09/2024	2436
11	Braga	Cabeceiras de Basto	16/09/2024	2357
12	Viseu	Penalva do Castelo	15/09/2024	2317
13	Vila Real	Vila Pouca de Aguiar	16/09/2024	2259
14	Vila Real	Vila Pouca de Aguiar	16/09/2024	2140
15	Porto	Baião	16/09/2024	2011
16	Bragança	Vimioso	10/08/2024	1936
17	Porto	Paredes	17/09/2024	1497
18	Braga	Póvoa de Lanhoso	16/09/2024	1272
19	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez	03/09/2024	1239
20	Braga	Póvoa de Lanhoso	16/09/2024	1049
21	Braga	Celorico de Basto	16/09/2024	1049

DISTRIBUIÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS EM 2024

Nos incêndios rurais com processo de investigação conclusivo*. Entre 1 de janeiro e 18 de setembro de 2024



*73% dos incêndios investigados (8% da área total ardida)

termos de condições de suscetibilidade para arder no *ranking* do Fire Weather Index".

A informação de risco foi disponibilizada às entidades que fazem parte do SGIFR a 12 de setembro (quinta-feira da semana passada), mas várias fontes do sistema contactadas pelo Expresso consideram que o conhecimento disponibilizado não foi assimilado nas decisões tomadas nem comunicado devidamente às pessoas. Entre domingo e esta quarta-feira as ignições diárias ultrapassaram as 200 ou 300 por dia, quando a média a dez anos era 50.

Nessa quinta-feira, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) fez o primeiro "aviso à população" para o perigo de incêndio rural muito elevado a máximo, com proibição de fazer queimas e queimadas, ou qualquer uso do fogo em espaços florestais, assim como o uso de motorroçadoras e outra maquinaria capaz de fazer faísca. Seguiu-se o "alerta laranja" para posicionamento dos meios no terreno e o "alerta vermelho" só foi acionado no domingo. A justificar os *timings*, o presidente da ANEPC, José Duarte da Costa, argumentou à CNN que assim foi porque "no domingo é que se reuniram as condições meteorológicas necessárias para elevar [o estado de alerta], porque ao fazê-lo está-se a disponibilizar mais meios e mais dinheiro de todos os contribuintes para meter no dispositivo".

"A gestão de fogos não parece ser uma grande prioridade do Governo português", lamenta ao Expresso Gary Morgan, especialista australiano que coordenou a equipa que produziu um relatório sobre os pontos fracos da gestão de fogos em Portugal em 2022, e que percebeu agora que a AGIF deixou de ter o papel holístico que tinha, ao sair da alçada do primeiro-ministro para o Ministério da Agricultura. De volta a Portugal esta semana, o perito considera que "o progresso sugerido não terá sido ainda concretizado, sobretudo na partilha de conhecimento e utilização de pessoas com experiência nas posições certas para fazer a mudança". Considera também que "se todas as entidades envolvidas na gestão dos incêndios não conseguirem trabalhar em conjunto, incêndios como estes vão continuar e a situação vai piorar no futuro com as alterações climáticas".

ctomas@expresso.impresa.pt

NÚMEROS

35%

é o valor do aumento percentual de área já ardida este ano relativamente à média anual do período 2014-2023, segundo o relatório provisório do Sistema de Gestão de Fogos Rurais

5

mortos — quatro bombeiros e um civil — foram as vítimas mortais dos incêndios, que provocaram 166 feridos, 12 deles graves, segundo o balanço feito ontem, às 10 horas, pela proteção civil

6203

ignições foram registadas este ano, 1884 em apenas 18 dias de setembro. Mas 2024 teve globalmente menos 42% de incêndios rurais do que a média da década

14.155

operacionais, 3162 equipas, 3174 viaturas e 72 meios aéreos fazem parte do dispositivo de combate a incêndios na capacidade máxima

2,5

mil milhões de euros é o valor investido no SGIFR entre 2018 e 2023, três vezes mais do que o alcançado em 2017 e nove vezes mais no que toca à prevenção

Prevê-se que chova menos 40% a 50% até dezembro

Crise climática acentua tendência de redução de pluviosidade no outono e agrava risco de seca e de incêndios

A chuva que se prevê cair esta sexta-feira será de pouca dura, mas ajudará a acalmar os fogos. E mesmo que chova um pouquinho na próxima semana, o que se projeta para os próximos três meses de outono não augura nada de bom. As projeções do centro de informação meteorológica do Copernicus apontam para que outubro, novembro e dezembro sejam meses com chuva bem abaixo da norma para o outono.

"O que observamos nos modelos é que a precipitação vai estar 40% a 50% abaixo da média para o mesmo período até final do ano", confirma ao Expresso Vanda Cabrinha Pires, chefe da Divisão de Clima e Alterações Climáticas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

A climatologista reforça que tal não significa que não chova de todo, mas que se prevê que a água que cair terá "desvios de -5 mm a -30 mm abaixo da média". Segundo os modelos analisados, a redução da precipitação "acentua-se abaixo do Mondego, em outubro, abaixo do Tejo em novembro e em todo o país em dezembro". Como consequência, será necessário ter cuidados redobrados no mundo rural quanto a trabalhos de queimadas de pastos, queimas de sobrantes florestais ou outras atividades que possam fazer faísca e provocar fogo.

Claro que, como todas as projeções, nestas também há margens de incerteza a considerar. E as tempestades tropicais ou alterações de posicionamento do anticiclone no Atlântico, por exemplo, podem provocar alterações aos cenários apontados.

"Temos de ter em conta uma incerteza razoável dos modelos, mas olhando para os mapas da previsão de anomalias de temperatura e precipitação do Copernicus, relativos a setembro, já se mostrava aquilo a que estamos a assistir na última semana, com o centro e norte do país a arder, enquanto na Europa central e do norte se assiste a precipitação elevadíssima", frisa Filipe Duarte Santos, geofísico e presidente do Conselho Nacional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS).

As chuvas torrenciais na Europa central e de leste provocaram enxurradas e inundações na Chéquia, Polónia e Áustria, provocando 21 vítimas mortais e deixando o alerta de que o pior estará para vir.

Seca agrava-se

Historicamente, em Portugal, a entrada no outono representava um mês de viragem em termos de precipitação. Mas isso está a mudar. Com as alterações climáticas, tendem a agravar-se as secas e o risco de incêndio.

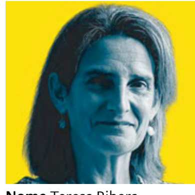
Portugal entrou em setembro com 82% do território continental em seca (13,8% severa, 35,3 % moderada e 32,7% fraca), segundo informação do IPMA. O Algarve e o interior do Alentejo são as regiões que mais sofrem. "Estas previsões agravam ainda mais a situação de escassez hídrica no Algarve, que já é bastante difícil", lembra Filipe Duarte Santos. Sem chuva todo o verão, o nível médio das albufeiras algarvias está abaixo de 35%, com as bacias do barlavento a 15% da sua capacidade e as do sotavento a 30%, de acordo com dados da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Esta sexta-feira há reunião da Subcomissão Regional da Zona Sul da Comissão de Gestão de Albufeiras para avaliar as medidas de racionalização da água no Algarve.

POLÍTICA COMISSÃO EUROPEIA


Nome Ursula von der Leyen
Cargo Presidente
País Alemanha


Nome Kaja Kallas
Cargo Alta-representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e vice-presidente executiva
País Estónia


Nome Teresa Ribera
Cargo Vice-presidente executiva para uma Transição Limpa, Justa e Competitiva
País Espanha


Nome Henna Virkkunen
Cargo Vice-presidente executiva para a Soberania Tecnológica, a Segurança e a Democracia
País Finlândia


Nome Roxana Mînzatu
Cargo Vice-presidente executiva para as Pessoas, as Competências e a Preparação
País Roménia


Nome Stéphane Séjourné
Cargo Vice-presidente executivo para a Prosperidade e Estratégia Industrial
País França


Nome Maros Sefcovic
Cargo Comissário para o Comércio e a Segurança Económica
País Eslováquia


Nome Dubravka Suica
Cargo Comissária para o Mediterrâneo
País Croácia


Nome Wopke Hoekstra
Cargo Comissário responsável pelo Clima, Zero Líquido e Crescimento Limpo
País Países Baixos


Nome Andrius Kubilius
Cargo Comissário para a Defesa e o Espaço
País Lituânia


Nome Marta Kos
Cargo Comissária para o Alargamento e responsável pela Vizinhança Oriental
País Eslovénia


Nome Magnus Brunner
Cargo Comissário para os Assuntos Internos e a Migração
País Áustria


Nome Jessika Roswaal
Cargo Comissária para o Ambiente, a Resiliência da Água e uma Economia Circular Competitiva
País Suécia


Nome Dan Jørgensen
Cargo Comissário para a Energia e a Habitação
País Dinamarca


Nome Ekaterina Zaharieva
Cargo Comissária para a Investigação e Inovação
País Bulgária


Nome Michael McGrath
Cargo Comissário para a Democracia, a Justiça e o Estado de Direito
País Irlanda


Nome Apostolos Tzitzikostas
Cargo Comissário para os Transportes Sustentáveis e o Turismo
País Grécia

Escolha Montenegro escolheu ex-ministra em abril. Encontro com Von der Leyen antes do anúncio

Maria Luís foi a exame prévio com Ursula

Textos **SUSANA FREXES**
Correspondente em Bruxelas

Luís Montenegro decidiu em abril que Maria Luís Albuquerque era a pessoa indicada para ser comissária europeia. Sondou então a ex-ministra das Finanças de Passos Coelho, que mostrou interesse, e à margem da cimeira de líderes de 17 e 18 de abril, em Bruxelas, falou pela primeira vez do nome dela a Ursula von der Leyen. Durante a conversa entregou-lhe também o currículo da economista.

Nessa altura, a alemã era já candidata a mais cinco anos como presidente da Comissão Europeia, mas não tinha a cadeira garantida. Faltava, inclusive, mais de um mês para as europeias. Contudo, Montenegro apostava já no caminho para conseguir uma pasta económica no próximo Executivo comunitário. Só que dessa ambição só falou mais tarde a Von der Leyen, quando ela veio ao Porto participar na campanha para as europeias, adianta fonte de São Bento. A conversa a dois aconteceu no Palácio da Bolsa, pouco antes da arruada em Santa Catarina e do comício em que a recandidata a presidente anunciou que queria um comissário das Pescas a tempo inteiro no próximo Executivo. Um portefólio que não interessava de todo ao primeiro-ministro, que tinha já lançado o anzol para conseguir algo ligado à competitividade, aos mercados de capitais e ao investimento. Algo que encaixava com o perfil de Maria Luís Albuquerque.

Se António Costa tinha apostado na gestão do dinheiro a fundo perdido, conseguindo há cinco anos a pasta da Coesão para Elisa Ferreira, Luís Montenegro queria agora o contrário, numa lógica de aposta no sector privado, de captação e mobilização de investimento não público.

O segundo mandato de Ursula von der Leyen só ficou fechado em julho, com a eleição no Parlamento Europeu e depois da complexa negociação entre os líderes europeus a 28 de junho, que resultou também na escolha de António Costa para presidente do Conselho Europeu. Era já um cargo maior para Portugal, o que, no delicado jogo dos equilíbrios geográficos, representava o risco de uma pasta menor na Comissão. Desde logo afastava a hipótese de uma vice-presidência para Portugal.

Só que a lógica de Montenegro era outra, empenhando-se em conseguir um lugar para o seu antecessor em Bruxelas, defendendo o socialista junto dos restantes líderes e dentro da própria família política do Partido Popular Europeu. Não queria, por isso, ser prejudicado, até porque o sucesso de Costa estava ligado ao de Ursula. Tinha esperança na recompensa.

A partir de julho, Von der Leyen e Montenegro falaram com regularidade. E no dia 3 almoçaram os dois num restaurante no Guincho, quando ela veio aos Study Days do PPE. De acordo com fonte comunitária, a presidente não prometeu pastas concretas a ninguém antes de receber os nomes todos.

Maria Luís Albuquerque foi sempre a primeira opção, apesar do rumor de outros nomes que circularam. Porém, o primeiro-ministro esperou até perto da data-limite para anunciar a candidata, numa altura em que a maioria já o tinha feito e se começava a tornar claro que havia mais homens que mulheres e que Von der Leyen precisava de nomes femininos para não perder a face e o objetivo da paridade.

No dia 28 de agosto, o primeiro-ministro assume finalmente que quer Maria Luís comissária. Fontes comunitárias chegaram a dizer que deveria ser recebida por Ursula von der Leyen nos dias seguintes, mas o Expresso sabe agora que, afinal, o primeiro encontro entre as duas já tinha acontecido. Foi no dia 27, véspera do anúncio. Reuniram-se na capital belga, e, segundo outra fonte, "houve sintonia" entre a portuguesa e a alemã. É depois desse encontro que Montenegro fica mais certo de que conseguiria a desejada pasta económica, provavelmente ligada à união bancária e mercados de capitais. Mas a certeza só chegou esta semana, quando Von der Leyen finalmente revelou a pasta dos Serviços Financeiros e a União da Poupança e dos Investimentos.

UMA "PASTA CRUCIAL", MAS SERÁ BOA PARA PORTUGAL?

O primeiro-ministro chamou-lhe "crucial" e Maria Luís Albuquerque admite que ficou "satisfeita". A pasta surge no centro da agenda europeia. Numa altura em que a UE procura recuperar competitividade e colmatar o fosso face aos EUA, a portuguesa recebe a missão de "desbloquear um volume substancial de investimento privado", assegurando também "um melhor acesso ao financiamento para as empresas da UE". Deverá ser uma das peças-chave no financiamento da estratégia europeia para a competitividade, seguindo o que está no relatório apresentado pelo ex-presidente do BCE, Mario Draghi, que aponta o dedo à fragmentação dos mercados de capitais. Um problema que a portuguesa é mandatada a combater.

Von der Leyen foi também ao relatório de um outro primeiro-ministro italiano, Enrico Letta, buscar o novo conceito de união da poupança e dos investimentos. Quer que Maria Luís ajude "a alavancar a enorme riqueza das poupanças privadas".


Nome Maria Luís Albuquerque
Cargo Comissária para os Serviços Financeiros e a União da Poupança e do Investimento
País Portugal

QUE ARMADILHAS E QUE ESPAÇO PARA BRILHAR?

Maria Luís não reporta diretamente a Ursula von der Leyen, mas ao francês Stéphane Séjourné, que é vice-presidente executivo para a Prosperidade e Estratégia Industrial. É com ele que tem de se entender bem. França pede avanços concretos na união de mercados de capitais, mas o tema é sensível e de difícil acordo a 27, tal como a união bancária ou a criação de um sistema europeu de seguros de depósitos. Os objetivos estão na pasta da portuguesa, mas a decisão está nas mãos dos Governos. Os Serviços Financeiros não são uma pasta muito mediática, mas a comissária terá propostas legislativas para



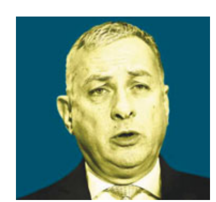
Nome Raffaele Fitto
Cargo Vice-presidente executivo para a Coesão e as Reformas
País Itália



Nome Valdis Dombrovskis
Cargo Comissário para a Economia e a Produtividade
País Letónia



Nome Piotr Serafin
Cargo Comissário responsável pelo Orçamento, Luta Antifraude e Administração Pública
País Polónia



Nome Jozef Síkela
Cargo Comissário para as Parcerias Internacionais
País Chéquia



Nome Costas Kadis
Cargo Comissário para as Pescas e os Oceanos
País Chipre



Nome Hadja Lahbib
Cargo Comissária para a Preparação e Gestão de Crises
País Bélgica



Nome Christophe Hansen
Cargo Comissário para a Agricultura e Alimentação
País Luxemburgo



Nome Olivér Várhelyi
Cargo Comissário para a Saúde e o Bem-Estar dos Animais
País Hungria



Nome Glenn Micallef
Cargo Comissário para a Equidade Intergeracional, Cultura, Juventude e Desporto
País Malta

Comissários com poderes reforçados

apresentar e deverá participar em algumas reuniões de ministros das Finanças, que é cenário que já conhece.

Nem sempre foram uma pasta autónoma, mas os Serviços Financeiros têm vindo a ganhar relevo e a expectativa é de que possam ter ainda mais neste mandato. Mais do que teve a Coesão, com Elisa Ferreira, ou a Inovação, com Carlos Moedas. Mas a importância e influência da pasta dependerá também da ambição da comissária.

APROVAÇÃO NO PE É PASSEIO NO PARQUE?

A comissária indigitada já passou por várias comissões de inquérito, agora terá de passar nas perguntas dos eurodeputados. O Parlamento Europeu quer também ver a declaração de interesses financeiros e escrutinar se não existem incompatibilidades com a pasta. A esquerda já avisou para conflitos de interesse, lembrando a ida para o sector financeiro depois de ter sido ministra. Na audição terá de preparar-se para perguntas sobre o passado — como a privatização da TAP — e sobre o futuro, tendo de mostrar que está à altura de mobilizar o investimento privado e, ao mesmo tempo, defender o interesse público europeu. Ursula von der Leyen deu-lhe já um voto de confiança ao desvalorizar "as portas giratórias" para o sector privado, argumentando que essa experiência "é muito importante" e "fortalece a posição" da portuguesa. Os eurodeputados decidirão.

politica@expresso.impresa.pt

Alemã mantém controlo do poder

Os 26 comissários ainda têm de passar no crivo do Parlamento Europeu, com alguns nomes já debaixo de fogo

A Comissão é o reflexo das intensas negociações de Ursula von der Leyen com os líderes: sem antigas vozes de contestação interna, com os países que mudaram de candidato a serem recompensados e uma estrutura que reforça o poder da alemã.

"A presidente da Comissão conseguiu muito do que pretendia", escrevem os analistas Fabian Zuleeg e Janis Emmanouilidis, do European Policy Centre, referindo-se desde logo ao equilíbrio de género. Não é uma equipa paritária, em 27 só 11 são mulheres (40%), mas são mais do que no início do mês, quando os candidatos da Roménia e Eslovénia eram homens. Por pressão da presidente, mudaram. A romena Roxana Minzatu consegue uma vice-presidência executiva e à eslovena Marta Kos é entregue a pasta do Alargamento, de relevo crescente. Dos seis vice-presidentes, quatro são mulheres e há competências de peso entregues a outras, incluindo a Maria Luís Albuquerque.

Emmanuel Macron também mudou de comissário, após a saída com estrondo de Thierry Breton, mas não alterou o género. Stéphane Séjourné fica como vice-presidente, mas do antecessor só herda o Mercado Interno, perdendo o Digital e a Defesa. A relação entre Von der Leyen e Breton era tensa: o francês criticou-lhe várias decisões e internamente era criticado por se sobrepor a outros comissários. No final ganhou a alemã, cujo estilo é centralizador e controlador. Essa parte não deve mudar com a saída de outros contrapesos.

Von der Leyen mudou a estrutura do Executivo, colocando o foco na segurança e competitividade, associado às alterações climáticas e descarbonização. Mas há várias pastas sobrepostas e comissários com mandato parecido. "Há uma infinidade de temas transversais e de sobreposições entre as pastas. Esta estrutura reforça ainda mais o papel da presidente da Comissão na nova construção, mas também aumenta o risco de bloqueios", dizem Zuleeg e Emmanouilidis.

É também uma equipa a pender para a direita. 14 comissários são do PPE, só cinco socialistas, quatro liberais e um vice-presidente dos conservadores eurocéticos, o escolhido pela primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni. Os 26 comissários têm agora de passar no crivo do Parlamento Europeu, com alguns nomes já debaixo de fogo, como o húngaro e a eslovena.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Como os políticos ‘roubam’ bandeiras: uma arte que prospera

Ansiando crescer, os **principais partidos** cada vez mais adotam políticas dos concorrentes



Nos debates no Parlamento, Montenegro tenta apontar aos dois lados FOTO MIGUEL A. LOPES/LUSA

JOÃO PEDRO HENRIQUES

Neste mesmo dia, há uma semana, o Governo comunicava ao país uma medida que mostra bem o intenso esforço que Luís Montenegro tem vindo a fazer para cativar os votos de eleitorados que se têm mantido no PS.

Ciente de que há muito que os socialistas fizeram do aumento da oferta estatal de habitação uma das suas causas — e com a tarefa facilitada pelo facto de António Costa ter falhado na promessa de construir 26 mil casas até aos 50 anos do 25 de Abril —, Montenegro prometia, numa visita ao parque público de habitação de Alcanena, que o Governo iria duplicar a oferta prevista (ler notícia na última página).

Ser o “Costa da direita”

Quando Montenegro anuncia um bónus aos pensionistas, quer também que estes esqueçam os cortes de que foram vítimas no Governo de Passos Coelho e se afastem do PS. Roubar bandeiras ao PS não tem sido, no entanto, a única prioridade do chefe do Governo. Quando apresenta pacotes legislativos especificamente dedicados aos jovens, está a falar para a IL. Mas também procura falar aos eleitores do Chega.

Há dias, falando sobre incêndios, fez lembrar o registo que André Ventura normalmente usa: “Nós não vamos largar estes criminosos, nós não vamos largar este combate a quem coloca todo um país em causa.” Como se fosse o Governo a ter o poder judicial na mão, acrescentava: “Nós não podemos perdoar a quem não tem perdão.” Num registo conspiracionista, falava — sem discriminar — em “coincidências a mais” e a isto somava a denúncia dos “interesses que sobrevoam” estas ocorrências.

Com poucos dias de diferença, Montenegro conseguia assim falar tanto para eleitores à esquerda como para os mais próximos do Chega.

O primeiro-ministro tenta roubar pensionistas ao PS e jovens à IL e ao Chega

Luís Paixão Martins, o consultor de comunicação (reformado) que esteve com António Costa na construção da maioria absoluta de 2022, diz ao Expresso que, “no plano pragmático, Montenegro tem procurado atrair eleitorado ‘viúvo’ do PSAC (o PS de António Costa), ao mesmo tempo que no plano ideológico usa referências comuns aos eleitores do Chega”. E isto “é uma tentativa de tornar o PSD mais central, arrastando o centro político para a direita”. Isto é, “Montenegro sonha em ser o António Costa da direita portuguesa”.

Este objetivo tem, porém, um “obstáculo”: “As características dos eleitores da direita” e do “Chega e IL”. Trata-se de “organizações populistas de direita” que “não querem governar com o PSD”. Ou seja, no *aggiornamento* à direita o PSD não tem a tarefa facilitada, como Costa teve à esquerda quando fez a ‘geringonça’. “Quando políticos e analistas da direita situam no mesmo plano os partidos à direita do PSD e os partidos à esquerda do PS, estão a fazer uma comparação desajustada no tempo”, uma vez que BE e PCP evoluíram “para ‘aceleradores’ do PS”, para que o PS vá “mais rápido e mais profundo nas políticas da esquerda”.

A luta das “contas certas”

Seja como for, Montenegro, embora muito empenhado, não tem sido original a exercer a nobre arte do roubo das bandeiras.

Um dos casos de maior sucesso foi protagonizado por António Costa a partir de 2014 (o ano em que tomou conta do PS). Consciente de que a imagem do partido estava profundamente danificada pela desgovernação económica de Sócrates — que transformou Portugal em 2011 num protetorado do FMI, BCE e Comissão Europeia —, o líder socialista empenhou-se em apresentar o PS como tendo passado a ser um partido responsável e firmemente ancorado numa governação de “contas certas”.

Nas cúpulas do partido, esta última ideia, vista como de seguidismo europeísta, gerou controvérsia e receios, com a hipótese de assim o partido estar a descartar a possibilidade de crescer à esquerda. Era o tempo em que um ‘jovem turco’ do PS chamado Pedro Nuno Santos dizia coisas como: “Estou-me marimbando para os nossos credores. Ou os senhores se põem finos ou nós não pagamos. E se nós não pagarmos a dívida e se lhes dissermos, as pernas dos banqueiros alemães até tremem!”

Paixão Martins diz que Montenegro quer ser “o António Costa da direita”

Acabou, porém, por vingar a decisão de transformar as “contas certas” numa bandeira que se poderia agitar sem tibiezas — desencadeando-se, é claro, as respetivas políticas públicas, que levaram ao défice zero dos dias de hoje e à redução da dívida pública até níveis abaixo dos 100% do PIB.

A coelha de Ventura

Não há partido que cresça sem roubar bandeiras a outros partidos. E um dos mestres na arte tem sido André Ventura. Ao mesmo tempo que procura manter no Chega a base eleitoral forte que lhe foi fornecida pelos votos dos proprietários agrícolas aficionados da tauromaquia, identifica-se constantemente como o melhor amigo dos animais, procurando puxar para o seu partido quem em tempos levou o PAN a eleger quatro deputados.

Não por acaso, apresentou-se desde o início como o terno proprietário de uma coelha, “Acácia”, com a qual posou inúmeras vezes para registos da propaganda do partido. Sendo que “Acácia” entretanto faleceu, agora mostra-se aos eleitores nas redes sociais tendo ao colo o gato “António”, morador na sede nacional do Chega.

Mas, além disso, o animalismo do Chega tem-se traduzido também em iniciativas legislativas, como uma resolução “pela inclusão da proteção prioritária dos animais no plano nacional de proteção civil” ou a redução do IVA da alimentação para os animais. A eficácia animalista de Ventura foi até ao ponto de conseguir levar para a bancada do seu partido uma ex-deputada do PAN, Cristina Rodrigues.

Roubar bandeiras ao partido ao lado — ou até a outros mais distantes — parece ser a marca das formações que querem crescer. E a arte está em fazê-lo com a ginástica suficiente para acrescentar novos eleitores sem que estes enxotem os tradicionais. Tudo isto condimentado com alguma fé na amnésia dos eleitores.

jphenriques@expresso.impresa.pt

BREVES

BE CHAMA MINISTRA SOBRE EUTANÁSIA

EUTANÁSIA O Bloco de Esquerda avançou com um requerimento potestativo para ouvir a ministra da Saúde no Parlamento sobre a regulamentação da lei da eutanásia. O partido acusa o Governo de “impedir, de forma delatória, a plena aplicação e funcionamento de uma lei da República” e critica PSD e Chega por “tentarem proteger” Ana Paula Martins.

12

semanas é o prazo proposto pelo PS para a interrupção voluntária da gravidez (IVG), que se fixa atualmente nas 10 semanas. O projeto de lei dos socialistas, que foi entregue esta semana no Parlamento, alarga o período para o procedimento, sublinhando que é “o mais restritivo de toda a Europa”, e densifica o direito à objeção de consciência por parte dos médicos. O objetivo é obrigar os hospitais a terem sempre médicos disponíveis.

CPI OUVE EX-SECRETÁRIA DE LACERDA SALES

EXCEÇÃO À porta fechada, mas com depoimento público. Será assim a audição de Carla Silva, antiga secretária de Lacerda Sales, que vai decorrer esta sexta-feira na comissão de inquérito ao caso das gémeas. A audição decorre só com presença de deputados, mas o som será transmitido no Canal Parlamento sem imagem.

“METADE DO MATERIAL VAI PARA A POLÓNIA E PARA A ESLOVÁQUIA, METADE DO MATERIAL VAI PARA ISRAEL”

Paulo Rangel
Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre navio com bandeira portuguesa que transporta explosivos



BLANCO CANDIDATA-SE A VICE DOS LIBERAIS EUROPEUS

ALDE O deputado e vice-presidente da IL, Bernardo Blanco, vai entrar na corrida à vice-presidência do ALDE (Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa), cuja eleição terá lugar no Congresso do partido, entre 4 e 6 de outubro, no Estoril. A decisão surge depois de Cotrim de Figueiredo desistir de se candidatar ao cargo.

MADEIRA

Suspeitas voltam a ensombrar Albuquerque

O **futuro do Governo Regional** joga-se na Justiça, numa nova lei eleitoral, mas também nas eleições do Chega

MARTA CAIRES

Oito detidos numa operação que investiga o financiamento ilegal do PSD-Madeira numa altura em que o partido é acusado de truque de secretaria para manter o poder através do regresso dos círculos concelhios para as eleições regionais. Do lado da oposição, o PS anula audições parlamentares do JPP para valorizar comissão de inquérito à atuação do Governo no incêndio de agosto. E domingo há eleições no Chega-Madeira.

A operação judicial desta semana voltou a meter aviões da Força Aérea, mas, com o país a arder, teve pouco destaque no noticiário nacional. Há uma nova investigação judicial a propósito de contratos públicos adjudicados a uma empresa de publicidade, que é, ao mesmo tempo, fornecedora de entidades públicas e do PSD-Madeira. As suspeitas são de participação económica em negócio, recebimento indevido de vantagem e financiamento proibido de partidos políticos. Estes crimes — que terão lesado o erário público em um milhão de euros — ocorreram, segundo a Polícia Judiciária, durante os Governos de Albuquerque.

O presidente do partido e do Governo Regional está, pela segunda vez num ano, sob suspeição. O PSD apressou-se a emitir um comunicado onde refuta tudo e garante que tem faturas e recibos da compra do material de campanha de 2023, que foi pago pelo partido e não através de contratos públicos com valores empolados. O caso, comparado com o de janeiro, parece menos relevante.

Os empresários não têm a dimensão dos empreiteiros Avelino Farinha e Custódio Correia e, embora tenham sido detidos um presidente de câmara e um ex-secretário regional, nenhum está ao nível da popularidade de Pedro Calado, quando entrou algemado no avião da Força Aérea. São menos conhecidos, mas, nos últimos 12 anos, movimentaram-se perto do líder, sobretudo o antigo secretário regional da Agricultura. Humberto Vasconcelos entrou no Governo em 2015, depois de anos ao lado de Albuquerque na luta interna contra Jardim.



Miguel Albuquerque vê-se envolvido no segundo caso do ano por suspeitas de corrupção FOTO GREGÓRIO CUNHA

Interrogatórios começam até segunda-feira

Os oitos detidos desta Operação Ab Initio vão começar a ser ouvidos pela juíza de instrução Susana Mão de Ferro no Palácio da Justiça, no Funchal, entre esta sexta e a próxima segunda-feira. Ontem, as defesas leram o despacho de indiciação do Ministério Público para poderem ter acesso às suspeitas que recaem sobre os arguidos neste caso de alegada corrupção. Todos ficaram detidos no Estabelecimento Prisional do Funchal. Segundo o "Diário de Notícias da Madeira", três dos suspeitos — o presidente da Câmara da Calheta, Carlos Teles, e os empresários Humberto Drumond e Miguel Nóbrega — foram colocados em celas separadas da restante população prisional. Os restantes cinco ficaram em camaratas. O Expresso sabe que existe pressão para que o prazo legal das 48 horas para primeiro interrogatório seja respeitado, de modo a não se repetir o "descalabro" da outra operação de corrupção na Madeira, em que os interrogatórios duraram 21 dias até os arguidos saírem em liberdade.

HUGO FRANCO

Tensão sobre lei eleitoral

A sombra de novo caso de corrupção dá também força à tese de que o PSD, em desgaste há várias eleições, quer manter o poder com um truque de secretaria, através da revisão à lei eleitoral da Madeira. O assunto está em debate na Assembleia Legislativa e em cima da mesa estão quatro propostas. A mais contestada é a dos sociais-democratas, com o regresso aos círculos eleitorais concelhios e com um aumento do número de deputados. Ou seja, o Parlamento passaria a ter 47 deputados eleitos pelos 11 concelhos, cinco por um círculo regional de compensação e dois para a emigração, num total de 54 lugares.

Alteração da lei eleitoral aumenta a tensão entre CDS e PSD, apesar de terem um acordo

Nas contas feitas com base nos resultados das últimas regionais o PSD teria 26 deputados e ficaria a dois da maioria absoluta. O CDS elegia dois, o PS aumentava para 12, o JPP descia para oito e o Chega ficava com três. Este regresso aos círculos concelhios é visto como um ataque à oposição, sobretudo aos pequenos partidos: não só os votos deixariam de ter todos o mesmo valor, como acontece com o círculo único, como obrigaria a fazer listas por concelho e condicionaria os eleitores a não desperdiçar votos. O PS-Madeira está contra o regresso deste modelo, embora a lógica do voto útil favoreça quase sempre os maiores partidos. Na Madeira, o crescimento dos socialistas não está apenas condicionado pelo PSD. A dispersão de votos na oposição também não ajuda o partido que quer ser a única voz contra os sociais-democratas.

O debate sobre a lei eleitoral obriga a um longo processo negocial e a duas votações: primeira no Parlamento madeirense e depois na Assembleia da República. E também já fez aumentar a tensão entre CDS e PSD, apesar de terem um acordo parlamentar, com José Manuel Rodrigues (líder do CDS regional) a dizer que a proposta do PSD "afeta o pluralismo e a diversidade da representação política na Assembleia Legislativa".

O futuro político de Miguel Albuquerque não se joga apenas na Justiça ou numa nova lei eleitoral, passa também pelos cerca de 500 militantes do Chega-Madeira que vão escolher este domingo o novo líder. São três os candidatos: Miguel Castro, Magna Costa e José Fernandes. O primeiro é deputado e é o ainda líder regional e Magna Costa também está na Assembleia e representa uma dissidência dentro do grupo parlamentar. Já José Fernandes é da linha mais dura do partido e propõe uma moção de censura ao Governo, mas para isso teria de contar com o apoio dos quatro deputados eleitos, o que não é certo. E, pelo menos por enquanto, os três deputados da linha de Miguel Castro optaram pela estabilidade e viabilizaram o Programa do Governo e o Orçamento.

politica@expresso.impresa.pt

Gente



O homem da mala O ministro Castro Almeida foi, por estes dias, recambiado para Aveiro para gerir a *task force* multidisciplinar de apoio aos incêndios e anunciou desde logo que "a mulher" lhe tinha feito a mala para três dias — não fosse o trabalho demorar. Rapidamente a internet e o século XXI o acusaram de machismo, mas a sua antecessora, Ana Abrunhosa, desculpou-o numa entrevista à rádio Observador. "Se é verdade que a esposa lhe faz a mala, então é porque são um casal unido", disse a ex-ministra do PS, confessando, contudo, que também gostaria de ter quem lhe fizesse a mala quando estava no Governo e tinha de partir rapidamente para algum lado. Gente, que durante anos esteve atenta à forma como Abrunhosa se compadecia dos socialistas com problemas, como Pedro Nuno Santos ou João Galamba, enternece-se com a solidariedade agora demonstrada com um adversário: que há coesão na pasta da Coesão Territorial isso há.

Adiamento final O Chega anda com problemas de definição política, mas também horária. Num só dia adiou uma conferência de imprensa por três vezes, mudou de protagonista da mesma conferência de imprensa e nem na nova hora começou a tempo. O suspense era tal que Gente ainda pensou que seria algo solene e grave. Mas não, foi mesmo de adiamento em adiamento até ao adiamento final: Ventura apareceu a adiar a manifestação contra a imigração.

Superstar Após o recuo de Cotrim Figueiredo, Bernardo Blanco decidiu avançar para a corrida à vice-presidência do ALDE. O anúncio foi feito através de um vídeo, onde o deputado liberal mostra os seus dotes no futebol e aponta aqueles que considera serem trunfos, carregando no exagero. Diz que expôs vários escândalos na Comissão de Inquérito à TAP e mereceu a atenção dos *media* nacionais. O seu *slogan* é BET ("Boost Europe Together"), mas nas redes sociais depressa foi alvo de chacota e apelidado de BETo.

Carlos, o amuado



FUGA Carlos Moedas tem claras dificuldades em lidar com a oposição. Ora irrita-se e tenta elevar a voz, ora amua. Foi o que fez esta semana, quando confrontado pelo Bloco com uma notícia do Expresso sobre painéis publicitários. "Carlos Moedas mente", disse Maria Escaja. "A senhora deputada chamou-me mentiroso", indignou-se o edil e saiu da sala. Gente aconselha a Fuga em Dó menor de Mozart. FOTO D.R.

CRIME



Rapaz de 12 anos pesquisava *sites* nazis

Jovem que esfaqueou seis colegas **pode ser internado num centro educativo**. Medida divide especialistas

Texto HELENA BENTO e HUGO FRANCO
Foto NUNO FOX

O rapaz de 12 anos que esfaqueou seis colegas da Escola Básica da Azambuja, na última terça-feira, andava há algum tempo a pesquisar *sites* de ideologia nazi. O dado alertou as autoridades que investigam o caso. "O estudante estava claramente num processo de se deixar influenciar pelo ideário nazi com informação que se encontra facilmente na internet em fontes abertas. Mas não tem maturidade suficiente para processar as leituras que faz, havendo uma margem de perigo para uma criança as distorcer", conta uma fonte próxima do processo.

Nesta fase preliminar do inquérito ainda é prematuro para os investigadores fazer uma relação entre os conteúdos das pesquisas *online* e o ato que o aluno do 7º ano cometeu no início da tarde do dia 17, depois de ter ido a casa almoçar e trazer para a escola uma faca de cozinha e um colete antibalas que pertence ao pai, ferindo seis colegas que se cruzaram consigo. "Tem que se aprofundar este dado na investigação."

"A família não pode ser criminalizada por o filho ter usado uma faca de casa", diz o advogado João Nabais

Não está colocada de parte — mas também não há nada que o prove até ao momento — a hipótese de o estudante ter sido influenciado por uma terceira pessoa para cometer aquele crime. "Temos de perceber se houve instigação de terceiros. Temos de esgotar essa possibilidade. As influências podem ter sido feitas no espaço cibernético." Uma das certezas da investigação é a de que o autor do ataque "é uma criança que não está bem a nível psicológico e emocional". Falta agora perceber se teve um surto psicótico ou se algo o estava a perturbar. "Os pensamentos ruminantes são terríveis."

De início, tudo apontava para que o rapaz se estivesse a vingar de algum colega, por represálias de ter sido alvo de *bullying*, mas a tese tem perdido consistência e não parece que os alegados maus-tratos de algum colega pudessem ser suficientemente fortes para levar àquele comportamento violento.

Menor falou com a PJ

A faca de cozinha que trouxe de casa não coloca os pais em xeque, de acordo com fontes judiciais. "Não há pais que consigam controlar se o seu filho quase adolescente leva uma faca caseira para a escola. Por isso, não existe qualquer responsabilidade criminal por parte deles." Também o colete antibalas não é do mesmo tipo do que é usado pelas forças policiais para as proteger de tiros. "É um colete menos 'à séria', que não é ilegal ser usado por civis."

Esta informação é corroborada pelo advogado João Nabais. "A família não pode ser criminalizada pelo facto de o filho ter usado uma faca de casa. Só o podia ser se ele tivesse três ou quatro anos. Não há qualquer dever de cuidado que tivesse sido incumprido." Também Carlos Melo Alves defende que "os progenitores, em princípio, não podem ser responsabilizados a menos que, no caso concreto, tenham sido negligentes."

Depois de ter sido travado por uma funcionária da escola, e de ter sido retido pela GNR numa sala, o atacante foi ouvido no final do dia pela Polícia Judiciária. O Expresso sabe que não foi formalmente inquirido e de que se tratou de uma conversa que se quis informal. "Não se remeteu ao silêncio. Foi falador, mostrou competências intelectuais que causaram surpresa a quem o ouviu", revela a mesma fonte.

O rapaz encontra-se agora em observação na urgência de pedopsiquiatria do Hospital de Dona Estefânia, em Lisboa, à guarda da PJ, segundo apurou o Expresso. Só depois de terminada a avaliação clínica serão decididos os próximos passos.

O que pode decidir o juiz

As conclusões dos médicos serão importantes para a futura decisão de um juiz do tribunal de menores. O processo tutelar educativo — que se aplica a crianças entre os 12 e os 16 anos que cometem atos tipificados como crime — foi aberto pelo Ministério Público do Juízo de Família e Menores de Vila Franca de Xira, como revelou a Procuradoria-Geral da República. Um magistrado especializado em crimes cometidos por menores revela que este processo pode ser demorado, e que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) poderá ser chamada apenas depois de o rapaz cumprir a medida tutelar, caso o juiz considere que a família necessita de acompanhamento. A CPCJ pode ser envolvida em situações em que o contexto familiar é complexo e desestruturado, especialmente se houver problemas graves na família, como a presença de outros irmãos ou crianças no mesmo agregado familiar.

"O jovem não está bem a nível psicológico", revela fonte próxima da investigação

O juiz do Tribunal de Menores tem à sua disposição várias penas que pode aplicar, desde decretar medidas de acompanhamento, que dependem da gravidade atribuída à situação, até à mais severa, que é o internamento em centro educativo em regime fechado, por um período de até três anos. Este período pode ser revisto regularmente. Os especialistas desta área dividem-se sobre a aplicação de uma medida tão pesada: "Como é que uma criança de 12 anos irá beneficiar de um internamento longe da família? Este menor deverá ser antes acolhido junto da família." Outra responsável com histórico na CPCJ tem uma posição oposta: "Este jovem é um perigo para a sociedade. Como podemos ter a certeza de que não vai repetir este crime? Deve ficar internado."

O incidente aconteceu na terça feira, na Escola Básica da Azambuja. No dia seguinte, nem todos os alunos regressaram às aulas

O ataque deixou seis alunos feridos. Cinco foram transportados para o Hospital de Vila Franca de Xira com ferimentos nos braços, enquanto uma aluna foi levada para o Hospital de Santa Maria, em Lisboa, devido à gravidade das lesões no tórax. Na quinta-feira ao início da tarde, teve alta clínica.

Quarta-feira, primeiro dia de aulas após os incidentes, o ambiente à porta da escola era de apreensão e preocupação. Já depois de se despedirem dos filhos à entrada da escola, onde foram recebidos por agentes da GNR e funcionários que tentaram transmitir segurança e boa disposição, alguns pais revelaram que os filhos não queriam voltar, com medo de que a situação se repita. O presidente da Câmara, Silvino Lúcio, garantiu que todos os alunos irão receber o apoio psicológico necessário e adiantou que será pedido à PSP um reforço das rondas dos agentes que efetuam o policiamento na escola no âmbito da "Escola Segura". Pais de alunos receberam entretanto uma mensagem do Hospital de Vila Franca de Xira a informar que serão contactados, mas sem especificar quando.

hrbento@expresso.impresa.pt

Como é que uma criança se torna violenta?

Reintegração numa escola diferente é possível, mas o processo será longo e com apoio psicológico

Entrou na escola, esfaqueou seis colegas e foi apanhado. "Para desencadear um comportamento desta violência, seguramente, não é uma criança tranquila a viver os 12 anos dentro daquilo que é a normalidade." Não conhecendo o caso além dos jornais, Augusto Carreira, pedopsiquiatra, acredita ser possível afirmar que o jovem que se tornou culpado de um crime "já teria problemas" e que, se as escolas tivessem pessoal técnico e recursos para "detetar casos de sofrimento psicológico", "situações desta podiam ser evitadas".

"A escola é um local privilegiado de observação das crianças e dos adolescentes. Acho que é importante detetar pequenas coisas, porque os sinais não são explícitos. As crianças não andam a gritar aos sete ventos que estão a sofrer, pelo contrário, escondem-se e têm este movimento de introversão", diz. "Infelizmente, as nossas escolas não têm esses recursos."

Para o pedopsiquiatra, a criança que toma atitudes desta natureza encontra-se num "sofrimento profundo". "Estava em sofrimento, que se foi acumulando e que não foi identificado a tempo", refere, lembrando que há um padrão relativamente constante nestes casos que inclui o isolamento, a dificuldade na interação social e terem sido vítimas de humilhações em algum momento da vida.

A mesma opinião é partilhada por Laura Sanches, psicóloga clínica. "É preciso haver um conjunto de grandes problemas já na vida dele que o façam chegar a este ponto. Será um jovem que está bastante desligado das emoções e, provavelmente, magoado, revoltado e teve essa necessidade de descarregar", sublinhando como, "sobretudo os rapazes", passam horas a jogar ou a assistir a conteúdos violentos. "Contribui um pouco para a falta de controlo dos impulsos, para o aumento da frustração e, até às vezes, para comportamentos violentos."

Uma questão que Carreira define como um "problema inegável", vincando a possibilidade de mimetização desses mesmos conteúdos. "O tempo de isolamento das crianças, as horas que passam no quarto, num mundo que às vezes os pais desconhecem completamente, deve ser um motivo de preocupação."

Humilhações e *bullying*

Ao Expresso, o presidente da Câmara da Azambuja, Silvino Lúcio, assegurou que o aluno em causa tinha um comportamento "normal", desmentindo as alegações de que seria vítima de *bullying*. "Nada indicava" que precisasse de algum tipo de apoio.

Este é um quadro muito diferente daquele que ambos os psicólogos acreditam que realmente acontece, notando a frequência com que as crianças escondem aquilo porque estão a passar. "Ao passarem humilhações, aquilo a que vulgarmente chamamos *bullying*, as coisas tomam a forma de raiva dentro da criança, que é contida e não expressa. Acumula e tem de explodir", diz o pedopsiquiatra, recordando a tentativa de atentado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 2022.

"Os miúdos, para se defenderem, desligam-se das emoções. Uma criança desligada não tem capacidade de se pôr no lugar do outro, de ter empatia", explica Laura Sanches, que não exclui a possibilidade de este adolescente ser ainda "bastante imaturo" e não ter completa consciência do que estava a fazer. "Pode ter sido quase como uma fantasia de criança."

Independentemente da forma como as coisas aconteceram, ambos os psicólogos concordam no que se segue: acompanhamento e apoio psicológico. "Deve ser feito numa perspetiva de proteção e não necessariamente de castigo", sublinha Augusto Carreira. É possível que esta criança venha a ser reintegrada numa escola, mas muito dificilmente na mesma onde estudou até agora.

Também os restantes alunos da escola onde aconteceram as agressões, incluindo as seis vítimas do esfaqueamento, vão precisar de apoio psicológico. É natural que "se ande mais ansioso nos primeiros tempos" e que se tema que outro jovem "possa fazer o mesmo". Cabe aos adultos tranquilizar as crianças e ao mesmo tempo ajudar a normalidade a regressar à Escola Básica da Azambuja.

Marta Gonçalves
mpgoncalves@expresso.impresa.pt

URBANISMO

Vias BUS estagnam em Lisboa e no Porto

Há três anos que os corredores para autocarros não aumentam nas duas maiores cidades. Empresas de transportes pedem mais vias e mais controlo do mau estacionamento

Texto **RAQUEL ALBUQUERQUE** Foto **TIAGO PEREIRA SANTOS**
Infografia **CARLOS ESTEVES**

A velocidade de circulação dos autocarros em Lisboa e no Porto atingiu mínimos históricos, o que contraria o objetivo de os tornar mais atrativos do que o automóvel particular. Mas em cidades com carros a mais, trânsito intenso e mau estacionamento, é difícil conseguir que os autocarros andem de forma fluida — a não ser que possam circular em vias reservadas a transportes públicos. O problema é que o número de quilómetros de corredores BUS não está a crescer: pelo contrário, em Lisboa diminuiu ligeiramente e no Porto mantém-se igual há três anos. Para as empresas responsáveis por serviços de autocarros urbanos, a extensão atual é "claramente insuficiente" e contribui para tornar o transporte rodoviário ainda menos competitivo.

Os dados da Carris mostram que o maior aumento no número de quilómetros de corredores BUS em Lisboa deu-se em 2020, como parte do plano de mobilidade anunciado no ano anterior pelo Executivo de Fernando Medina. O plano incluía ainda a promessa de uma maior fiscalização e penalização dos condutores que usassem indevidamente as vias exclusivas a transportes públicos. Em 2020, a cidade ficou com 69,6 km de corredores BUS, mas o número desceu para 68,8 km em 2023.

No caso do Porto, segundo a autarquia, a cidade tem, desde setembro de 2021, um total de 20,9 km de vias reservadas a autocarros (embora os dados da STCP, empresa que opera o serviço rodoviário na cidade, apontem para uma ligeira diminuição). No plano de mobilidade sustentável da autarquia serão incluídas "medidas específicas" para melhorar a velocidade média dos autocarros (15,8 km/h em 2023), "nas quais os corredores BUS terão um papel estratégico".

Também a Carris está a trabalhar com a Câmara Municipal de Lisboa para melhorar a 'velocidade de exploração' dos autocarros, afetada sobretudo pelo trânsito, tempo nas paragens e estacionamento indevido. Caso a Carris tivesse conseguido circular a 14 km/h, em vez dos 13,5 km/h — o valor mais baixo em 20 anos — teria sido possível percorrer mais 1,2 milhões de quilómetros no ano, ou seja, com o mesmo número de veículos e motoristas, a oferta seria 3% mais elevada.

O apelo às autarquias — a quem cabe a decisão de criar mais corredores BUS — vem de outras empresas de transporte rodoviário. "Numa cidade como Lisboa, densamente saturada de tráfego rodoviário, as faixas BUS existentes são claramente insuficientes. Considera-se bastante importante a criação de mais faixas destas em zonas específicas", defende a Rodoviária de Lisboa, uma das operadoras da Carris Metropolitana. Avenida do Brasil, troço de acesso no IC2, Alameda das Linhas de Torres, Avenida Gago Coutinho e zona do Aeroporto de Lisboa, "entre as partidas e a Rotunda do Relógio, devido ao trânsito que se acumula no acesso ao parque de estacionamento", são as zonas sugeridas.

A A5, que serve de entrada em Lisboa via Monsanto e Oeiras, é outro dos locais "incontornavelmente prioritários" para um corredor BUS, segundo a Viação Alvorada, operadora da Carris Metropolitana. Também a Alsa Todi, que tem autocarros nas duas áreas metropolitanas, apela a mais vias reservadas. "Quer em Lisboa, quer no Porto, a criação de mais faixas BUS faria sentido nas principais entradas e saídas. Permitiriam melhor fluidez do transporte público e maior fiabilidade no cumprimento de horários."

LISBOA

CORREDORES *BUS*
Em quilómetros
68 66 64 62 60
2013 2015 2020 2023

VELOCIDADE DOS VEÍCULOS
Média em km/h, nos autocarros
14,6 14,2 13,8 13,4 13
2013 2015 2020 2023

VEÍCULOS IMOBILIZADOS POR ESTACIONAMENTO ABUSIVO
1700 1400 1100 800 500
1378
2013 2015 2020 2023

FONTE: CARRIS

ARTICULAR COM SEMÁFOROS

Quando chega a hora de alguém decidir se se desloca ou não de transportes públicos, o tempo de viagem é um dos três fatores determinantes. O custo e o número de transbordos são os outros dois. "Mesmo que os autocarros andassem sempre a 50 km/h, é preciso ter em conta o tempo de aceleração e as paragens, portanto ir além de 30 km/h na velocidade média é muito difícil", explica Filipe Moura, especialista em mobilidade. "A questão é que quando há corredores BUS não se perde tempo porque retiram o impacto de ter de partilhar as vias com o restante tráfego."

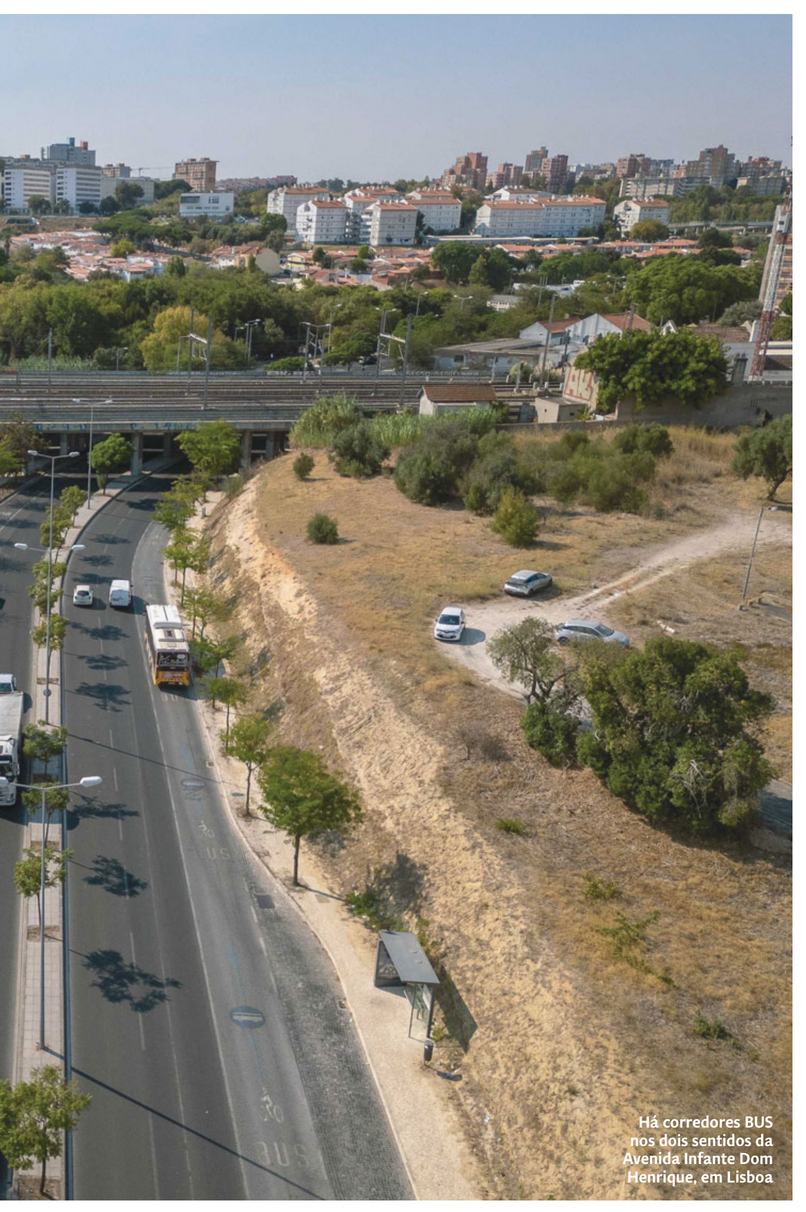
O investigador e professor no Instituto Superior Técnico defende um aumento destas vias, mas não de forma fragmentada na cidade. "É preciso pensar estes corredores numa lógica de rede, com continuidade, atravessando eixos. E é importante apostar numa articulação com os sistemas semafóricos para evitar que os autocarros tenham de parar nas interseções. Isto resolveria uma boa parte do problema. Permitia uma circulação mais fluida do tráfego e teria consequências na procura, que é o desejável."

Um dos problemas na implementação destas vias está na "competição pelo espaço público", porque os condutores receiam que novos corredores BUS entupam ainda mais o trânsito. É por essa razão, diz Filipe Moura, que a expansão destes corredores também "requer uma mobilização das juntas de freguesia". Pedro Homem de Gouveia, responsável pela área de segurança rodoviária da POLIS, uma rede de cidades e regiões europeias dedicada à mobilidade, também vê peso nessa decisão. "Os eixos de penetração na cidade onde os transportes públicos devem ser prioritários são também os que têm mais automóveis. Portanto, a sua implementação implica uma escolha. Essa é uma decisão política."

Só que não basta criar mais vias para pôr os autocarros a circular de forma mais eficaz, alertam as operadoras. "Diariamente, somos confrontados com a utilização destas vias por veículos não autorizados ou estacionamento indevido em segunda fila. A fiscalização é fundamental", refere fonte da Alsa Todi. "As paragens em segunda fila, mesmo de curta duração, bloqueiam a passagem do autocarro, com impacto nos tempos de viagem, causando atrasos e até supressões de viagens."

UM MINUTO BASTA

Pedro Homem de Gouveia lembra que basta um carro estar incorretamente numa paragem para impedir o autocarro de encostar como deveria. "Isso significa que as pessoas com mais dificuldade de mobilidade vão levar mais tempo a entrar e a sair, o que também reduz a velocidade do autocarro." Segundo os dados da Carris, no ano passado, 1378 autocarros e elétricos ficaram imobilizados devido a carros mal estacionados, o que deu origem

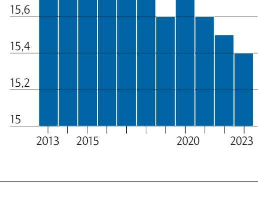

Há corredores BUS nos dois sentidos da Avenida Infante Dom Henrique, em Lisboa

PORTO

CORREDORES *BUS*
Em quilómetros

* Corredores usados pelos autocarros da STCP. A autarquia aponta para 20,9 km desde 2021

VELOCIDADE DOS VEÍCULOS
Média em km/h, nos autocarros



MULTAS POR ESTACIONAMENTO ABUSIVO



FONTE: STCP

a um total de 811 horas perdidas. No Porto, segundo a STCP, as multas aplicadas a estacionamento indevido nos corredores BUS aumentaram 49%. O problema levou a empresa a assinar um protocolo com a câmara do Porto, em dezembro de 2023, dando à STCP a competência de fiscalizar o estacionamento indevido nos corredores BUS e nas paragens.

O especialista da rede Polis defende que não basta fiscalização para resolver o problema. "É preciso que o próprio desenho da rua não permita esse comportamento. Criar estacionamento junto das paragens de autocarro é, em si, um problema." Para a Alsa Todi, que lembra que "um minuto de uma viatura mal estacionado é suficiente para atrasar toda a operação", a solução também passa por uma campanha de sensibilização "forte e impactante" dirigida aos automobilistas.

Ganhar consciência do impacto da utilização excessiva do automóvel nas cidades continua a ser urgente, mais ainda quando Lisboa e Porto estão entre as 100 cidades escolhidas pela Comissão Europeia para serem neutras em carbono daqui a seis anos. Na capital, o objetivo é que, em 2030, não mais de 34% da população se desloque de carro (51% em 2021).

"As cidades contemporâneas têm um grande problema: estão a funcionar com sistemas de transportes desenvolvidos ao longo do último século em que o centro das preocupações foi dar prioridade ao automóvel individual. Isso levou a uma distribuição desequilibrada do espaço para circulação e estacionamento, e a velocidades que colocam em desvantagem os autocarros, e em perigo quem anda a pé ou de bicicleta", resume Pedro Homem de Gouveia, da Polis. "A questão que se coloca hoje na Europa é que as pessoas não têm liberdade de escolha. O 'monopólio' do transporte individual prejudica todos os outros modos de transporte, e força muitas pessoas, especialmente nas áreas suburbanas, a uma escolha ingrata, entre gastar 25% do orçamento familiar num carro ou todo o tempo livre em transportes públicos. Todos perdem. É preciso criar condições para que os transportes públicos funcionem melhor."

com PHELIPE DE ANDRADE
ralbuquerque@expresso.impresa.pt

Manuel Aires Mateus Arquiteto

"A 'turistização' criou um profundo desequilíbrio"

O arquiteto Manuel Aires Mateus, distinguido com o Prémio Pessoa em 2017 e responsável por projetos emblemáticos como a reitoria da Universidade Nova de Lisboa ou a sede da EDP na Avenida 24 de Julho, vê nas cidades um "bem indiscutível" que tem de ser preservado. Preocupado com a situação "completamente desequilibrada" de Lisboa, o arquiteto defende um papel ativo do Estado para voltar a harmonizar a cidade, de forma a recuperar a "microvida e proximidade" que tem perdido.

P O que entende como cidade inteligente?

R A cidade inteligente é aquela onde a mobilidade é tendencialmente feita a pé e de bicicleta, onde há uma ideia de vizinhança e de proximidade. É a cidade em que a construção resiste no tempo e essa resistência lhe permite evoluir naturalmente. Por exemplo, os conventos na Europa já foram de tudo, com uma resistência quase infinita, porque têm uma tipologia muito forte e muito clara. Construir coisas de forma clara ajuda-nos a ter essa resistência no tempo. Além disso, a cidade inteligente é também a que funciona como encontro, onde as pessoas estabelecem relações próximas. E as cidades não se podem especializar, não podem ser monofuncionais, têm de ser equilibradas.

P É isso que tem visto acontecer em Lisboa?

R A 'turistização' a partir de 2016 e a compra massiva da cidade por estrangeiros com um poder de compra diferente do dos portugueses criaram um profundo desequilíbrio em Lisboa. Neste momento, temos uma cidade completamente desequilibrada. Sabia-se que isso ia acontecer e, quase dez anos depois, estamos ainda à espera da reação ao fenómeno. É preciso harmonizar a cidade, porque não se pode matar o tecido não-turístico e não-especulativo. A cidade precisa dessa microvida e proximidade, mas tem vindo a expulsar os seus habitantes.

P O que é que falha?

R Há uma falta de ação do Estado, que é quem tem de regular esta condição, não são os privados. É preciso construir habitação massivamente para recriar um equilíbrio e também é necessário alargar a cidade fácil, que é o espaço que permite um movimento facilitado. Por exemplo, a Margem Sul do Tejo tem necessariamente de ser capaz de se aproximar da Margem Norte com grande facilidade, reduzindo-se o impacto desse movimento pendular.

P Refere-se a uma melhoria da mobilidade em termos de transportes?

R Sim, também. Não podemos ter lugares especializados. Não podemos ter uns sítios onde as pessoas trabalham, outros onde vivem, uns que são dos turistas, outros dos não-turistas. É uma função do Estado manter esse equilíbrio, criar uma forma de a circulação ser fácil e refiro-me a uma mobilidade coletiva, a que é menos poluente e que tem um impacto muito menor. É a que interessa. A dependência do automóvel é uma coisa ultrapassada.

P Que outros desequilíbrios vê na cidade de Lisboa?

R Está a crescer uma outra dimensão que deveria ser regulada e a que os suíços chamam de 'casas frias'. São as casas usadas pouco tempo por ano e que estão quase sempre vazias. É um problema que descaracteriza muito a cidade e que é grave. Além disso, quando as casas estão mais baratas em Barcelona ou Madrid do que em Lisboa, começa a ser complicado até para os meios de produção. As possibilidades começam a estar cada vez mais fechadas e vai haver trabalhos que não se podem desenvolver aqui. O problema é que, na construção, as reações são muito lentas e o Estado já percebeu que é muito difícil reagir. Todo o processo é muito burocratizado.

P Há uma parte do reequilíbrio das cidades, sobretudo quanto à mobilidade, que passa por uma mudança de hábitos individuais. Falta essa tomada de consciência?

R Acho que é preciso, até se calhar de forma quotidiana, educar as pessoas. Dou-lhe um exemplo: uma aplicação nos transportes franceses dá o trajeto para ir de um ponto ao outro e diz quanto vamos poluir a menos comparando com o carro. É praticamente mil vezes menos. Ter essa consciência criou-me uma sensação estranha. E é preciso esse tipo de equilíbrio, educação e sensação. A cidade é o lugar de todos. É o centro da nossa cultura, é um bem indiscutível. Temos de a preservar, de a fazer evoluir, de a equilibrar. A cidade europeia é um exemplo extraordinário da inteligência humana. E é talvez a mais bela tradução da capacidade de transformação humana. R.A.

ralbuquerque@expresso.impresa.pt

PROJETOS EXPRESSO BARÓMETRO

Perceção Aos olhos dos portugueses, a corrupção está generalizada, mesmo sem dados que a comprovem. Peritos pedem mais transparência e reforma na Justiça

A corrupção mantém-se e “pouco ou nada tem sido feito”

Textos **FRANCISCO DE ALMEIDA FERNANDES**
Ilustração **CARLOS MONTEIRO**

Corrupção e incompetência são duas das palavras que, estudo após estudo, são atribuídas a Portugal. O Barómetro da Corrupção, produzido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) para a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), mostra que nove em cada dez portugueses consideram que a corrupção é um problema grave no país. E, mais do que agudo, é generalizado. O documento aponta que o futebol lidera as esferas sociais consideradas mais expostas à corrupção, logo seguido pelos partidos políticos, pelas autarquias e pelo Governo. A justiça não escapa e merece, segundo os inquiridos, um risco de 6,5 em 10 pontos possíveis.

“Um dos mais importantes resultados é, de facto, o problema reputacional que a política tem. Os atores políticos têm de fazer uma reflexão sobre estes resultados”, considera Susana Coroado, investigadora do ICS-UL e coordenadora do estudo. Esta perceção de corrupção no país “impressiona” o antigo ministro da Justiça, Fernando Negrão, não pelos números, “mas pela repetição contínua das conclusões. Isto quer dizer que a situação relativamente à corrupção mantém-se e pouco ou nada tem sido feito no que diz respeito à prevenção e à repressão”, lamenta.

Susana Coroado assinala que “os índices de preocupação com a corrupção em Portugal são dos mais altos da Europa”, a par com Grécia, Espanha, Chipre ou Roménia. Aliás, o Índice da Perceção da Corrupção 2023, da associação Transparência Internacional, coloca o país na 34ª posição em 180 nações, embora com a pontuação mais baixa desde 2012.

Democracia sai penalizada

Não é fácil fazer uma comparação direta entre a perceção da corrupção e os casos em que ela, de facto, acontece. “Uma das razões é que simplesmente não temos dados disponíveis”, justifica Luís de Sousa, investigador do ICS-UL e um dos coordenadores do barómetro. O especialista aponta a falta de transparência nas entidades públicas como um obstáculo a uma análise fidedigna da realidade nacional, ainda que, ao longo dos anos, o acesso à informação sobre contratação pública tenha vindo a aumentar.

Por outro lado, a existência de casos mediáticos de corrupção no futebol, na política e na justiça adensam a desconfiança da sociedade sobre a integridade destas instituições. A Operação Marquês, com José Sócrates e Ricardo Salgado como protagonistas, ou o caso que envolve o antigo presidente do Benfica, Luís Filipe Vieira, são exemplos paradigmáticos — não só são processos demorados, como, em muitas ocasiões, mostram a dificuldade da justiça em provar atos de corrupção. A definição legal é difícil de provar, mas também de condenar.

“Sou sempre interpelado quando há um caso público e alguém que é condenado, algumas vezes com penas de 10, 15 anos, e que vai para casa porque recorreu. Temos de ponderar o efeito psicológico disto nas pessoas”, sublinha Fernando Negrão. Manuel Pinho, ex-ministro da Economia, foi condenado a dez anos de prisão efetiva em junho por dois atos de corrupção passiva. No entanto, a pena continua por cumprir enquanto corre o prazo para recurso. O mesmo acontece com Ricardo Salgado.

No barómetro divulgado pela FFMS, mais de metade dos inquiridos (51,6%) considera que o combate à corrupção é “nada eficaz” e reparte responsabilidades pelos poderes político (40%), judicial (25%) e da sociedade (31%). Para Margarida Mano, presidente da Transparência Internacional Portugal, o facto de os portugueses acreditarem que “os políticos procuram a política para ter benefícios” e considerarem que dois em cada três responsáveis são corruptos, é “muito preocupante” e descredibiliza a democracia.

Existe solução?

Mais transparência nas instituições públicas, maior acesso a dados e uma regulamentação forte da corrupção são soluções apontadas pelos especialistas ouvidos pelo Expresso. Margarida Mano confirma que a associação que representa tem sido auscultada para a nova estratégia nacional anticorrupção e confirma que está em processo de criação um observatório para a monitorização das promessas eleitorais, nomeadamente nesta área.

Fernando Negrão olha para a reforma na justiça como um elemento crucial, embora considere que, no atual contexto político, “os partidos não estão em condições de o fazer”. “Precisamos de caminhos processuais mais simples e, para isso, da boa vontade de todos os intervenientes, designadamente no que diz respeito aos recursos”, acrescenta.

Recorde-se que o Executivo liderado por Luís Montenegro apresentou, em junho, mais de 30 medidas anticorrupção, entre elas o compromisso de avançar com a regulamentação do *lobbying*. Para Luís de Sousa, essa não será a bala de prata, mas, assegura, a transparência é essencial e não depende da legislação. “Qualquer partido no exercício de funções pode e deve ser transparente nas relações que tem com atores da esfera económica”, conclui.

sociedade@expresso.impresa.pt

Expresso
FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

A PERCEÇÃO QUE TEMOS DA CORRUPÇÃO
O Barómetro da Corrupção — ao qual o Expresso e a SIC Notícias se associam como *media partner* — foi apresentado esta semana pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS). O relatório aborda a perceção que os portugueses têm sobre o tema. Este projeto é apoiado por patrocinadores, sendo todo o conteúdo criado, editado e produzido pelo Expresso (ver código de conduta *online*), sem interferência externa.

OUTRAS CONCLUSÕES DO BARÓMETRO

O que é corrupção?
- **Interpretação** O estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) sublinha a dificuldade da sociedade em definir o conceito de corrupção e identifica, entre os inquiridos, quatro perfis — os intransigentes (34%), falsos moralistas (32%), virtuosos (27%) e pragmáticos (7%). “Este resultado demonstra que as pessoas não entendem a corrupção — nem a dicotomia legalidade/ética versus resultados - da mesma forma”, lê-se no relatório.

Fontes que influenciam
- ***Media*** O Barómetro da Corrupção aponta que, em média, as pessoas que recorrem a fontes de informação informais (família, amigos e conversas sociais) são menos negativas, seguidas das que recorrem aos meios tradicionais (imprensa, rádio e televisão). Já os mais pessimistas recorrem às novas fontes de informação (redes sociais, podcasts e outros).

Jovens insatisfeitos
- **Desconfiança** Apesar de, globalmente, os inquiridos do estudo da FFMS estarem satisfeitos com o tratamento mediático da corrupção, a faixa 18-34 anos está maioritariamente insatisfeita (38,6% vs 36%). Luta pelas audiências e por lucros, bem como o sensacionalismo, são as principais razões apontadas no relatório.

MIGRAÇÕES

Há 1.044.606 imigrantes legais em Portugal. Camila não conta

Residentes duplicaram em cinco anos. **Brasileiros são a maior comunidade** (35%)

Texto **RAQUEL MOLEIRO**
Infografia **CARLOS ESTEVES**


Cerca de 80% dos estrangeiros são população potencialmente ativa, revela a AIMA FOTO TIAGO MIRANDA

Camila estreou o novo centro de atendimento da Estrutura de Missão da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), em Lisboa, que abriu no início do mês no complexo da Comunidade Hindu de Portugal. Se tudo estiver certo com a documentação apresentada, esta imigrante brasileira, de 30 anos, licenciada em Jornalismo, será a primeira a receber autorização de residência em Portugal na sequência da operação de resolução de pendências. Mas mesmo que o cartão chegasse esta semana, já levaria dois anos e quatro meses de atraso, tanto quanto o tempo que espera desde que apresentou a sua manifestação de interesse.

Apesar de morar em Portugal desde maio de 2022, Camila nunca apareceu nas estatísticas da imigração, nunca entrou nas contas. Nem ela nem nenhum dos cerca de 400 mil migrantes que aguardam resposta ao pedido de regularização por parte da AIMA. São números-fantasma, não contabilizados entre os 1.044.606 cidadãos de nacionalidade estrangeira que oficialmente vivem no país, os únicos com residência legal atribuída.

A dimensão exata da comunidade imigrante em Portugal foi conhecida esta semana, com a divulgação do "Relatório de Migrações e Asilo" ("RMA") relativo a 2023, a primeira análise estatística realizada pela AIMA desde que sucedeu ao SEF. No espaço de um ano o número de estrangeiros cresceu um terço, ganhando cerca de 263 mil pessoas, 721 a cada dia.

O crescimento, aliás, mantém-se desde 2016, sendo este, de longe, o maior aumento nesse período. E bastaram cinco anos para a imigração duplicar em tamanho — em 2018 estavam registados pouco mais de 477 mil residentes.

Os brasileiros continuam a liderar destacados, representando 35% de todos os imigrantes em Portugal. No *top* 10 segue-se Angola, Cabo Verde, Reino Unido, Índia, Itália, Guiné-Bissau, Nepal, China e França.

Não há domínio asiático

Só assim por alto, os números desmentem os discursos anti-imigração que apontam para um domínio em Portugal dos estrangeiros oriundos de países terceiros e consequente "substituição cultural". Só os nacionais de países de língua portuguesa são mais de metade de todos os imigrantes residentes no país. Seguem-se os europeus. Índia e Nepal, que integram a lista das 10 maiores comunidades, não ultrapassam, juntos, os 7% e o Bangladexe não chega sequer a esta tabela.

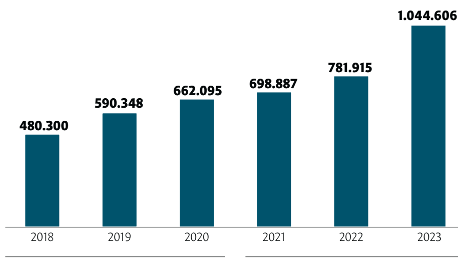
Aliás, uma análise por continente de origem mostra que o acréscimo foi maior entre os naturais de África (54%), América do Sul (52%), América do Norte e Centro (38,5%), Oceânia (36%) e só depois da Ásia (34%) e também da União Europeia (5%) e resto da Europa (12%).

É uma comunidade jovem, em que "a população potencialmente ativa representa 80,5% dos cidadãos estrangeiros residentes", revela a AIMA. Mais de 500 mil têm entre 25 e 44 anos e acima dos 65 anos são só 8%, muitos dos quais europeus já reformados. A distribuição por sexo é equilibrada, com 53% de homens e 47% de mulheres. Há, porém, nacionalidades em que estas percentagens se alteram pelo percurso migratório, com o homem a partir primeiro e só depois reagrupar a família. É o caso dos trabalhadores agrícolas do Bangladexe e da Índia ou dos pescadores da Indonésia.

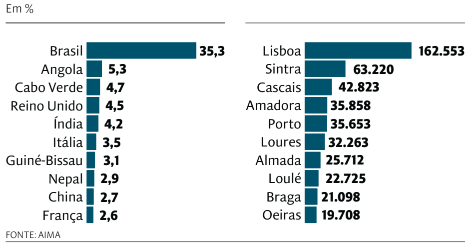
Apesar de existirem imigrantes em todos os concelhos do país, "a distribuição geográfica incide principalmente no litoral, com destaque para Lisboa, Faro e Setúbal, onde vivem perto de 700 mil cidadãos estrangeiros", lê-se no "RMA". Mas foi no Norte e também no Centro que mais aumentaram em 2023. O crescimento é comum a todos os distritos, mas superior na faixa de Santarém a Viana do Castelo e de Castelo Branco a Vila Real, a maioria com subidas a rondar os 30%. Viseu subiu 36%, Braga, 33%. No extremo oposto, Faro ficou-se pelos 13% e Beja pelos 15%.

Mas, em número absoluto, foi Lisboa que atraiu o maior número de imigrantes, com mais 107 mil residentes em apenas um ano. Não é por isso de estranhar que na distribuição geográfica por concelho nove das 12 autarquias com mais estrangeiros pertençam à Área Metropolitana da capital. O distrito do Porto também viu crescer a população migrante de forma acentuada, com mais 31 mil residentes. A Invicta chegou mesmo a uma subida de 53%.

EVOLUÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES



NACIONALIDADES MAIS REPRESENTADAS
Em %



FONTE: AIMA

Novas entradas

O relatório da AIMA analisa também, em específico, os novos imigrantes, isto é, os que receberam títulos de residência pela primeira vez em 2023. Foram concedidos 328.978 títulos de residência, um aumento de 130% face a 2022. Destes, 45% vieram do Brasil, seguidos de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Índia.

O perfil não varia muito da comunidade estrangeira estabelecida em Portugal que vieram integrar: 85% têm entre 20 e 49 anos, 55% são homens, 45% mulheres. E o maior número (150 mil) recebeu a sua autorização de residência ao abrigo do acordo para os cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No total, apenas 44 mil (13,4%) se legalizaram com recurso às manifestações de interesse, que o Governo extinguiu em junho deste ano por serem alegadamente o principal mecanismo de regularização dos trabalhadores imigrantes que entravam em Portugal sem o visto adequado. Na verdade, os números não se afastam muito dos dos cidadãos da UE que em 2023 obtiveram certificado de residência para viverem em Portugal (39 mil).

As novas regras, mais restritivas, de atribuição de vistos *gold* ou autorizações de residência para atividade de investimento reduziram as concessões em 2023 a apenas 2901 cidadãos estrangeiros, e metade no âmbito de reagrupamento familiar. Na lista das nacionalidades, o topo já não pertence à China (306), que foi ultrapassada pelos cidadãos dos EUA (567).

rmoleiro@expresso.impresa.pt

O FUTURO DO FUTURO

A cura do microrrobô

Universidade Católica e I3S estão a desenvolver partículas que atuam de forma localizada no tratamento de inflamações permanentes do cólon

O gBiot surgiu com o propósito de tratar inflamações nos intestinos, mas logo se deparou com um problema existencial: "As convenções divergem. Alguns cientistas consideram que acima dos 100 nanómetros (Nm) lidamos com micropartículas. Mas há cientistas que consideram que, até aos 300 Nm, lidamos com nanopartículas e só acima dos 300 Nm surgem as micropartículas", explica Ezequiel Coscueta, investigador da Universidade Católica Portuguesa.

Que num milímetro cabem um milhão de nanómetros, não restam dúvidas. Em contrapartida, com 300 Nm qualquer partícula produzida no projeto gBiot habilita-se a ficar perdida na nomenclatura, mesmo que confirme que é possível desenvolver microrrobôs que encontram o melhor caminho para eliminar inflamações do intestino. Poderia ser só uma questão de desarranjo, mas Coscueta logo lembra um dos desfechos possíveis para colites, doença de Crohn e inflamações: "Quando são muito prolongadas e agressivas, estas doenças podem gerar cancro. Os cancros colorretais são dos que mais afetam a população mundial."

Até 2026, os cientistas da UCP e do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto (I3S) contam desenvolver microrrobôs com polímeros biocompatíveis que poderão ser usados em suplementos alimentares ou cápsulas para o tratamento de inflamações intestinais. "Queremos ter um protótipo já testado em animais e em células humanas em 2026. Contamos registar uma patente para essa solução", prevê.

Os microrrobôs deverão ser produzidos com diversas camadas que contêm anti-inflamatórios já conhecidos — ou até podem recorrer a um composto extraído do agrião. Além dos anti-inflamatórios, os microrrobôs usam enzimas que os levam a interagir com as Espécies Reativas ao Oxigénio (ROS), que são produzidas como defesas do organismo, mas se tornam nocivas se produzidas em excesso ou se mantiverem inflamações permanentes. As enzimas que geram a interação são confidenciais, mas os investigadores garantem que os microrrobôs têm a capacidade de usar as ROS, do mesmo modo que funciona um combustível de foguetão, para se movimentarem enquanto libertam o anti-inflamatório. "Depois de atuarem, os microrrobôs são expelidos com as fezes."

HUGO SÉNECA
sociedade@expresso.impresa.pt

PROJETOS EXPRESSO CANCRO

Inovação Cada vez mais é possível recorrer à história familiar e a testes genéticos para perceber a predisposição para cancro, o que, em conjunto com a aplicação de novas tecnologias, pode significar uma nova etapa na prevenção e tratamento

Inteligência artificial antecipa possíveis tumores



"Poucas unidades no país conseguem seguir todos os seus doentes", alerta Fátima Vaz, coordenadora da Consulta de Risco Familiar de Cancro da Mama e Ovário do IPO

Fátima Vaz
Oncologista IPO Lisboa

"A grande evolução foi alargar a prevenção"

P Quando é que a história familiar pode antecipar um cancro?
R Se uma família tem vários casos de cancros com diagnósticos antes dos 50, 40 ou 30 anos, isso pode levantar a suspeita que existe algum fator genético herdado do pai ou da mãe que pode estar associado a um risco aumentado de cancro. A história familiar clássica pode alertar para isso.

P O nosso conhecimento neste campo está a aumentar? Como isso se reflete?
R Em determinados cancros, quem tiver um teste genético positivo, vai ter um tratamento diferente. A grande evolução foi alargar as possibilidades de prevenção.

P Justifica-se tomar medidas preventivas mais cedo?
R Sim. Por exemplo, as cirurgias redutoras de risco no cancro da mama ou no cancro são feitas cada vez mais frequentemente.

Textos **TIAGO OLIVEIRA**
Foto **ANA BAIÃO**

Jogar na antecipação é uma expressão muito associada ao futebol e que se baseia na arte da previsão informada, ou seja, ler as intenções do adversário e impedi-lo antes de este efetivamente atuar. É o mesmo princípio da genética aplicada à oncologia.

"O cancro resulta essencialmente da acumulação de erros no nosso ADN", resume Marta Amorim, para quem "o estudo destes erros e da genética do cancro torna-se essencial ao nosso maior entendimento e abordagem à doença, com aplicações desde a prevenção ao tratamento". Há "diferentes estratégias de rastreio populacional a serem estudadas, sobretudo para as síndromes mais prevalentes", como é o caso "dos genes BRCA1 e BRCA2, responsáveis por aumento de risco de cancro da mama/ovário/pâncreas", ou a "síndrome de Lynch, "associada a maior risco de cancro colorretal/do endométrio e outros".

Veja-se o desenvolvimento dos *polygenic risk scores*, possíveis atualmente "pelos inúmeros dados de sequenciação globalmente disponíveis e pela aplicação da inteligência artificial à análise" de grandes volumes de dados. "São essencialmente algoritmos de avaliação de diferentes marcas do ADN" e espera-se que "permitam estratificar riscos e identificar indivíduos, com ou sem síndromes de predisposição para cancro, que beneficiem da adoção de estratégias de prevenção mais ou menos agressivas".

"Atualmente, só 20%-30% dos portadores estão identificados e 50% dos doentes oncológicos com cancro hereditário não são encaminhados para o teste genético", afirma a fundadora e presidente da Associação EVITA — Cancro Hereditário, Tamara Milagre. O que não invalida que se registe "uma maior aposta na investigação" desta área: "Inclusivamente, estamos a descobrir cada vez mais genes que estão relacionados com cancros que antes não estavam a ser considerados hereditários, como é o caso do cancro do pulmão."

Identificar lesões

A evolução está "diretamente relacionada com o avanço da tecnologia que permite apanhar novas causas" para a formação de tumores, garante a investigadora do i3S — Instituto de Investigação e Inovação em Saúde Carla Oliveira. A também secretária-geral da Sociedade Europeia de Genética Humana destaca que a "inteligência artificial em análise de imagem vai ser revolucionária" e a "breve trecho vai ser mesmo indispensável", ao permitir fazer exames "com altíssima resolução e ensinar a máquina a apanhar algo suspeito" num estado muito inicial, antes sequer de evoluir para cancro.

"Se conhecermos melhor os cancros hereditários, conhecemos os outros", refere.

Outra via passa pelos "estudos genéticos somáticos realizados na peça do tumor", que "podem ser relevantes para as opções terapêuticas". O expectável é que se "caminhe cada vez mais para uma medicina dirigida para cada doente", aponta a médica de genética Maria Lopes de Almeida, com a certeza de que, "no que se refere aos cancros hereditários, é possível uma otimização da vigilância". O avanço do conhecimento de historiais familiares e da predisposição de certos genes permite "libertar indivíduos de seguimento e de vigilâncias excessivas não necessárias", reforça a responsável pela Consulta de Risco Familiar de Gastrenterologia do IPO Porto, Catarina Brandão.

O progresso da genética permite também "selecionar embriões e colocar no útero os que não têm mutações". Apesar das questões éticas que tal pode levantar, Catarina Brandão argumenta que há "síndromes que têm uma incidência tão grande" que "justifica esse passo" e fala também da "possibilidade de vacinação". Marta Amorim acrescenta que "é notória a crescente aprovação de terapias genéticas" a partir, por exemplo, de "técnicas de adição e edição". Desenvolvimentos que, lembra Carla Oliveira, podem ajudar a "curar cancros que antes eram incuráveis".

toliveira@impresa.pt

Expresso
NOVARTIS
GERMANO DE SOUSA CENTRO DE MEDICINA LABORATORIAL

TENHO CANCRO. E DEPOIS?
A SIC Notícias e o Expresso lançaram um *site* — *www.tenhocancroedepois.pt* — dedicado ao cancro. O objetivo da plataforma passa por recolher a opinião de médicos, doentes e especialistas sobre os desafios de uma doença que afeta cada vez mais pessoas. O projeto tem o apoio da Novartis e da Germano de Sousa, além da colaboração da Liga Portuguesa contra o Cancro e da Sociedade Portuguesa de Oncologia. É apoiado por patrocinadores, sendo todo o conteúdo criado, editado e produzido pelo Expresso (ver código de conduta *online*), sem interferência externa.

CONSULTÓRIO



HÁ CASOS GENÉTICOS POR IDENTIFICAR?
É possível que as síndromes de predisposição para cancro familiar estejam subdiagnosticadas na população.

COMO MUDAR A SITUAÇÃO?
Alargando os rastreios ou apostando na sensibilização das pessoas para estarem mais atentas aos riscos familiares.

HÁ NOVOS MÉTODOS DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO?
Sim. É o caso da utilização da inteligência artificial em endoscopias ou outros exames, por exemplo, para detetar lesões antes que elas evoluam para cancro, ou em tratamentos personalizados com recurso à manipulação e edição de genes.

ONDE SE PODE ACONSELHAR?
Uma possibilidade é entrar em contacto com a Associação Evita — Cancro Hereditário: evitacancro.org

HABITAÇÃO

Um prédio onde só ele mora

José é o único morador de um edifício de quatro andares, no centro de Lisboa. A varanda é janela para a rua e ele um sinal de vida na fachada, onde só o 1º piso escapa aos tapumes. Lá dentro, há uma história para contar

Texto **RAQUEL MOLEIRO**
Foto **TIAGO MIRANDA**

José Fernandes tem 89 anos, não sabe quantos de solidão. É só ele no apartamento enorme de sete quartos em que mora, no centro de Lisboa, e de onde o cancro lhe roubou, à vez, as duas "boas mulheres" que lhe fizeram companhia à vida. E é ele só, também, em toda a imensidão do prédio de quatro pisos. "Sou eu e as paredes. Não mora mais ninguém aqui", confirma, resignado.

O isolamento vê-se de fora, trespassa as paredes interiores até à fachada. Todo o edifício da Rua Gomes Freire está entaipado, 15 portas e janelas bloqueadas a tijolo e cimento, menos o seu 1º andar, uma faixa horizontal de vida num imóvel moribundo, descascado de azulejos, janelas, frisos, reboco, aqui e ali com as entranhas de tijolo à mostra. Mas ambos, José e o prédio, resistem.

É comum ver o octogenário à varanda, só a observar. Sempre composto, em camisa e calça de fazenda, sapato de fato. Na cabeça, o mesmo chapéu que usa em casa para combater o frio e protegê-lo do sol. Nos últimos dias os olhos andaram presos no trabalho dos calceteiros que, ironicamente, arranjam o passeio fronteiro ao seu prédio quase devoluto. Se não for isso, tem animação garantida pelos vizinhos do outro lado da rua. O entra e sai da sede da Polícia Judiciária, onde antes havia um morro que servia de cemitério dos animais domésticos, ocupa-lhe as horas livres que tem a mais.

Foi no seu posto de vigia que o fotógrafo do Expresso, Tiago Miranda, o apanhou um dia destes, numa passagem ocasional pelo local. A imagem prestava-se a múltiplos simbolismos: a especulação imobiliária que tirou e tira tantos moradores a Lisboa, uma cidade que desaparece, a solidão dos mais velhos... Mas a história é outra, com um bocadinho dos três.

José Martins Fernandes nasceu em Arcozelo, Ponte de Lima, e veio com 21 anos para Lisboa. Morou uns tempos na esquina da Avenida da Liberdade com a Rua do Salitre, num 1º andar em cima do Café Lisboa, poiso dos artistas do vizinho Parque Mayer e demais boémios, e há 60 anos mudou-se para a Gomes Freire a pagar de aluguer "3 contos e tal".

O fogo deixou-o só

Era então motineiro da ANI, ou como ele explicou, "o estafeta que levava de bicicleta as notícias da Agência de Notícias e Informações aos jornais, como a 'Bola', o 'Século', o 'Notícias', todos". Passou depois a *chauffeur* de "um patrão da Avenida" e com ele correu a Europa. Reformou-se taxista e só largou a praça e a condução porque a médica não lhe passa o atestado para renovar a carta. "Tive uma vida cheia", diz orgulhoso.

Casou duas vezes, teve uma filha e pelo caminho atravessou-se-lhe um incêndio. Foi quando tudo mudou, mas por mais que puxe pela cabeça não se consegue lembrar da data, ou sequer do ano do incidente. Passaram-se décadas certamente, talvez tenha sido no início do século XXI ou um pouco mais para trás. Um fogo atingiu o prédio da Gomes Freire, deixando-o parcialmente inabitável. Os vizinhos, todos inquilinos como ele, desfizeram os contratos de aluguer e partiram para outras casas ou para junto da família. José decidiu ficar. "A Câmara avançou com algumas obras, mudou o telhado, porque o senhorio não tinha meios no imediato, mas a conta de 16 mil contos nunca foi paga e os outros andares não voltaram a ser arrendados. A partir daí foi sempre a piorar", conta.

A imagem presta-se a vários simbolismos: a ganância imobiliária que tira moradores a Lisboa, uma cidade que desaparece, a solidão dos idosos

A história é desfiada à porta do prédio. A sua casa, lamenta, não está em condições para visitas. Foi preciso, aliás, esperar que José assomasse à janela para o chamar, porque há muito que o prédio não tem campainhas — foram arrancadas — e a entrada está fechada à chave por segurança. Das poucas vezes que ficou destrancada roubaram, um a um, os azulejos arte nova que decoravam o *hall*.

Adivinha-se o estado do resto do edifício pelo pouco que se espreita dali: a escada de madeira torta, o acesso remendado com várias camadas de piso e ainda assim a ceder ao peso dos passos, os tetos trabalhados a cuspirem estuque no chão hidráulico, as marcas da água que entra abundante em dias de chuva.

Desde o incêndio que o prédio não tem luz nem gás canalizado. Em 2018, bombeiros e Proteção Civil consideraram-no inseguro



Não há dia em que José Fernandes, 89 anos, não vá à varanda espreitar a rua. Vive ali há 60 anos

SOLIDÃO

23.941

pessoas com 75 anos ou mais vivem sozinhas na cidade de Lisboa, revela o INE. Em Portugal são 304 mil, a maioria mulheres

A luz do prédio vizinho

Desde o fogo que o prédio não tem eletricidade nem gás canalizado. Os bombeiros exigiram novas colunas, para ambos os serviços, mas o proprietário não avançou com as obras. José cozinha com gás de bilha e a luz vem de uma puxada autorizada pelo vizinho do prédio da esquerda, a quem paga a conta respetiva. Há vidros partidos e o jardim das traseiras, com nespereiras e laranjeiras, cresce selvagem. Em 2018, os sapadores de Lisboa foram chamados a verificar as estruturas do imóvel e consideraram não existirem condições de segurança, diagnóstico secundado pela Proteção Civil. Mas ele não saiu.

"O prédio pertence a um senhor, penso que advogado, que o recebeu como herança da avó. Chegou a viver aqui uns três anos, no R/C. Por causa da minha idade não me pode tirar de cá, mas também nunca fez nenhuma proposta nesse sentido nem me ofereceu nenhuma indemnização para sair nem fez qualquer arranjo no prédio", garante José Fernandes, que hoje paga de renda "200 euros e uns cêntimos". No átrio acumulam-se cartas em nome do senhorio, entre contas e avisos da autoridade tributária.

A conversa vai longa e começa a atrapalhar o horário de aviário do antigo taxista. José acorda às 5h, almoça às 11h, janta às 17h e às 18h já está na cama. É menos tempo para se sentir só. Pelo meio sai, dá os seus passeios de autocarro com a liberdade do passe gratuito e todos os dias recebe a visita ou um telefonema da filha, que mora na Graça. Mas em casa, o silêncio aperta-o. Há por isso vários rádios espalhados pelas divisões para que a música desfaça a tristeza. "Ou então tenho de falar com as paredes", diz em tom sério.

Revela o INE, que só ali na freguesia de Arroios há, como ele, mais 266 homens com mais de 75 anos a viverem sozinhos em casa. Sozinhos num prédio ninguém sabe quantos são.

rmoleiro@expresso.impresa.pt

Mísseis O uso de projéteis de longo alcance em solo russo mudaria "a própria natureza do conflito", como assegura Vladimir Putin?

Mísseis de longo alcance e tiro ao alvo militar

Textos CATARINA MALDONADO VASCONCELOS

O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, deixou Washington convicto de que os Estados Unidos estão preparados para mudar a sua posição sobre a utilização de mísseis de longo alcance em território russo, que dependem de dados de navegação americanos e de outras tecnologias.

Em São Petersburgo, Vladimir Putin reagiu traçando uma linha vermelha com particular clareza. "Não estamos a falar de permitir ou proibir o regime de Kiev de atacar o território russo. Quando se trata do uso de armas de precisão de longo alcance fabricadas no Ocidente, a história é completamente diferente", frisou o Presidente russo. O exército ucraniano não é capaz de realizar ataques com sistemas modernos de longo alcance e alta precisão produzidos no Ocidente. "Não podem fazê-lo. Só é possível usando dados de informação de satélites, que a Ucrânia não possui. Trata-se apenas de dados de satélites pertencentes à União Europeia ou aos Estados Unidos, ou seja, de satélites da NATO."

Maior precisão nos alvos

A mesma explicação foi dada ao Expresso por Pavel K. Baev, analista de ciência política do Instituto para a Paz, de Oslo: "Em termos militares, não é permissão política que [o Presidente ucraniano] Volodymyr Zelensky procura, mas precisão na definição de alvos, e só o Pentágono pode fornecer-lha, pelo que o consentimento formal do Reino Unido para o uso de mísseis Storm Shadow, úteis como têm provado ser nos ataques em Berdyansk [região de Zaporíjia], não é suficiente."

É o argumento "mais importante" para Putin: "As missões para manusear estes sistemas de mísseis só podem ser realizadas por militares dos países da NATO", e não pelos ucranianos. Christoph Bluth, analista britânico de relações internacionais e defesa, tem outra opinião. "O argumento de Putin é absurdo, porque a assistência ocidental ao sistema de armas da Ucrânia já é muito alargada há algum tempo", sintetiza, contactado pelo Expresso.

"A questão é tomar uma decisão sobre se os países da NATO estão diretamente envolvidos num conflito militar ou não", dramatizou o Presidente russo, falando aos jornalistas. "Se esta decisão for tomada, significará somente a participação direta dos países da NATO, dos Estados Unidos e dos países europeus na guerra na Ucrânia", acrescentou Putin, considerando que isso mudará "significativamente a própria natureza do conflito". A retórica prossegue: "Isto significará que os países da NATO, os Estados Unidos e os países europeus estão em guerra com a Rússia. E, se assim for, tendo em conta a mudança na própria essência deste conflito, tomaremos decisões apropriadas com base nas ameaças que nos fizerem".

> **"NÃO É PERMISSÃO POLÍTICA QUE ZELENSKY PROCURA, É PRECISÃO NA DEFINIÇÃO DO ALVO, QUE SÓ O PENTÁGONO PODE FORNECER"**

Em resposta aos comentários do líder do Kremlin sobre uma "guerra com a Rússia", o Presidente americano, Joe Biden, garantiu: "Não penso muito em Vladimir Putin".

O jogo de dissuasão russo

"Os Estados Unidos não veem isto como um risco", diz ao Expresso Joseph Fitsanakis, professor de Estudos de Informação e Segurança na Universidade da Carolina Costal, onde é diretor do Centro de Comando de Operações e Secretas. Por outras palavras, Washington não acredita que Moscovo responda com um ataque nuclear se os mísseis de longo alcance forem mesmo utilizados pela Ucrânia.

Para o perito, os americanos "querem evitar dar à Rússia a impressão de que não serão proativos até às eleições de novembro", pois "não querem que a Rússia encare este período como um cheque em branco para agir como bem entender na Ucrânia ou noutro lugar". Só que a possibilidade de grande escalada dos combates na Ucrânia daqui a novembro passa a ser "bem real", uma vez que cada lado tentará posicionar-se o mais fortemente possível até ao final do ano, reconhece.

Vários governos ocidentais têm reservas, com a Alemanha à cabeça. Foi a essas preocupações que o líder russo quis fazer tiro ao alvo, refere ao Expresso Karsten Friis, perito em segurança e defesa no Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais. "Isto acontece porque os ataques de longo alcance poderiam prejudicar gravemente a capacidade da Rússia de destruir as infraestruturas civis e as fortificações de defesa" (ver mapa).

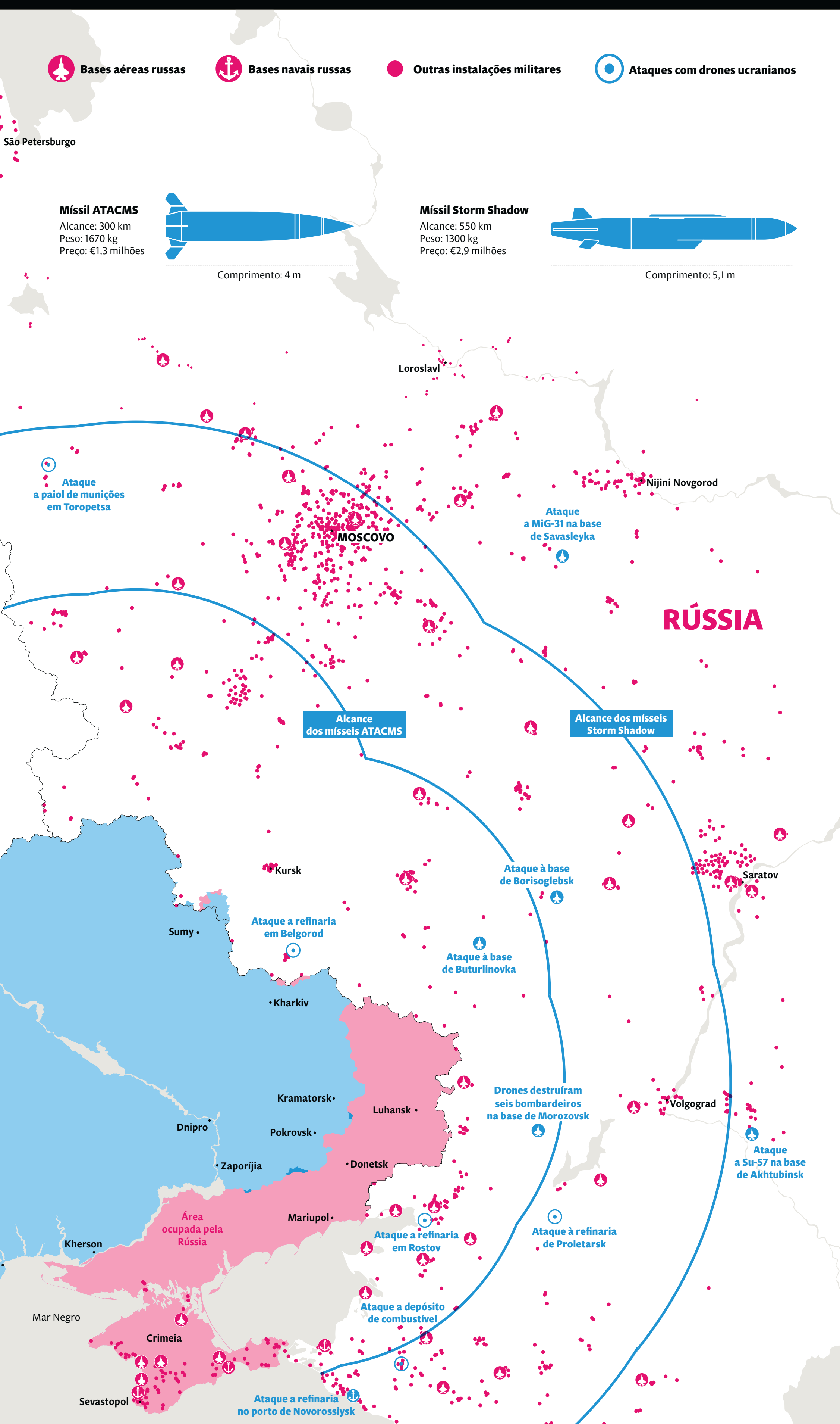
cmvasconcelos@expresso.impresa.pt



FONTE: INSTITUTO PARA O ESTUDO DA GUERRA

Storm Shadow: o fim dos ataques defensivos?

Estes mísseis são considerados armas ideais para penetrar *bunkers* protegidos e *stocks* de munições



"Esta nova capacidade permitirá à Ucrânia conduzir ataques que pareçam fazer escalar [o conflito]", admite ao Expresso Mark Cancian, conselheiro do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um *think tank* em Washington, e antigo conselheiro do Departamento de Defesa. "Suspeito que os Estados Unidos e o Reino Unido estejam a limitar a utilização de ATACMS e Storm Shadow a alvos militares e a proibir ataques a infraestruturas russas e populações civis. Temos assistido a escaladas incrementais, do HIMARS ao Patriot, aos tanques M1, aos F-16, e agora ao ATACMS, sem grande reação russa. Suspeito também que os ataques sejam caracterizados como defensivos, mesmo que atinjam alvos militares em profundidade."

A decisão de aliviar as restrições aos alvos que os ucranianos podem atingir com aqueles equipamentos fornecidos por países ocidentais não deverá ser tomada e anunciada antes da Assembleia-Geral da ONU, que começa a 24 de setembro. "Esta mudança de política vem-se construindo há muito tempo", esclarece Cancian. "Provém de duas fontes. Primeiro, a Ucrânia tem atacado a fundo a Rússia utilizando os seus próprios sistemas, pelo que a capacidade não é nova. A Rússia não reagiu de forma inesperada. Em segundo lugar, o impasse contínuo frustrou muitas pessoas, mas o ataque de Kursk encorajou-as, levando-as a acreditar na possibilidade de a Ucrânia avançar se receber capacidade adicional."

Em causa está, sobretudo, o uso do Storm Shadow, míssil de cruzeiro anglo-francês, lançado do ar, que pode atingir alvos terrestres a longas distâncias (pelo menos 250 km). Britânicos e franceses já entregaram os mísseis à Ucrânia, mas esta só pode utilizá-los contra alvos dentro das suas fronteiras. O exército ucraniano pode atingir centenas de alvos militares russos em torno das fronteiras com um míssil tão poderoso e difícil de interceptar, dizem os analistas.

Cai por terra o argumento dos "ataques defensivos"? Karsten Friis rebate a pergunta do Expresso: "Não sei o que isso quer dizer, porque qualquer utilização de armas pela Ucrânia neste conflito é, por definição, defensiva".

"O Storm Shadow é considerado ideal para penetrar em *bunkers* altamente fortificados e depósitos de munições", esclarece Gokay. "Se for permitido utilizá-los contra alvos dentro da Rússia, o exército ucraniano pode causar muito mais danos."

ESTADOS UNIDOS



O BURRO E O ELEFANTE No novo *podcast* Expresso/FLAD, João Maria Jonet e Pedro Magalhães falam com a politóloga Mafalda Pratas sobre a polarização do eleitorado americano

Todos se preparam para caos pós-eleições

Os especialistas rejeitam alarmismos, mas **insistência de Trump no tema da fraude** pode gerar distúrbios

ANA FRANÇA



Apoiantes de Donald Trump armados perto de uma assembleia de voto, nas últimas presidenciais FOTO GINA FERAZZI/GETTY IMAGES

O tema da fraude não começou com a primeira grande derrota eleitoral de Donald Trump. Mesmo depois de vencer as presidenciais de 2016, o antigo Presidente disse que só perdeu o voto popular (Hillary Clinton teve mais três milhões de sufrágios) devido a "milhões de eleitores que votaram ilegalmente". Nos Estados Unidos, os presidentes são eleitos através de um Colégio Eleitoral, com delegados eleitos em cada estado, e não diretamente, como em Portugal. Em cada estado, o vencedor fica com todos os delegados, pelo que é possível vencer a eleição a nível nacional com menos votos do que o candidato derrotado. George W. Bush em 2000 e Donald Trump em 2016 são disso exemplo. E a última vez que um republicano venceu o colégio eleitoral e o voto popular foi há 20 anos (reeleição de George W. Bush).

Em 2018, os democratas recuperaram o controlo da Câmara dos Representantes e Trump voltou a culpar os "votos ilegais". Numa entrevista ao "Daily Caller", disse que os eleitores "vão para o carro, põem um chapéu diferente, vestem uma camisola diferente, entram e votam outra *vez*". Todos os especialistas dizem que episódios de fraude eleitoral nos Estados Unidos são extremamente raros. Nada disso interessa à equipa de Trump, que nos últimos meses tem começado a compor uma manta de casos judiciais com vista à contestação de um resultado que possa não lhe ser favorável.

O papel do Supremo

Há cenários que podem empurrar a decisão final para os tribunais e, no fim da linha de recursos, para o Supremo, onde há maioria de juízes conservadores. Três dos atuais magistrados trabalharam como advogados no famoso caso de contestação eleitoral Bush *vs.* Gore, em 2000. Um deles, Clarence Thomas, é casado com uma ativista do grupo Stop The Steal; outro, Anthony Alito, hasteou ou permitiu que fossem hasteadas em duas casas bandeiras utilizadas pelos amotinados do ataque ao Capitólio de 6 de janeiro de 2021, defensores da tese infundada do roubo eleitoral.

Na Geórgia, Arizona, Texas e noutros locais, legisladores republicanos têm mudado leis eleitorais, procedimentos, protocolos de certificação, e tentado "limpar" cadernos eleitorais. Há quatro anos, os 60 casos dos advogados de Trump para reverter os resultados foram rejeitados pelos tribunais, mas em 2020 não houve nenhum estado em que os resultados tenham ficado tão próximos (547 votos) como na Florida em 2000.

Nas últimas duas semanas, em comícios, Trump tem avisado que vai perseguir em tribunal quem tentar "roubar" as eleições. No debate com Kamala Harris, voltou a dizer que venceu em 2020, apesar de haver zero provas de fraude. O tema não lhe sai dos discursos, até porque, segundo sondagens, perto de 70% dos eleitores republicanos acreditam na 'grande mentira'.

Não é só mais uma mentira. "É perigoso, porque não é preciso ser uma maioria a revoltar-se, só é preciso um grupo de pessoas que realmente acreditem. Digamos que Trump volta a perder. Se os seus apoiantes acreditam que a anterior eleição foi roubada, então esta pode ser a segunda vez que lhes passam a perna. Não espero necessariamente outro 6 de janeiro, mas pode haver outras manifestações de violência, por exemplo, durante a certificação dos resultados. Há uma reunião em cada estado, pode haver distúrbios a esse nível", diz ao Expresso Kevin Arceneaux, diretor do Centro de Investigação Política da Sciences Po em Paris.

38% dos funcionários eleitorais locais sofreram ameaças, assédio ou insultos por fazerem o seu trabalho

Preparar terreno

Elon Musk, dono da rede social X e apoiante de Trump, nada faz para impedir a propagação de notícias falsas, sendo ele próprio uma espécie de aspersor das mesmas. Desde janeiro de 2024, Musk, que adquiriu o então Twitter em 2022, fez 50 publicações contendo informação falsa sobre as presidenciais dos Estados Unidos, indica o Centro para o Combate do Ódio nos Meios Digitais. Mais de 1200 milhões de pessoas leram estas publicações, quase a população da China (1400 milhões).

Nos últimos dias, Trump e Musk lançaram publicações agressivas no X. O ex-Presidente escreveu "ODEIO TAYLOR SWIFT" (assim, em maiúsculas) dias depois de a artista ter declarado apoio a Harris. Já o empresário questionou, domingo, dia de mais uma provável tentativa de assassínio contra Trump, por que razão estes atos violentos não são dirigidos aos democratas: "E ninguém tenta sequer assassinar Biden/ Kamala?", seguido de um emoji pensativo.

As redes sociais e as declarações públicas de apoiantes de Trump servem também para começar a semear dúvidas sobre o processo eleitoral na cabeça dos eleitores mais suscetíveis a esse tipo de discurso. A questão dos votos dos imigrantes em situação irregular (número que não é possível calcular, devido à própria situação de falta de documentação, e que pode ir além dos dez milhões) é uma das principais arestas desta estratégia, ao combinar o medo de fraude eleitoral em massa com o receio de que sejam sobretudo estrangeiros a decidir o futuro do país. Um dos grupos mais ativos nesta frente é o True the Vote, que iniciou, em março, uma angariação de fundos para um futuro cenário em que seja preciso financiar um "litígio" contra "registos ilegais de eleitores em massa".

Eleições "serão seguras"

Kyle Yoder, investigador do Center for Election Innovation & Research, diz ao Expresso que "embora haja preocupações reais sobre a possibilidade de um período pós-eleitoral caótico, as eleições americanas serão tão seguras, transparentes e verificáveis como sempre, o que ficará a dever-se, como sempre, aos esforços incansáveis dos trabalhadores eleitorais dos Estados Unidos".

Um processo que, "infelizmente", inclui a preparação "para possíveis atos de violência". A última edição do inquérito anual do Centro Brennan para a Democracia revelou que 38% dos funcionários eleitorais locais sofreram ameaças, assédio ou insultos por fazerem o seu trabalho, e mais de 90% relatam ter tomado medidas para aumentar a segurança eleitoral nos últimos quatro anos, como participação em simulacros de ataques, atualização dos planos de contingência ou instalação de câmaras.

Imaginemos que, contados os votos em cada estado, o resultado é 269 contra 269 no Colégio Eleitoral, que tem 538 membros. É, literalmente, a linha condutora do argumento de "Veep", série de ficção da HBO. Não acontece na vida real há 200 anos e, quando aconteceu, degenerou numa minirrevolução populista que modificou para sempre a política americana. A Câmara dos Representantes deu a presidência a John Quincy Adams, mas tinha sido Andrew Jackson a vencer o voto popular.

Desta vez, o cenário de empate, ainda que improvável, não é impossível. Nesse caso, cada legislatura estadual tem direito a um voto. Os republicanos dominam 26 câmaras estaduais, os democratas têm maioria em 22 e há empate nas outras duas. Logo, é teoricamente possível os democratas terem mais votos, como em sete das últimas oito presidenciais, e perderem a presidência.

Apesar de o mundo analisar estas presidenciais como "uma única grande eleição", explica Yoder, "são quase dez mil pequenas eleições, a decorrer ao mesmo tempo e geridas por diferentes funcionários eleitorais locais". Admite que isso possa aumentar a sensação de "caos" sentida por muitas pessoas interessadas nas eleições americanas, mas frisa que a descentralização é o ponto forte do sistema eleitoral. "Ainda que um candidato presidencial possa querer alterar as regras do sistema, terá extrema dificuldade em fazê-lo, na prática."

afranca@expresso.impresa.pt

ATÉ À CASA BRANCA

1 de outubro
Debate vice-presidencial entre J. D. Vance e Tim Walz, organizado pela CBS

5 de novembro
O dia das eleições presidenciais. Ao mesmo tempo renovam-se outros cargos a nível federal (toda a Câmara dos Representantes e um terço do Senado); estadual, como juízes, governadores e deputados e senadores; e local, como diretores de escolas

26 de novembro
Leitura da sentença no caso que envolve a utilização de dinheiro de campanha por Trump para persuadir uma mulher a ocultar a relação íntima entre ambos

11 de dezembro
Dia de "porto seguro". Segundo a Lei Eleitoral, todos estados devem ter resolvido questões que possam surgir sobre a seleção dos seus representantes no Colégio Eleitoral

6 de janeiro
Os votos do Colégio Eleitoral são contados formalmente, estado a estado, perante sessão conjunta do Congresso; o presidente do Senado anuncia o resultado

20 de janeiro
Tomada de posse do 47º Presidente dos Estados Unidos da América



Guerra e Paz

Miguel Monjardino
guerraepaz.expresso@gmail.com

EUROPA: UM PROBLEMA EXISTENCIAL

Esta tem sido uma coluna sobre a dinâmica dos processos de transformação social, económico e militar a nível internacional. Como em todos os processos dinâmicos, este tem um passado, um presente e futuros possíveis. A pergunta que mais me intriga é: o que poderá acontecer?

Os países e instituições europeias têm à sua frente um enorme problema económico. A evolução geoestratégica mundial tem vindo a modificar as relações de poder dos Estados Unidos, China e Rússia com as capitais europeias. Além da guerra do Kremlin contra a Ucrânia e a ordem de segurança europeia, assistimos a cada vez mais casos de coerção ao nível tecnológico, económico e financeiro nestas relações. A avaliação do risco geopolítico da interdependência nos sectores mais inovadores do ponto de vista tecnológico modificou-se. Que consequências terá tudo isto para a União Europeia?

Na semana passada, o relatório de Mario Draghi tornou evidente que temos um grave problema de inovação de base tecnológica nos países europeus. O nosso problema não é tanto a falta de conhecimento científico, mas os obstáculos a nível nacional e em Bruxelas que nos impedem de avançar na industrialização inovadora desse conhecimento. A maior parte dos políticos europeus não tem experiência industrial. Nas grandes empresas do Velho Continente, muitos gestores acreditam que podem continuar a garantir a competitividade dos seus produtos, processos e serviços através da redução de custos. Não compreendem que tal só foi possível numa época em lideraram ao nível tecnológico. Salvo raras exceções, deixaram de o ser. O único caminho que vale a pena percorrer a nível económico é o da inovação.

Precisamos de um verdadeiro mercado de capitais na UE e de um programa de investimentos públicos de longa duração nas áreas da energia, transportes e defesa. Temos também de reter e atrair os recursos humanos altamente qualificados sem os quais nenhuma política de inovação é possível. A alternativa, avisa o relatório Draghi é a progressiva irrelevância da UE ao nível interno e externo.

Um dia depois de este relatório ter sido publicado em Bruxelas, Donald Trump foi ao Clube Económico de Nova Iorque propor a criação de um fundo soberano dos Estados Unidos para investir em infraestruturas, centros industriais e investigação biomédica. A Administração Biden apressou-se a anunciar que tem um projeto semelhante para manter a capacidade de inovação das empresas que investem no país. Por agora, não é claro como é que um fundo deste tipo poderá ser criado e financiado nos Estados Unidos. O ponto essencial, todavia, é o raro consenso entre republicanos e democratas sobre este imperativo.

E nós na Europa? A tensão entre as dinâmicas políticas internas e externas é evidente. As primeiras tornam quase impossível a negociação de um compromisso político que adapte a UE à época que vivemos como propõe Draghi. Todavia, a nível externo, não podemos continuar a esperar que os compromissos negociados no início deste século sejam suficientes para garantir um futuro europeu. Que escolhas faremos, então, nos próximos anos ao nível do mercado de capitais europeu e investimentos públicos comuns?

ALEMANHA

Scholz aperta imigração para sobreviver

Com controlos fronteiriços, chanceler **quer evitar nova derrota em eleições estaduais** e segurar o Governo

HÉLDER GOMES e MARA TRIBUNA

Se as eleições na Turíngia e na Saxónia serviram de barómetro à governação de Olaf Scholz, as de domingo em Brandeburgo poderão ser as do 'vai ou racha'. O chanceler social-democrata falhou clamorosamente nas refregas estaduais de 1 de setembro. A Alternativa para a Alemanha (AfD, extrema-direita) arrancou uma vitória histórica na Turíngia e um segundo lugar, a morder os calcanhares da União Democrata-Cristã (CDU, centro-direita), na Saxónia. Já o Partido Social-Democrata (SPD, centro-esquerda, chefiado por Scholz) registou na Turíngia o pior resultado estadual no pós-guerra; aguentou-se na Saxónia, apesar de não ter ido além do quarto lugar.

Em Brandeburgo, outro Estado do Leste, a AfD segue à frente nas sondagens, com o SPD logo a seguir, a curta distância. A um ano das legislativas, estas eleições de domingo serão o "verdadeiro teste" para Scholz, sinaliza ao Expresso o diretor do *think tank* alemão Global Public Policy Institute, Thorsten Benner. O SPD governa o Estado desde a reunificação alemã, em 1990. Se perder este bastião, não faltará quem peça a cabeça de Scholz, incluindo no seu partido. Em caso de vitória, o chanceler ganha um balão de oxigénio para mais um ano à frente do frágil Governo de coligação com os Verdes e os liberais do FDP.

A jogar a sua sobrevivência política, Scholz anunciou o alargamento dos controlos a todas as fronteiras terrestres. A medida — destinada a "reduzir ainda mais a migração irregular" e "reconhecer e travar islamistas [radicais] numa fase inicial", como anunciou a ministra do Interior, Nancy Faeser — entrou em vigor segunda-feira e assim continuará durante seis meses, podendo ser sucessivamente prorrogada por iguais períodos. "Todos sabem que o número de pessoas que vêm para a Alemanha é demasiado elevado e que por isso é do interesse compreensível do Governo alemão assegurar o controlo destas questões através de uma boa gestão da migração irregular", explicou Scholz.



Olaf Scholz arrisca-se a perder Brandeburgo para a extrema-direita nas eleições de domingo FOTO ARIS OIKONOMOU/ AFP/GETTY IMAGES

Medida eleitoralista

"Não creio que esta intervenção esteja apenas relacionada com as eleições. Segundo várias sondagens, mais de 70% dos alemães afirmam que o país precisa de restringir a migração irregular", contemporiza Benner. O Governo de Scholz ficou sob "enorme pressão para agir" após o ataque com faca de Solingen, a 23 de agosto, que resultou em três mortos e oito feridos. O suspeito, um sírio de 26 anos, chegou à Alemanha em 2022 e foi-lhe ordenada a deportação para a Bulgária após a rejeição do seu pedido de asilo. O chanceler condenou o ataque — "terrorismo contra todos nós", descreveu — e, a uma semana das eleições na Turíngia e Saxónia, destacou a necessidade de acelerar os processos de repatriamento e deportação.

> "Bem-vindo ao clube", saudou Orbán. Já o primeiro-ministro polaco considerou a medida "inaceitável"

Fora de portas, o primeiro-ministro polaco, Donald Tusk, disse ser "inaceitável" a iniciativa alemã de controlos mais apertados nas fronteiras, alertando que levará a uma "suspensão 'de facto' do Acordo de Schengen em grande escala". E salientou não ter "dúvidas de que é a situação política interna na Alemanha que está a fazer com que estas medidas se tornem mais rigorosas". Já o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, endereçou a Scholz "as boas-vindas ao clube", saudando com ironia o facto de "até o chanceler ter acordado e estar a pressionar para que as fronteiras sejam protegidas".

A pressão adicional para não deixar as migrações apenas nas mãos da extrema-direita terá contribuído igualmente para a diligência adotada. Em rigor, não é só a AfD a agitar esta bandeira, também a CDU tem apelado a um controlo rigoroso para travar o maior número possível de imigrantes. Em Brandeburgo, porém, o embate será mesmo entre a AfD e o SPD, pelo que Scholz parece apostado em tudo fazer para evitar mais uma derrota eleitoral, que, a acontecer, equivalerá, nestas eleições em concreto, a uma humilhação.

Bettina Ross, que trabalhou no Departamento de Assuntos Internos de Brandeburgo no final dos anos 90, partilha com o Expresso a "tristeza" com que vê as mudanças que têm ocorrido no Estado. "O Brandeburgo que conheci nessa época era diferente... ou talvez eu vivesse numa bolha liberal em Potsdam", a capital estadual, confessa a politóloga.

"Infelizmente, a direita populista, com a ajuda de alguma comunicação social, conseguiu replicar o que temos visto noutros países e criou a narrativa de uma 'crise migratória'. É muito mais fácil obter votos quando se responde aos instintos básicos das pessoas, como a xenofobia", diagnostica. Por isso é que, ainda em março, os alemães que consideravam estar a chegar demasiados imigrantes e requerentes de asilo eram 55% e agora são 71%: "Tal é a força da propaganda." Daí que Ross não hesite ao afirmar que "os controlos fronteiriços são um resultado direto da pressão política e da opinião pública sobre o Governo".

A jogada é arriscada e poderá abrir ainda mais fissuras na coligação governamental. Os Verdes não estão a gostar de ver os parceiros cederem a exigências de forças conservadoras e de extrema-direita. "Uma Europa unida, sem cercas e muros nas fronteiras, é uma grande dádiva. É preocupante que tantos estejam dispostos a renunciar a esta liberdade de ânimo leve. Temos de proteger esta Europa", escreveu Ricarda Lang, copresidente dos Verdes, na rede social X.

> "O Governo alemão tem como objetivo o efeito dominó", diz investigador em políticas de migração

Crítica ou imitação?

Além da Polónia, que tem sido mais contundente, outros países vizinhos não escondem a indignação com a decisão de Berlim. "Não têm apoiado, têm sido críticos. Pelo menos para já tem sido essa a reação", afirma Rui Pena Pires, sociólogo e coordenador científico do Observatório da Emigração. Até porque os controlos causam constrangimentos a quem atravessa as fronteiras, incluindo quem transporta mercadorias, e podem "prejudicar o normal funcionamento da economia europeia, que tem uma grande interdependência", acrescenta ao Expresso.

A Áustria, que vai a votos no dia 29, fez saber que não receberá migrantes rejeitados pela Alemanha. "Não vamos aceitar ninguém de volta, não há margem de manobra", avisou o ministro do Interior, Gerhard Karner, ao jornal alemão "Bild". E poderá surgir uma lógica de imitação. "O Governo alemão tem como objetivo o efeito dominó", diz ao Expresso Hannes Schammann, diretor do grupo de investigação sobre política de migração da Universidade de Hildesheim, no Norte da Alemanha. "Pretende que os vizinhos fechem as fronteiras e, assim, reduzam o número de candidatos a asilo na Europa. As medidas destinam-se a reforçar as fronteiras da UE e a reconstruir a 'Europa-fortaleza'", nome vindo da II Guerra Mundial.

hgomes@expresso.impresa.pt

Walkie-talkies e *pagers* são novas armas

Explosões de dispositivos utilizados pelo Hezbollah **também atingiram civis**. ONU diz que lei humanitária internacional foi violada



Funeral de Fatima Abdallah, de 10 anos, vítima da onda de explosões no vale de Bekaa FOTO AFG/GETTY IMAGES

ANA FRANÇA e HUGO SÉNECA

Pelo menos 32 pessoas, incluindo duas crianças, foram mortas e quase três mil ficaram feridas no Líbano, terça e quarta-feira, na sequência da explosão de dezenas de aparelhos de comunicação: *pagers* e *walkie-talkies*. Alguns deles tinham sido entregues a membros da milícia libanesa Hezbollah, mas muitos civis sofreram as consequências de um ataque que tem sido atribuído a Israel. O país está em guerra com o grupo islamita, considerado terrorista na União Europeia e nos Estados Unidos.

Há, por um lado, guerra aberta, com troca de artilharia constante na fronteira entre os dois países. Outra face do conflito está na sombra e incluiu operações especiais para neutralizar mísseis, infiltração recíproca de soldados e espiões e ataques destes — inesperados, incompreensíveis para a população civil e indutores de enorme pânico.

Dois ataques em dois dias

Depois de os *pagers* armadilhados terem feito 12 mortos, terça-feira, outra explosão de *walkie-talkies* matou 20 pessoas e feriu pelo menos 450, segundo o Ministério da Saúde do Líbano, citado pela BBC. Este segundo incidente, quarta-feira, aconteceu no meio de uma multidão reunida para os funerais de quatro vítimas da véspera.

Meios de comunicação com correspondentes no Líbano deram conta de momentos de pavor quando as pessoas se aperceberam do caráter incontrolável, aleatório e múltiplo das explosões, que pareciam ter origem nos próprios portadores. Testemunhas relataram à emissora britânica terem visto fumo sair de bolsos de calças e casacos e, quase ao mesmo tempo, um som semelhante a tiros ou fogo de artifício. Quando as pessoas aproximavam o visor dos olhos, segundos depois de ouvirem o 'bip, bip', o aparelho explodia. Daí que os médicos libaneses reportem tantos ferimentos nas mãos e rosto das vítimas.

O Hezbollah encomendara estes aparelhos depois de o seu líder, Hassan Nasrallah, ter desaconselhado, em fevereiro, o uso de telemóveis. "O vosso telefone é o agente deles", avisou. "Os telemóveis permitem triangulação entre antenas de redes móveis, o que já possibilita a localização com alguma precisão. Fica ainda mais precisa se complementada com a triangulação de *routers* wi-fi", explica Carlos Fernandes, professor do Instituto Superior Técnico. Mas permanece o mistério sobre quem os fabricou.

Os *pagers* AR-924 são originalmente fabricados pela empresa taiwanesa Gold Apollo, mas os seus responsáveis garantem que os dispositivos usados no atentado foram fabricados na Europa, através de uma firma que terá garantido o licenciamento para a produção, a BAC Consulting, com sede em Budapeste, Hungria. A respetiva diretora-executiva, Cristiana Barsony-Arcidiacono, garantiu à NBC que a BAC é apenas uma intermediária. De quê? De quem? Não esclarece. Quanto aos *walkie-talkies*, o modelo em questão foi fabricado pela empresa japonesa ICOM, mas não é produzido há mais de uma década.

Como explode um *pager*?

A maioria dos analistas e especialistas em explosivos ouvidos pela imprensa concorda que os *pagers* foram armadilhados com uma pequena quantidade de um tipo de explosivo não identificado. Várias fontes confirmaram à agência Reuters e ao "The New York Times" que os aparelhos foram adulterados antes de chegarem ao Líbano. Um responsável do Hezbollah disse que os cinco mil *pagers* tinham entrado na primavera, pelo que podem ter sido usados durante meses por operacionais da milícia. "Os explosivos podiam estar na bateria, dentro de um dispositivo de detonação, ou escondidos noutro local do *pager*", disse Eyal Pinko, antigo agente da Marinha e dos serviços secretos israelitas, à Sky News. "Um grama ou dois é quanto baste para fazer explodir o braço ou a cara de alguém."

Para que a carga explodisse teve de ser adicionado aos *pagers* um detonador, vincou à emissora britânica Carl Robson, ex-especialista do Exército britânico em desativação de bombas. Trata-se de um "pequeno barril cilíndrico" acionado por uma fonte de energia, neste caso a bateria do *pager*. Depois, é necessário um gatilho, uma espécie de interruptor; neste caso uma mensagem escrita composta por uma sequência específica de letras ou símbolos "que pôs em marcha a cadeia explosiva", explicou Pinko. A mensagem vinha do Hezbollah, ou melhor, foi escrita para que os destinatários pensassem que era essa a fonte.

> **"Um grama ou dois bastam para fazer explodir o braço ou a cara de alguém", disse um ex-agente secreto israelita**

Volker Türk, diretor do Departamento de Direitos Humanos da ONU citado pela CNN, considera os ataques "uma violação do direito humanitário internacional", a exigir "investigação independente, exaustiva e transparente". Frisa que os alvos foram "milhares de pessoas, civis ou membros de grupos armados, sem que se saiba quem estava na posse dos dispositivos visados, a sua localização e ambiente no momento do ataque".

O estranho encadeamento de explosões preocupa quem teme uma guerra aberta no Médio Oriente. O ministro da Defesa israelita, Yoav Gallant, telefonou ao homólogo americano, Lloyd Austin, minutos antes do primeiro ataque. "Estamos no início de uma nova fase da guerra; requer coragem, determinação e perseverança", diria mais tarde.

afranca@expresso.impresa.pt

ENTREVISTA



EXPRESSO.PT Leia a entrevista completa à diretora do UNRIC, Sherri Aldis, no *site* do Expresso



Sherri Aldis participa este mês na Cimeira do Futuro e nas Conferências do Estoril em outubro FOTO UNRIC

Sherri Aldis Diretora do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental

"A vida das pessoas está em risco devido à desinformação"

HÉLDER GOMES

O secretário-geral das Nações Unidas convocou a Cimeira do Futuro para 22 e 23 de setembro, domingo e segunda-feira, aproveitando a presença dos chefes de Estado e Governo na semana de alto nível da Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque. Em julho, António Guterres apresentou os Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação, que visam criar "uma ação internacional coordenada para enfrentar o premente desafio global da desinformação, do discurso de ódio e de outros riscos para a integridade do ecossistema da informação". Em entrevista ao Expresso, a diretora do Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC), Sherri Aldis, deixa vários alertas no âmbito da cimeira, como a "erosão da confiança no multilateralismo".

P Estará nas Conferências do Estoril no próximo mês, onde partilhará as conclusões da Cimeira do Futuro. Que pode adiantar sobre o painel em que participará?

R Nessa sessão vamos abordar a paz e a segurança através da lente da integridade da informação, porque as ameaças à integridade da informação têm grande impacto nos conflitos e criam conflitos. Há, portanto, uma ligação direta e riscos acrescidos em situações de conflito e outros tipos de crises, incluindo catástrofes naturais e acontecimentos relacionados com o clima.

P Já domingo e segunda-feira realiza-se a Cimeira do Futuro, coincidindo com a Assembleia-Geral. O que está em jogo nos processos de negociação para a cimeira?

R O que está mesmo em causa é o futuro do multilateralismo. Temos assistido a uma verdadeira erosão da confiança no multilateralismo, em geral, e nas instituições multilaterais, em particular. E é muito oportuno termos esta conversa a nível global. Todos temos muito em jogo. O enorme enfraquecimento da confiança nas instituições multilaterais pode realmente impedir-nos de alcançar os objetivos a que nos propusemos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] ao nível da igualdade de género, direitos humanos, ação climática, manutenção da paz e segurança. A base de tudo isto é a confiança nas instituições multilaterais e a sua reforma. Pela primeira vez, de forma muito concreta, a reforma do Conselho de Segurança estará em cima da mesa.

P Uma reforma de que se fala há muito, mas que tarda em avançar. Em que termos será discutida?

R A reforma do Conselho de Segurança ainda está a ser negociada e a sociedade civil e os cidadãos devem tentar influenciar o processo.

P Os princípios globais levados à cimeira visam "promover um futuro digital aberto, livre, seguro e centrado no ser humano — e para todos". Quão difícil será cumprir um caderno de encargos tão amplo nesta era de desinformação, manipulação e discurso de ódio?

R É difícil conseguir que 193 Estados-membros concordem em praticamente tudo. O que é diferente, desta vez, é que há acordo sobre a urgência de lidar com o problema, o fosso digital, as questões relacionadas com a inteligência artificial e as ameaças à integridade da informação. Penso que desta vez todos percebemos que é necessário fazer alguma coisa.

> "PELA PRIMEIRA VEZ, DE FORMA MUITO CONCRETA, A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ESTARÁ EM CIMA DA MESA"

P Mas será possível, num futuro próximo, conseguir espaços de informação mais saudáveis e seguros? Os relatórios independentes indicam que dois membros permanentes do Conselho de Segurança, a Rússia e a China, são atores-chave, por vezes até a nível estatal, em campanhas de desinformação.

R Por isso é que é muito importante abordarmos esta questão do ponto de vista da integridade da informação e falarmos sobre os objetivos a que devemos aspirar. Há recomendações muito específicas para as partes interessadas, como os Estados-membros, para lhes dizer o que devem executar. É importante termos algo que seja muito abrangente e não olhe apenas através da lente da interferência estrangeira para encarar os problemas do ponto de vista dos direitos humanos e das diferentes ameaças. A vida das pessoas está em risco devido à desinformação e ao discurso de ódio.

P Haverá um prazo fixado para adotar estes princípios globais, como acontece com os ODS?

R Não há um calendário específico. Todas as recomendações podem ser aplicadas de imediato, mas não existe um calendário para tal. Tem de haver alguma flexibilidade, mas isso não impede as pessoas de o fazerem imediatamente.

hgomes@expresso.impresa.pt

REINO UNIDO

Ofertas põem fim ao estado de graça

Primeiro-ministro não declarou dentro do prazo presentes de empresário no valor de €6000, para si e para a sua mulher

O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, não respeitou o prazo para declarar presentes dados à sua mulher por um financiador do Partido Trabalhista durante a campanha para as legislativas de julho. O empresário Waheed Alli patrocinou uma *personal shopper* e disponibilizou roupa a Victoria Starmer no total de cinco mil libras (€5940). As ofertas são legais, mas Starmer só as declarou esta semana, quando a lei exigia que o fizesse no prazo de 28 dias.

O primeiro-ministro esclareceu, na segunda-feira, que não tinha a certeza dessa obrigação, já que as ofertas foram à sua mulher. Acrescentou que foi a sua equipa quem abordou, proativamente, as instâncias parlamentares para averiguar tal necessidade, tendo-lhe sido indicado, de início, que não. "Não percebo a dúvida do comité, nem de Starmer, nem da equipa", afirma Dan Hough ao Expresso. Este membro do Centro de Estudos sobre Corrupção da Universidade de Sussex garante que o código de conduta é claro. "Qualquer presente acima de 300 libras tem de ser declarado. A partir daí, cabe à sociedade, aos jornalistas, aos políticos julgarem se esses valores e a natureza dessas ofertas são adequados".

O código de conduta dos deputados, supervisionado por Daniel Greenberg, manda registar "qualquer benefício a terceiros, quer seja ou não acompanhado de benefício para essa pessoa", desde que tenha advindo de um cargo na Câmara dos Comuns ou de atividades políticas. Para a investigadora Rose Whiffen, do Instituto de Transparência Internacional, a lei é ambígua, pois "diz que só têm de ser declaradas ofertas feitas no âmbito da atividade política", deixando de fora "relações pessoais, de amizade e familiares".

Tendo em conta que o Alli financia o Partido Trabalhista, Whiffen considera pouco plausível a tese de relação não profissional. Para mais, veio a público que o empresário recebeu livre acesso a Downing Street em agosto, o que não é habitual, já que não tem função oficial.

O comité de ética do Parlamento britânico não vai avançar com nenhuma investigação. Greenberg afirma que Starmer acabou por declarar os donativos por iniciativa própria, ainda que tardiamente.

A controvérsia estendeu-se aos restantes donativos declarados por Starmer. Segundo o jornal "The Guardian", desde 2019, recebeu ofertas no total de 100 mil libras (€119 mil), incluindo bilhetes para concertos da cantora Taylor Swift (mais de €4750). Alli foi dos seus maiores financiadores, oferecendo-lhe dezenas de milhares de euros em roupa, alojamento e até pares de óculos no valor de 2485 libras (€2953). O empresário, de 59 anos, fez parte da equipa de campanha do trabalhista e é membro da Câmara dos Lordes desde 1998.

No registo de interesses, o presente mais comum são os mais de 20 bilhetes para jogos do Arsenal, conhecida paixão de Starmer. Este afirmou aos jornalistas que está impedido de ir para as bancadas, por razões de segurança. "Podem dizer 'bem, azar', mas é por isso que existem as declarações de interesses", defendeu. A seu ver, seria excessivo "nunca mais assistir a um jogo do Arsenal" para não aceitar ofertas. Obteve ingressos de diversas pessoas para jogos do Arsenal, inclusive contra o F.C. Porto.

Whiffen fala de ingenuidade de política. "No contexto de austeridade que os trabalhistas anunciaram, estas quantias são muito elevadas e regulares", afirma a especialista em lóbi e conflito de interesses. "É normal os cidadãos terem dúvidas sobre o que leva alguém a dar estas quantias, e o que espera ou está a receber em troca."

Oposição reclama

O Partido Conservador exigiu esclarecimentos sobre a autorização a Alli para entrar na residência oficial do primeiro-ministro sem ter de se registar como visitante. Os *tories* sublinham que Starmer demorou só dez semanas a tornar-se suspeito de condutas indevidas, apesar de não haver investigação em curso. "Depois de tudo o que os conservadores fizeram, numa escala muito maior, ser apanhado por esta polémica semanas após entrar em funções é incompreensível e podia muito bem ter sido evitado", considera Hough.

> **Starmer obteve ingressos grátis para assistir a jogos do Arsenal, inclusive contra o F.C. Porto**

Restaurar a confiança dos cidadãos nos políticos tem sido uma das bandeiras de Starmer, após anos de governação *tory* envolta em polémicas, nomeadamente devido à milionária remodelação do apartamento do ex-primeiro-ministro Boris Johnson (2019-22) e das festas ilegais em Downing Street durante a pandemia. "O meu conselho é respirar fundo e assumir que foi um erro. Tentar passar a imagem de que agiu sempre corretamente só vai alimentar a narrativa de que políticos são todos iguais", conclui o analista político.

À polémica das oferendas soma-se contestação a decisões políticas do Executivo. Ter mantido a limitação de benefícios por filhos aos dois primeiros e ter sujeitado o subsídio de aquecimento no inverno à condição de recursos suscitou divisão na própria bancada trabalhista.

FRANCISCA FERREIRA MARQUES
Correspondente em Londres
internacional@expresso.impresa.pt

TRIBUNA HÓQUEI NO GELO

Desportos de inverno O país não tem um rinque com as dimensões adequadas à prática da modalidade. A equipa portuguesa mais relevante compete contra equipas espanholas e anda com a casa às costas pelo país vizinho. Por cá, unem-se esforços para tornar o hóquei no gelo relevante

Nesta ínfima realidade, o João precisa de amigos





FRANCISCO MARTINS

"As pessoas que vou conhecendo ficam surpreendidas. Como assim jogas hóquei no gelo, João? Em Portugal?" Os queixos dos amigos aproximam-se do núcleo da Terra com a resposta afirmativa.

João Farromba vive na Covilhã. Tem ali ao lado, na Serra da Estrela, uma pista de gelo de tamanho reduzido. Vai lá até três vezes por semana. Os treinos são um solilóquio. Falta-lhe companhia para desenvolver a componente tática. "Só consigo trabalhar a parte mecânica: remates, *handling*... Faço o que posso." Zarpa nas lâminas dos patins e manuseia o *puck* (disco) enquanto contorna a imaginária oposição. Ser admirador e praticar hóquei no gelo é uma raridade, mas não significa ser-se uma aberração e mesmo que assim fosse, "O Monstro Precisa de Amigos", como dizem os Ornatos Violeta.

"A parte física da modalidade foi o que mais me atraiu. Há encontrões... Uma coisa que não gostava no futebol é que qualquer toquezinho era falta. No hóquei, não." João Farromba também passou pelos pontapés à esfera. Há três anos que se dedica ao hóquei no gelo e conseguiu melhorar "muito rápido". Tem 19 anos e um bom arcaboiço para amortecer os choques da modalidade em que os seis jogadores se equipam como se fossem gregos prontos a encarar os troianos, com capacetes e proteções para as canelas, joelhos, cotovelos, braços, peito e pescoço. Toda esta armadura enfia-se dentro das largas camisolas e calças.

João Farromba representa o HC Porto. A equipa só tem dois jogadores portugueses. Os restantes juntam-se vindos de outras geografias, a maioria da Letónia. O ponto de encontro é em Espanha. O intervalo entre os estágios "vai variando muito, às vezes é uma semana, outras é um mês". João assume que "não é o adequado" e que lhe faz "falta o treino frequente" para evoluir. O HC Porto não tem um rinque com dimensões olímpicas — há um a ser construído em Trofa, numa antiga fábrica, com apoios privados — e por isso anda com a casa às costas pelo país vizinho.

O hóquei no gelo é considerado como uma modalidade estratégica dentro da Federação de Desportos de Inverno de Portugal (FDIP). Pedro Flávio, o presidente, antevê que uma "infraestrutura com condições ideais para a prática da modalidade em Portugal pode criar outro tipo de expectativa". Não é do rinque da Trofa que fala. Embora também o considere uma mais-valia, esse é um projeto do clube. Por sua conta, a FDIP tem em mãos aquilo que é "o grande projeto e o grande sonho". Trata-se da construção de uma infraestrutura na Grande Lisboa que sirva como casa dos desportos de gelo. "Será esse o ponto de viragem do desenvolvimento das nossas modalidades. A partir do momento em que haja uma infraestrutura desta dimensão vamos conseguir praticar as nossas modalidades, quer a nível da formação, quer depois a nível competitivo e também atrair competições internacionais das diversas modalidades."

Pedro Flávio reflete sobre o esboço deste centro de alto rendimento após a apresentação da primeira Liga Ibérica de hóquei no gelo, em Madrid. O HC Porto vai ser o representante português entre as sete equipas que compõem a prova. Enquanto o presidente da Real Federação Espanhola de Desportos de Inverno, Frank González, se regozijava com os mais de cem anos de hóquei no gelo em Espanha, o homólogo português falava de um "marco histórico" para o desenvolvimento da modalidade com presença introvertida na oferta desportiva nacional.

NÚMEROS

1

Jéssica Rodrigues foi a única atleta portuguesa a conseguir um diploma numa modalidade de inverno. Fê-lo nos Jogos Olímpicos da Juventude na patinagem de velocidade

3

A comitiva portuguesa nos Jogos Olímpicos de Inverno 2022 foi composta apenas por José Cabeça, Ricardo Brancal e Vanina Guerillot. Em 2026, a expectativa é que o número aumente

O aborrecimento de Jim Aldred tornou-se o motor

O HC Porto é treinado por Jim Aldred, um canadiano que jogou hóquei no gelo profissionalmente. Em 2016, veio morar para Portugal. "A minha mulher nasceu em Portugal, mas viveu muito tempo no Canadá e em França. Os pais dela decidiram regressar a Portugal e nós viemos com eles." Quando perguntava a alguma criança se alguma vez tinha visto um jogo profissional de hóquei no gelo, o não saltitava entre as várias respostas. "Sei que são transmitidos alguns jogos da NHL à uma da manhã. Quem é que está acordado à uma da manhã?"

Depois de um ano "a explorar as praias, o vinho e a comida", Jim Aldred estava "aborrecido" e decidiu "tentar desenvolver o hóquei no gelo em Portugal". O objetivo era que, num "país de futebol", as pessoas fossem "expostas" ao hóquei no gelo. "Muito trabalho" levou a que o país conseguisse colocar uma equipa a competir na Liga Ibérica, o que é "louco".

SEGUNDO A FDIP, EXISTEM SEIS CLUBES E "ENTRE 70 E 80" JOGADORES DE HÓQUEI NO GELO EM PORTUGAL

Num país onde não há atletas para compor uma equipa, o HC Porto recruta jogadores estrangeiros através das redes sociais. "Todos os dias recebemos *e-mails* de pessoas que nos encontram no Instagram ou no Facebook a demonstrarem interesse em treinar e jogar pela nossa equipa." O mesmo acontece com a seleção nacional que Jim Aldred também orienta. "Adorava que Portugal jogasse contra equipas como o Canadá, os Estados Unidos, a Chéquia e a Finlândia. Não estarei por cá quando isso acontecer."

Existem seis clubes e um número "entre os 70 e 80" jogadores de hóquei no gelo monitorizados pela FDIP, detalha Pedro Flávio. Aqueles que formam a seleção nacional "vêm



A maioria dos jogadores do HC Porto são estrangeiros recrutados pelo treinador, Jim Aldred, através das redes sociais. João Farromba é um dos poucos portugueses no conjunto que se vai estrear a Liga Ibérica, campeonato que conta com sete equipas, a maioria espanholas FOTOS HC PORTO

das camadas de formação e outros jogam um pouco por todo o lado, na Suíça, no Canadá, nos Estados Unidos, filhos de portugueses ou portugueses que emigraram para estes países". Em 2023/24, Portugal participou na Development Cup, a competição de nível mais baixo da IIHF, a federação internacional, e terminou na segunda posição.

A maioria dos clubes sob a alçada da FDIP, dada a falta de rinques com a dimensão adequada, compete na variante 3x3. Alguns deles têm apenas equipas de formação. Quando criarem equipas seniores é possível que, tal como acontece com o HC Porto, venham a integrar a Liga Ibérica.

Pedro Flávio evidencia que o hóquei no gelo é uma modalidade "muito atrativa" para o público. "Este ano, o campeonato do mundo teve jogos com 16 mil pessoas a vibrar, é impressionante." É com a "espetacularidade" que quer convencer "clubes de futebol, por exemplo, a terem uma equipa de hóquei no gelo". Fica o convite para que façam companhia a João Farromba.

De olhos postos em 2026

Por se tratar de uma aposta recente, o hóquei no gelo português não aspira a estar representado nos Jogos Olímpicos de Inverno 2026. Ainda assim, existem outras modalidades nas quais a FDIP deposita esperanças. São elas o esqui alpino, a patinagem de velocidade, o esqui de fundo e o bobsleigh. "Temos um conjunto de atletas identificados", assegura Pedro Flávio.

O HC PORTO É O ÚNICO REPRESENTANTE PORTUGUÊS NA ESTREIA DA LIGA IBÉRICA, UMA COMPETIÇÃO COM SETE EQUIPAS

Os Jogos Olímpicos de Inverno 2026 vão decorrer nas cidades italianas de Milão e Cortina d'Ampezzo. "Trabalhamos em cada ciclo olímpico para termos mais atletas", frisa o representante da FDIP. Em Pequim 2022, Portugal teve uma comitiva de três atletas: José Cabeça (esqui de fundo), Ricardo Brancal e Vanina Guerillot (esqui alpino).

Este ano, Jéssica Rodrigues conseguiu, nos Jogos Olímpicos da Juventude, o primeiro diploma de Portugal numa modalidade de inverno. Fê-lo na patinagem de velocidade (6º lugar). Para Pedro Flávio, é um sinal de "esperança".

fsmartins@expresso.impresa.pt

FUTEBOL

Nunca houve tantas mulheres a treinar seleções nacionais

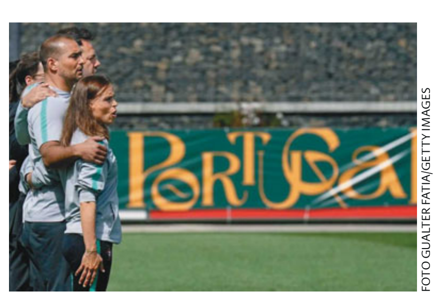


FOTO GUALTER FATIA/GETTY IMAGES

Marisa Gomes é selecionadora nacional das sub-19 e coordenadora técnica das seleções femininas

Esta temporada, são oito as treinadoras nas diferentes equipas nacionais. Em 2020, eram apenas três

Quando Mónica Jorge chegou à FPF, no dealbar deste século, ser mulher era ali um papel solitário. Assim o foi durante longos anos. De 2000 até 2007, a diretora da federação para o futebol feminino era a única treinadora na instituição. "Não íamos a Europeus, não tínhamos a Liga BPI, havia pouco estímulo para as mulheres", explica a ex-selecionadora nacional de 2007 a 2012, ano em que passou a dirigente.

Quase duas décadas de crescimento depois, período em que Portugal marcou presença em Europeus e no último Mundial, o cenário já não é tão solitário. Nas seleções femininas, da A às sub-15, há oito treinadoras, quatro delas principais. Nunca o número de mulheres na federação foi tão alto. Em 2020, antes da pandemia, eram apenas três. Este verão, Inês Aguiar e Francisca Martins assumiram as sub-16 e sub-15, juntando-se a Marisa Gomes, selecionadora das sub-19, e Beatriz Teixeira, nas sub-23, que transitam do ano anterior. Susana Bravo, Rita Gonçalves, Inês Rasquilha e Joana Tilly são assistentes das diferentes equipas nacionais.

A preocupação com o reduzido número de treinadoras (na Liga BPI, há apenas três técnicas principais, no Benfica, Sporting e Famalicão) tornou-se um plano. Mónica Jorge sublinha que "nos últimos 4, 5 anos" houve uma maior necessidade de ter "mais mulheres no processo". Levar as treinadoras aos cursos é o desafio. Marisa Gomes, também coordenadora técnica e metodológica das seleções nacionais, além de líder das sub-19, ainda se lembra, há uma década, de lecionar cursos nas associações distritais e não surgir nem uma mulher: "Agora, por grupo, aparecem duas, três, muitas das vezes em condições nos clubes de completo voluntariado. Mas a paixão faz com que procurem ser melhores."

Nos últimos anos nasceram vários projetos de apoio para estimular mais mulheres a acederem à profissão. A FPF, através dos Centros de Treino do Futebol Feminino presentes nas 22 associações, financia adicionalmente quem inclui nas equipas técnicas treinadoras com o nível I. Na Liga BPI seguiu-se o mesmo pressuposto. A qualificação das treinadoras é também uma preocupação, seja na mudança dos critérios, que permitem que mais treinadoras da Liga BPI integrem, por exemplo, o nível III, ou na criação de quotas específicas para mulheres. Ponto importante passa ainda pelo financiamento dos cursos: para o UEFA A (nível III) de 2024/25, as treinadoras têm direito à concessão de uma bolsa de apoio de 90% do custo total, que pode ser incomportável para quem trabalha tantas vezes com parca remuneração.

Uma carreira possível

Fazer as mulheres acreditarem na carreira de treinadora é fulcral. Marisa Gomes lembra que a projeção ainda é muito diferente para um homem: "Eles investem num curso e imediatamente podem pensar no retorno que podem ter, até a nível internacional. Já uma mulher pensa: 'Vou investir, mas provavelmente não vou ter retorno.'" As oportunidades

O financiamento de cursos é uma das várias iniciativas para trazer mais mulheres para o treino

escasseiam: a "valorização do papel da mulher enquanto treinadora tem de ser maior."

Inês Aguiar, de 29 anos, é uma das apostas da FPF. Esta é a sua 4.ª época na federação, primeira como treinadora principal nas sub-16. "Ainda estou a tentar conciliar os nervos e o orgulho. É muito mais trabalhoso, mas esta transição de adjunta para principal é uma aposta da direção e quero agradecer", conta a treinadora, que, quando tirou o UEFA B, era a única mulher da turma. "No nível III já éramos três. No ano passado já foram 11", explica. Ela é o presente, ainda que o futuro não lhe passe ao lado. A longo prazo, sonha levar Portugal a um título europeu de sub-17 ou sub-19. "Seria o auge da minha carreira", diz, esperançosa.

LÍDIA PARALTA GOMES

lpgomes@expresso.impresa.pt

Editorial&Opinião

Editorial A revolução que traz a inteligência artificial faz-nos pensar e questionar sobre um mundo novo

Otimistas e catastrofistas

A revolução tecnológica e digital em curso, acelerada exponencialmente pela evolução da inteligência artificial, traz infindáveis debates e oposição entre aqueles que alertam para os riscos de extinção da Humanidade e os que olham para esta revolução com mais otimismo. O debate entre ‘doomers’ e ‘boomers’ — catastrofistas e otimistas — existe lá fora como cá dentro e o Expresso aposta em trazer aos seus leitores olhares e pontos de vista diversos para que estes reflitam e a partir daí formem opiniões mais sustentadas. Na última semana, num ensaio no suplemento Ideias, Henrique Monteiro, colunista e antigo diretor do Expresso, afirmava que “a IA tem o potencial de revolucionar áreas como a medicina, a agricultura, a logística e muitas outras, trazendo eficiência, precisão e novas possibilidades de progresso”, concluindo que “a inovação é uma constante da vida e que, com o tempo, as suas potencialidades superarão os medos iniciais”.

Uma semana depois, continuamos a refletir sobre o tema. E o historiador israelita Yuval Noah Harari traz-nos, no seu novo livro “Nexus”, agora lançado entre nós, uma perspetiva diferente (no Ideias desta semana publicamos um ensaio que é um excerto da obra e na Revista fazemos a recensão do livro do autor de “Sapiens” e “Homo Deus”). Questiona ele o “que pode acontecer com a sociedade e psicologia humanas à medida que os diferentes algoritmos lutam entre si para conseguir formar falsas relações íntimas connosco, que podem depois ser usadas para nos levar a votar em políticos específicos, comprar produtos específicos ou abraçar determinadas crenças?”. Isto para concluir que “no começo da internet e das redes sociais, os entusiastas da tecnologia prometeram que disseminariam a verdade, derrubariam tiranos e garantiriam o triunfo universal da liberdade. Até agora, parecem ter tido o efeito oposto. Agora temos a tecnologia da informação mais sofisticada da história, mas estamos a perder a capacidade de falar uns com os outros e ainda mais a capacidade de ouvir.”

Expresso



Proprietária/Editora: IMPRESA PUBLISHING S.A.
Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos. NIPC: 501984046
Administração da IMPRESA PUBLISHING: Francisco Pinto Balsemão, Francisco Maria Balsemão, Francisco Pedro Balsemão, Paulo de Saldanha, Paulo Miguel Reis, Nuno Conde e Bruno Mateus Padinha
Composição do Capital da Entidade Proprietária: 100.000 euros, 100% propriedade da Impresa – SGPS, SA, NIPC 502437464
Registo da publicação na ERC: 101.101 ISSN-0870-1970

Diretor-Geral de Informação Impresa
Ricardo Costa

Diretor
João Vieira Pereira

Diretores-Adjuntos
David Dinis
Martim Silva
Miguel Cadete
Paula Santos

Diretor de Arte
Marco Grieco

Grande Repórter
Micael Pereira

Editor Executivo
Pedro Candeias

Editor da edição semanal
João Silvestre

Editores
Diogo Pombo (Desporto), Eunice Lourenço (Política), Joana Beleza (Multimédia), João Carlos Santos (Fotografia), João Pedro Barros (Online), Miguel Prado (Economia), Pedro Cordeiro (Internacional), Pedro Lima (Editor-adjunto Economia), Ricardo Marques (Revista E) e Rita Ferreira (Sociedade)

Coordenadores Gerais de Arte
Jaime Figueiredo (Infografia)
Mário Henriques (Desenho)

Coordenadores
Cristina Pombo (Internacional), Elisabete Miranda (Economia), Isabel Leiria (Sociedade), João Cândido da Silva (Online), João Miguel Salvador (Online), Lia Pereira (Revista E), Lídia Paralta Gomes (Desporto), Mafalda Ganhão (Online), Margarida Cardoso (Porto), Marta Gonçalves (Online), Pedro Miguel Coelho (Redes Sociais), Rui Tentúgal (Fecho), Tiago Pereira Santos (Desenho Multimédia) e Vítor Andrade (Economia)

Arquivo
arquivo@impresa.pt

Redação, Administração e Serviços Comerciais
Rua Calvet de Magalhães, 242 2770-022 Paço de Arcos
Tel. 214 544 000
ipublishing@impresa.pt

Delegação Norte
Rua Conselheiro Costa Braga, 502; 4450-102 Matosinhos
Tel. 220 437 000

Publicidade
Miguel Pacheco (diretor) João Paulo Luz (diretor de receitas digitais) Carlos Lopes (diretor coordenador) Ângela Almeida (diretora da Delegação Norte) Hugo Rodrigues (diretor publicidade) Nuno Martins (gestores de conta) Miguel Teixeira Diniz e Sérgio Alves (gestores de conta) Marta Teixeira e Helena Almeida (gestores de conta da Delegação Norte)
Tel. 214 544 073/214 698 798

Publicidade Online
publicidadeonline@impresa.pt



Subscrições Digitais Expresso
3 semanas: €5,99
52 semanas: €84,99
104 semanas: €139,99
Ligue 214 698 801 ou vá a expresso.pt
Dias úteis: 9h às 19h | Sábados: 9h às 14h





Marketing e Comunicação
Mónica Serrano (diretora) Ana Paula Baltazar (coord. de marcas de informação) Susana Freixo (gestora de marca) e Carla Martins (coord. de comunicação para relações externas)

Produção
Ana Sengo da Costa (diretora) João Paulo Batlle y Font (coordenador) Carlos Morais e Joaquim Rodrigues (produtores)

Circulação e Assinaturas (papel)
Ana Sengo da Costa (diretora)
Pedro M. Fernandes (diretor de circulação e produtos Expresso) e João Braz (responsável pela circulação)

Apoio ao Assinante
Rita Silva (responsável pelo serviço de apoio ao cliente) Tel. 214 698 801 (dias úteis, das 9h às 19h); *e-mail:* apoio.cliente.ip@impresa.pt

Atendimento Ponto de Venda
pontodevenda.ip@impresa.pt

Impressão
Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas, S.A.
Estrada de São Marcos, 27
2735-521 Agualva-Cacém

Distribuição
VASP-MLP, Media Logistics Park Quinta do Grajal, Venda Seca 2735-511 Agualva Cacém
Tel. 214 337 000
Pontos de venda: contactcenter@vasp.pt
Tel. 808 206 545

UMA HORA A MAIS



Sebastião Bugalho
politica@expresso.impresa.pt

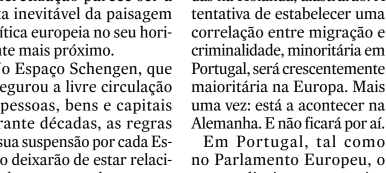
O desencontro entre o país e a restante Europa é antigo, transversal e ocasionalmente trágico. A hora a mais que separa o fuso horário de Lisboa e Bruxelas é, tantas vezes, a menor distância que nos divide. O tempo, no entanto, passa. E acaba por chegar a ambas as partes.

A semana, que começou com um debate agendado sobre inundações na Europa central, terminou com uma mobilização solidária em torno dos desastres naturais como um todo. Num continente de 450 milhões de habitantes e 4 milhões de quilómetros quadrados, as alterações climáticas atingem sucessivamente o país mais ocidental, que arde, os Estados a norte, cobertos de neve, e os a leste, devastado por inundações.

Ao mesmo tempo, e mostrando que o desencontro também ocorre dentro da mesma casa, a proposta orçamental da Comissão para o próximo ano prevê um corte no mecanismo de proteção civil que garante o mínimo de solidariedade entre os membros da União. E este é só um pequeno exemplo de como o ciclo político europeu diverge, mais do que devia, da realidade dos europeus.

Irremediavelmente, essa é uma tendência que deverá repetir-se ao longo dos próximos cinco anos.

Até na composição do colégio de comissários se incorreu, ainda que ao de leve, na mesma desarmonia: mandando para trás a indicação eslovena — um homem — a nova comissão Leyen nomeou uma ex-diplomata, atualmente lóbista de profissão com residência na Suíça e, segundo os jornais nacionais, com passado ligado à polícia política da Jugoslávia. A sua pasta é nada mais nada menos do que o alargamento, o maior desafio desta década para a União. E uma rápida pesquisa num arquivo noticioso dará de caras com posições de aproximação a Moscovo, já depois da invasão da Ucrânia.


FOTO GETTY IMAGES

A paridade como critério é fundamental num órgão como a Comissão Europeia, sim, desde que não se negligencie todos os outros.

De uma forma ou de outra, o choque entre intenção e concretização parece ser a nota inevitável da paisagem política europeia no seu horizonte mais próximo.

No Espaço Schengen, que assegurou a livre circulação de pessoas, bens e capitais durante décadas, as regras da sua suspensão por cada Estado deixarão de estar relacionadas com grandes eventos ou ataques terroristas, ficando cada vez mais entregues à arbitrariedade do critério político — e do ciclo eleitoral — de cada Governo nacional.

A segunda vaga de refugiados de guerra este inverno será massiva

Está a acontecer na Alemanha. E não ficará por aí.

As políticas de repatriamento de migrantes, implementadas na Dinamarca e defendidas na Holanda, alastrarão. A tentativa de estabelecer uma correlação entre migração e criminalidade, minoritária em Portugal, será crescentemente maioritária na Europa. Mais uma vez: está a acontecer na Alemanha. E não ficará por aí.

Em Portugal, tal como no Parlamento Europeu, o centro-direita tem a maior minoria de todas, tendo a dificuldade de todos os demais recusarem negociar entre si seja o que for.

A interrogação maior, nesse cenário de encruzilhada, é por quanto mais tempo as opiniões públicas europeias se manterão ao lado do esforço de guerra ucraniano mas, mais do que isso, por quanto tempo é que as campanhas eleitorais não terão como tema principal a continuidade — ou não — desse apoio. A segunda vaga de refugiados de guerra este inverno será massiva. Em Kiev, hoje, já se procuram casas nos arredores da cidade por receio de falta de eletricidade durante o frio.

Olhar a competitividade e a urgência do investimento como prioridades não relacionadas com o conflito seria um erro de brutal da União. Por cá, talvez ainda não seja percetível. Por lá, só têm uma hora a mais

LEIA TAMBÉM EM EXPRESSO.PT

Agora tenho medo de Elon Musk
LOURENÇO MEDEIROS

Painéis publicitários de Lisboa
MANUEL CARDOSO

Silêncio
MARIA CASTELLO BRANCO

INCENDIAR A OPINIÃO PÚBLICA NÃO APAGA FOGOS



Rui Tavares
politica@expresso.impresa.pt

Se incendiar a opinião pública apagasse fogos, Portugal não tinha a área ardida que tem.

Para um ano como 2024, ainda em curso, o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta dá-nos o vandalismo como a causa de cerca de 30 por cento dos fogos. Relevante, é inegável. Mas vamos supor, a benefício da discussão, que todos os incêndios fossem causados por incendiários. Ainda assim, a questão não seria só como identificar esses incendiários, como julgá-los, como puni-los e garantir que não reincidam — mas a questão muito mais decisiva continuaria ainda e sempre a ser como impedir que causassem um dano tão grande.

Mesmo que duplicar as penas para incendiários diminuísse o número de fogos para metade — o que já de si é um argumento irrealista — continuaríamos a ter de lidar com o facto de mesmo menos fogos podem ser muito mais destrutivos. Onde é que podemos mesmo fazer a diferença, no curto, no médio e no longo prazo?

Podemos, desde logo, e rapidamente, fazer a diferença na maneira como formamos, treinamos, protegemos e valorizamos os nossos bombeiros. Nestes últimos dias, três bombeiros — duas mulheres e um homem — morreram cercados pelas chamas. Mas antes disso, um bombeiro morreu acometido por doença súbita, na pausa das operações, aos 60 anos — uma idade em que um bombeiro já deveria ter o direito de se aposentar ou pelo menos de não estar na frente das operações. O problema é que cada vez menos pessoas querem ir para uma profissão que paga pouco, é perigosa, e onde nem a reforma antecipada consegue servir de atrativo. Num país que não teve praticamente investimento público durante década e meia, investir nos bombeiros é prioritário e deverá continuar a sê-lo até que haja mais gente a querer ser bombeiro e que as condições de trabalho permitam aumentar a excelência, tanto nas funções de prevenção como nas de proteção.

Em segundo lugar, podemos fazer a diferença gerindo melhor a floresta e ordenando melhor o território. Este é o objetivo de médio prazo, mas não nos devemos enganar: o médio prazo não começa no

Investir nos bombeiros é prioritário e deverá continuar a sê-lo até que haja mais gente a querer ser bombeiro

médio prazo, começa agora para dar resultados no médio prazo. A principal função do Estado nesta área deve ser a de ajudar a tornar rentáveis formas de ocupação do território e de exploração florestal que sejam defensivas em relação aos fogos. Diz-se muito que a monocultura de eucalipto é a única que é rentável no curto prazo num regime de propriedade muito fragmentado e desorganizado. Pois bem, então nesse caso é preciso promover (incluindo subsidiar) outras espécies, numa floresta mais diversificada, numa propriedade mais organizada — na qual seja fácil aos pequenos produtores, através de associações produtivas locais, ecológicas e sustentáveis, nas quais seja fácil entrar e das quais seja fácil sair, com poucas burocracias, para ganhar escala e diminuir o número de interlocutores.

Em terceiro lugar, no longo prazo, não resolveremos as alterações climáticas sozinhos. Mas, além de dar o nosso contributo para as combater à escala global, podemos preparar-nos à escala nacional para o impacto que elas têm. O debate sobre como fazê-lo não está sequer iniciado. E, é claro, não abre noticiários como a conversa de não largar os incendiários ou equipará-los a terroristas. Mas, mais uma vez, a escolha aqui é clara: ou queremos apagar fogos, ou queremos incendiar a opinião pública. Quem quer a segunda coisa é porque não faz a mais pálida ideia de como conseguir a primeira.

Presidente do Instituto do Património

Rotas, redes e conexões

João Soalheiro

A viagem tem no imaginário coletivo o pendor de libertar a imaginação muito para lá das preocupações do quotidiano.

No passado, a viagem foi apanágio de uns quantos. Hoje tornou-se parte integrante da vida de quase todos. Vivências de outros tempos cruzam-se com o hoje que protagonizamos, densificam-no e projetam-no, tornando o presente um elo vivo entre gerações. Mas os vestígios do passado encontram-se hoje sob pressão, sujeitos a novos constrangimentos a que devemos atender. Os fluxos humanos por motivo do turismo merecem reflexão e ação. As alterações climáticas acarretam preocupações novas a que importa responder.

Experimentar o património cultural como lugar de encontro e de conhecimento é hoje um imperativo de cidadania.

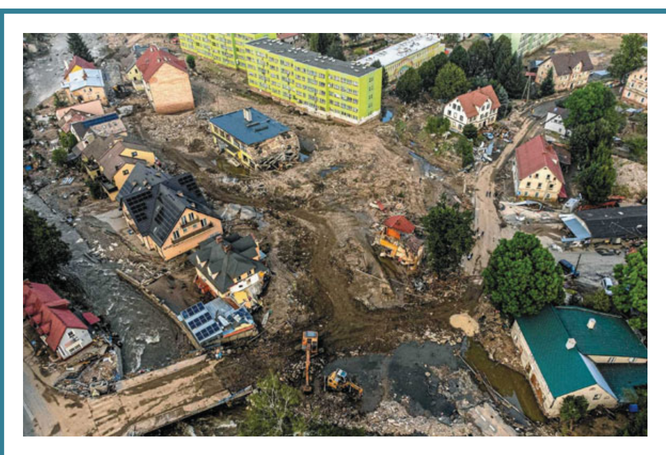
Ao património cultural pertence a capacidade de unir, de proporcionar o encontro. Pertence-lhe também o poder de emocionar, de criar sentimentos de pertença, de integrar. Enquanto comunidade de comunidades, os portugueses sentem o património cultural como parte da sua maneira de ser e estar no mundo.

Os monumentos, os sítios, as manifestações imateriais, na sua diversidade, enriquecem a experiência que cada um faz no quadro da grande aventura humana. Estamos ligados. Estamos mais ligados hoje. Queremos estar melhor ligados no futuro. Estamos também cada vez mais ligados aos que nos precederam, que hoje conhecemos melhor graças à investigação desenvolvida por universidades e instituições de ciência e cultura.

Experimentar o património cultural como lugar de encontro e de conhecimento é hoje um imperativo de cidadania

O Património Cultural, I.P., tem por missão cuidar do património cultural português, praticando os gestos de salvaguarda, de valorização e disponibilização à fruição pública que a Lei de Bases do Património Cultural consagra. São atitudes antigas na configuração das responsabilidades públicas em território português. O rei Teodemiro promulgou, em 572, um decreto notável para a história de uma das mais antigas instituições portuguesas: a província eclesiástica bracarense. Um grupo de trabalho foi criado com altos funcionários da Administração do Estado; trabalho de campo foi feito na identificação de limites, muitos definidos por recurso a estruturas monumentalizadas, o que só um eficaz processo de auscultação das comunidades locais poderia proporcionar; arquivos foram consultados para análise da documentação; um conselho de peritos foi convocado para se pronunciar sobre a proposta de trabalho; um decreto foi elaborado e promulgado.

São atitudes ainda hoje fundamentais no exercício da proteção do património cultural que o Estado português proporciona no quadro das suas responsabilidades. E por tal motivo o Património Cultural, I.P., prepara, sob a designação TEODEMIRVS, um vasto programa agregador de conhecimento e de experiências com um objetivo ambicioso: conectar os cidadãos com os tesouros da herança cultural portuguesa, proporcionando oportunidades de encontro e de vivências informadas e singulares.



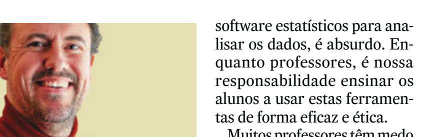
A foto da semana

Por **PEDRO CORDEIRO**
pcordeiro@expresso.impresa.pt

STRONIE SLASKIE Esta terra do sul da Polónia é uma de muitas da Europa central e de leste onde as cheias dos últimos dias causaram estragos de monta, como se vê nesta imagem captada por um drone. As chuvas, que assolam também Alemanha, Áustria, Chéquia, Eslováquia, Hungria, Itália e Roménia, obrigaram milhares de pessoas a deslocar-se e causaram dezenas de mortes. Meios militares e até reclusos têm sido recrutados para ajudar nos esforços de ajuda aos afetados FOTO MICHAL RYNIAK/REUTERS

Muitos professores têm medo de que os alunos façam trabalhos inteiros com ChatGPT. É uma tolice

Learning by doing



Luís Aguiar-Conraria
Professor de Economia da Univ. do Minho
lfaguiar@eeg.uminho.pt

Foi há cerca de 2 anos que o ChatGPT se deu a conhecer. Quem teve a curiosidade de ir ver a aplicação ficou boquiaberto. Quase em simultâneo, houve uma enorme preocupação nas escolas: com uma ferramenta destas, como garantir que eram os alunos que escreviam os trabalhos que entregavam? Qual a lógica de ter os professores a avaliar trabalhos feitos por software com pouca, ou nenhuma, contribuição dos estudantes?

Quem, como eu, abraçou a tecnologia rapidamente percebeu as suas limitações. A mais evidente era a de inventar factos e referências científicas. Os estudantes que recorreram a esse software para fazer os seus trabalhos escolares eram facilmente apanhados pelos professores. Era penoso. Quase cómico, na verdade, a fazer lembrar aqueles alunos que copiam tudo pelo colega do lado, incluindo o nome.

Mas era também óbvio que essas limitações seriam corrigidas e que, com a concorrência entre empresas, soluções melhores apareceriam. Para mim, tornou-se uma ferramenta indispensável. Tal como não concebo escrever numa máquina de escrever, como fazia no liceu, ou passar tardes na biblioteca a tirar fotocópias de revistas científicas, como fiz durante o mestrado, também não dispenso o uso destas ferramentas quando trabalho. Não só melhoram a qualidade da minha comunicação, ajudando-me, por exemplo, a escrever melhor em inglês, como me ajudam em tarefas mais complexas, como escrever código para software; e ajudam-me em coisas como fazer exames (quase sempre os dou ao ChatGPT para resolver e concluo quase sempre que, não sendo um aluno de topo, lhe daria nota suficiente para passar).

Escolas, universidades e politécnicos devem comprar estes serviços e pô-los à disposição de toda a comunidade escolar

Recentemente, numa conversa com amigos professores, discutíamos as ferramentas de inteligência artificial (IA) que usamos no nosso trabalho. Um deles mencionou um software para detetar trabalhos feitos com IA, tal como se faz com plágio. Achei piada e perguntei-lhe para que é que os queria. Também se punha a detetar se os alunos tinham usado corretor automático ou software estatístico? Só compreendia a utilidade disso se fosse para penalizar os alunos que não usassem as ferramentas de IA.

Compreendamo-nos, a IA está aí. Querer que os alunos não a usem para escrever ou para preparar apresentações é o mesmo que querer que não usem software estatísticos para analisar os dados, é absurdo. Enquanto professores, é nossa responsabilidade ensinar os alunos a usar estas ferramentas de forma eficaz e ética.

Muitos professores têm medo de que os alunos façam trabalhos inteiros com ChatGPT. É uma tolice. Qualquer avaliação é relativa. Como, desde que tecnologicamente proficientes e adequadamente equipados, todos os alunos têm acesso a essa aplicação, o que distingue uns trabalhos dos outros não é se usaram ChatGPT, mas sim como o usaram. Tal como num trabalho de estatística, o que distingue os alunos não é o software que usaram, mas sim o que fizeram com ele.

Como é evidente, mesmo no uso da inteligência artificial há diferenças de classe. A diferença de qualidade entre o software pago e o gratuito é abissal e os preços não são meramente simbólicos. Facilmente se paga €20 por mês, pelo que alguém que subscreva dois ou três serviços, facilmente pagará €500 ou mais por ano. Mas, mais uma vez, a solução não passa por nivelar por baixo ou pela proibição. A solução é a oposta: as escolas, universidades e politécnicos devem comprar estes serviços e pô-los à disposição de toda a comunidade escolar.

Alguns dos professores que me leem estarão a pensar que umas ações de formação seriam úteis. Sê-lo-ão, com certeza. Mas permitam-me que vos diga que nada substitui a aprendizagem que vem de, simplesmente, pôr as mãos na massa. Aprender fazendo. Comece por coisas simples, como pedir a uma destas aplicações que lhe resolva os testes, que interprete um poema, que resolva uma equação, que contextualize um filósofo na sua época ou até que lhe sugira perguntas para incluir nos testes. Imagine o trabalho que poupará no futuro, quando perceber que pode fazer o *upload* das respostas dos alunos de uma turma e identificar automaticamente áreas comuns de dificuldade!

A procissão vai no adro e sem destino óbvio. A nossa escolha é entre acompanhá-la ou ficar a vê-la ir-se embora.

P. S.: Como sempre que as condições meteorológicas o propiciam, regressou a praga dos incêndios. Comecei a escrever sobre o assunto, mas com uma fortíssima sensação de *déjà vu*. A sensação estava certa. Nem uma vírgula preciso de mudar ao meu artigo de 22 de julho de 2022.



Teresa Violante
politica@expresso.impresa.pt

A DEMOCRACIA ENTRE ELEITORES E FINANCIADORES

A democracia assenta na ideia de autogoverno. Esta ideia, de aparente simplicidade, é profundamente radical a vários níveis. Tratando-se de democracia representativa, pressupõe que é possível o nexo entre a eleição de representantes e a adoção por estes de políticas que corresponderão à vontade do povo. A democracia representativa assenta nesta ficção de que o seu funcionamento traduz a vontade maioritária da comunidade política. Mas a ficção torna-se menos convincente à medida que os sistemas democráticos exibem níveis de concentração da riqueza em pequenas minorias, num fenómeno descrito como oligarquização das democracias.

A oligarquização do poder, em que este é concentrado numa pequena minoria e exercido em benefício próprio, é um tema clássico. A Constituição portuguesa tem uma norma decisiva nestas matérias, prevendo, como primeiro dos princípios fundamentais em matéria de organização económico-social, a subordinação do poder económico ao poder político democrático. De vocação aspiracional e abstrata, esta norma serve de orientação para a definição de legislação e políticas concretas, designadamente as que estabelecem as interações entre o Estado, os mercados e a sociedade civil. Uma das matérias em que a ordem jurídica portuguesa se destaca, no plano comparado, em matéria de porosidade e influência entre o mundo privado e corporativo e a política é o financiamento partidário. Existem limites legais bastante apertados ao financiamento dos partidos políticos, sendo proibidos os donativos anónimos, bem como os de pessoas coletivas nacionais ou estrangeiras. Os donativos de pessoas singulares são limitados. Este regime baseia-se na ideia — que muitos apelidarão de pueril — de que os partidos devem competir pelas melhores ideias, e não pelas ideias com melhor financiamento. Mas não é replicado em várias das maiores democracias. A discussão sobre qual o melhor modelo é complexa e não consigo tratá-la neste espaço.

Entre financiadores e eleitores, a quem respondem os partidos políticos?

Dois recentes episódios envolvendo Keir Starmer e o Labour suscitam reflexão. O primeiro diz respeito a doações que um milionário e empresário fez à mulher do atual primeiro-ministro, que, nos termos do Código de Conduta do Parlamento, deveriam ter sido declaradas. O segundo, conhecido há poucos dias, refere-se ao alegado financiamento do Labour por um *hedge fund* ligado às indústrias fósseis e comércio de armas. Segundo a Open Democracy UK, esta doação de quatro milhões de libras constitui o sexto maior financiamento político britânico e, embora tenha sido feita em 28 de maio, a obrigatoriedade da respetiva publicação só ocorreu após as eleições.

A crise contemporânea da democracia representativa é inseparável da oligarquização das democracias. Entre financiadores e eleitores, a quem respondem os partidos políticos?

Opinião



Pedro Gomes Sanches
politica@expresso.impresa.pt

Pedro Nuno na corda bamba

O PS está fora do poder visível: do Governo, das Regiões Autónomas, das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto. É preciso recuar ao período de 1985 a 1990 para encontrar semelhante cenário: estavam Cavaco Silva (PSD) no Governo, Mota Amaral (PSD) nos Açores, Alberto João Jardim (PSD) na Madeira, Krus Abecasis (CDS) em Lisboa e Fernando Cabral (PSD) no Porto. Ou seja, há 34 anos que o PS não estava nesta circunstância de, como dizer?, não molhar o bico em nenhuma fonte.

Nesses cinco anos, com a saída de Soares do cargo de secretário-geral, o PS teve quatro lideranças: Almeida Santos e Macedo (ambos interinamente), e Constâncio e Sampaio. O PS não é um partido normal: é, sobretudo e mais do que todos, uma máquina vocacionada para a conquista e exercício do poder. Só um partido assim toma o Governo à boleia de uma coligação de derrotados de extrema-esquerda e se mantém no poder durante mais de oito anos sem que se lhe vislumbre a mais ténue ideia para o país.

O que o partido exige não é, portanto, uma visão de país, mas que se recupere o poder perdido. E eis o imperativo sobre Pedro Nuno Santos: vencer as próximas eleições. O dilema? Escolher quais e quando vão ser.

O normal seriam as autárquicas de 2025, mas pode ser agora, com o chumbo do Orçamento e legislativas antecipadas. Todavia, se tivermos eleições agora, com a AD em modo carrinho de guloseimas e com a exibição de competência de alguns ministros a fazer o que lhes compete, dificilmente o PS as vence; e, nesse caso, Pedro Nuno não resiste. A única hipótese de sobrevivência, a prazo, é, portanto, vencer as próximas autárquicas; o que inclui vencer Lisboa. Por falar em Lisboa: com Alexandra Leitão a ameaçar a liderança dia-sim-dia-não, que tal propô-la para Lisboa? Se vier derrota, é dos dois, mas ela não lhe pode reclamar o lugar; se vier vitória, Pedro Nuno reclama-a para o partido e para si.

Voltando ao Orçamento. O tempo em que o PS oscilava entre a "consciência moral" (de Zenha) e o "absolutismo monárquico" (de Soares), de que Rui Mateus nos fala no seu "Contos Proibidos — Memórias de Um PS Desconhecido", já lá vai; conhecemos o fim da história e o vencedor. Esqueçam a "consciência moral": daqui até à votação do Orçamento, muito dirão, inflamados, em nome do país e dos portugueses, mas os cálculos que contarão serão outros. Quanto pode a corda esticar? Orçamento ou eleições? Os Clã, na música 'Dançar na Corda Bamba', dão uma pista: "Não convém esticá-la/Nem que fique muito solta/Bamba é a conta certa/Como dança de ida e volta/Que mantém a via aberta."

Já agora, por falar em "absolutismo monárquico": o perigo para Pedro Nuno não vem de Alexandra Leitão. Há um príncipe, para lá do nevoeiro, que aguarda o momento do regresso. Chama-se D. Duarte (Cordeiro).

Pedro Gomes Sanches escreve de acordo com a antiga ortografia

O milagre da despolitização dos incêndios



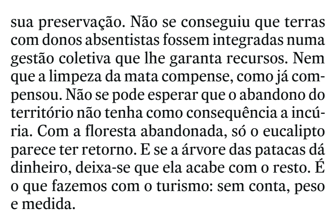
Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

Se compararmos com os incêndios de 2017, bem diferente é o papel do Presidente. Onde antes fazia avisos no terreno, hoje presta solidariedade incondicional em Conselho de Ministros. Bem diferente é o comportamento da comunicação social. Onde antes procurava responsabilidades, hoje assiste a *briefings* sem perguntas. E, no entanto, há política para debater. Já não falo da repetição de erros, como falhas graves no corte inicial de estradas, que só não acabaram em tragédia por sorte. Ou da fraquíssima comunicação prévia às populações. As coisas estão melhores porque o sobressalto nacional de 2017 levou a que se tomassem medidas nos anos seguintes. Mas, mais uma vez, há debates políticos a que temos de regressar.

Já nem me refiro às alterações climáticas. Temperaturas superiores a 30 graus, humidade inferior a 30%, vento superior a 30 km/hora são a receita para o desastre. E esta combinação atingiu, em várias regiões do país, o primeiro lugar desde 2001. O verão de 2023 foi o mais quente de que há registo na Europa. A Europa aqueceu mais depressa do que qualquer região do globo — 0,5 graus por década, nos últimos 30 anos. E o maior contributo vem do Sul, onde estamos. Nós somos das principais vítimas das alterações climáticas e só as debatemos para desancar ativistas. Nestas circunstâncias, o máximo que podemos sonhar é defender vidas e bens. Até a Califórnia, com parques nacionais cuidados, perdeu quatro mil quilómetros quadrados de floresta este ano.

Mas o que está apenas nas nossas mãos é o desordenamento crónico do território. Não é que não tenhamos aprendido nada com 2017, como li por aí. É que o problema vai muito para lá de políticas sectoriais. Temos grande parte do território abandonado e envelhecido. Não há quem cuide da floresta, para que ela dê o rendimento que financia a

> **Montenegro conseguiu que tudo o que é político, do ordenamento do território ao eucalipto, da economia da floresta a falhas operacionais, desaparecesse. Sem perguntas, com o PR como escudo e a MAI fechada numa cave, fez do fogo posto (também houve em 2017) tema central, lançando suspeitas vagas e prometendo substituir-se à polícia. O Governo passou de ator a vítima**



sua preservação. Não se conseguiu que terras com donos absentistas fossem integradas numa gestão coletiva que lhe garanta recursos. Nem que a limpeza da mata compense, como já compensou. Não se pode esperar que o abandono do território não tenha como consequência a incúria. Com a floresta abandonada, só o eucalipto parece ter retorno. E se a árvore das patacas dá dinheiro, deixa-se que ela acabe com o resto. É o que fazemos com o turismo: sem conta, peso e medida.

Nisto, não aprendemos mesmo nada desde 2017. Os eucaliptais ocupam 10% do território nacional, muitíssimo mais da área florestal. Mesmo assim, 81% da área reflorestada depois de 2017 são eucaliptos. E parece não chegar. A Navigator defende um aumento da área para a plantação, deixando no ar uma crítica às tímidas alterações a uma lei liberalizadora do Governo de Passos, cujo secretário de Estado das Florestas foi para diretor-geral da associação que reúne os gigantes da celulose. Se fizermos a justaposição dos mapas dos incêndios e da área de eucaliptal, veremos uma coincidência quase absoluta. A espécie, não autóctone, tomou conta do território como uma praga. E larga, perante ventos superiores a 30 km/h, folhas incineradas que espalham o incêndio.

O debate político não tem de se resumir a encontrar bodes expiatórios. Mas Montenegro soube precaver-se. O seu *briefing* sem perguntas concentrou-se no fogo posto. Também poderia ser o tema de 2017, quando o crime também "sobrevoava" a calamidade. Mas nessa altura os criminosos foram, para o PSD, ministros e primeiro-ministro. Sempre houve fogo posto. Mas temos um quarto das ignições que já tivemos. O mesmo que Inglaterra. E só 1% delas são responsáveis por 90% da área ardida. Há centenas de incêndios que não chegam a ser problema. A questão é por que progridem até serem incontroláveis. Mas não é por acaso que o primeiro-ministro abordou o tema do fogo posto da forma mais populista possível, falando de interesses não concretizados (sem que lhe pudesse ser perguntado a que se referia) e prometendo perseguir os criminosos. Com um discurso popular sobre crime, afastava, preventivamente, o foco das políticas públicas.

Montenegro conseguiu que tudo o que é político, do ordenamento do território à invasão do país pelo eucalipto, da economia da floresta às falhas iniciais destes incêndios, desaparecesse. Sem perguntas, com o Presidente como escudo e a ministra da Administração Interna fechada numa cave durante os dias mais críticos, fez do fogo posto o tema central, lançando suspeitas vagas e prometendo substituir-se à polícia. Assim, o Governo passou de ator político a vítima do crime, desviando as atenções para o que enoja todos. Em comparação com 2017, demonstra génio na comunicação política. Mas isso chega?

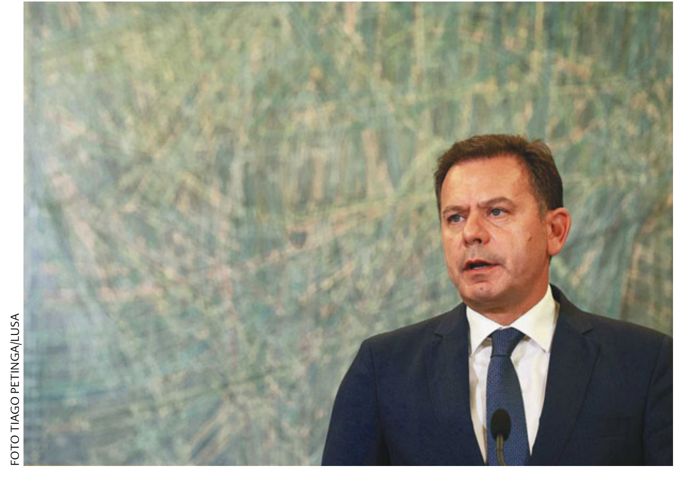


FOTO TIAGO PETINGA/LUSA

Procuradora da República critica palavras de Lucília Gago no Parlamento

As palavras inadmissíveis da PGR

Glória Alves

Foi com surpresa, incredibilidade e revolta que ouvi as declarações da procuradora-geral da República (PGR) no Parlamento relativas aos inconvenientes da predominância de mulheres nos seus quadros. Segundo as suas palavras, as mulheres são fator de agravamento de constrangimentos por razão de gravidez, da amamentação, etc...

Desde logo é insólito que a mais alta dignitária do Ministério Público (MP), por sinal magistrada de carreira e mulher, tenha tido a veleidade de justificar atrasos processuais com o predomínio feminino.

Se as palavras da PGR são inadmissíveis, a reação, ou melhor, a falta dela por parte dos políticos, dos comentadores, da sociedade civil e da estrutura sindical, tão rápida na defesa dos pergaminhos obsoletos da magistratura, é confrangedora e preocupante.

Na verdade, o maior insulto à democracia, à Constituição da República, à igualdade de género consagrada nos textos fundamentais das modernas sociedades democráticas e presente nos documentos conformadores do direito internacional passou quase despercebido e sem veemente censura.

Preocupante... a impor uma reflexão profunda.

O sexo feminino no MP representa mais de 80% e, portanto, a maioria do seu potencial.

Está provado que o fortalecimento da mulher estimula a produtividade, ao contrário do entendimento da senhora PGR.

Se a ascensão de mulheres a carreiras convencionalmente masculinas é vista por muitos como a elevação do estatuto social da mulher, outros entendem que quando as mulheres assumem profissão exercida tradicionalmente por homens esta baixa de prestígio e de remuneração, atento o papel predominantemente masculino dos níveis decisórios da sociedade. Porventura processo a ter lugar atualmente nas nossas magistraturas de forma lenta e silenciosa.

Desde o 25 de Abril que o peso relativo das mulheres magistradas do MP tem vindo sempre a aumentar e atingia já os 80% em 2008, situação idêntica à atual.

O predomínio de mulheres resulta apenas de estas terem melhores desempenhos nos concursos de acesso, eis o grande constrangimento.

Atenta a maioria permanente ao longo dos anos de mulheres no MP, desde logo podemos concluir que a estrutura feminina não representa um facto novo ou recente, antes é uma realidade consolidada, que jamais poderá ser entendida como um "agravamento" de anteriores constrangimentos

> **O maior insulto à democracia, à Constituição, à igualdade de género consagrada nos textos fundamentais das modernas sociedades democráticas passou quase despercebido e sem veemente censura**

A estrutura atual resultante dos concursos de acesso é manifestação dos direitos formais de igualdade consagrados na atual democracia liberal, mas não aboliu o discurso sexista presente nas declarações da PGR, que pressupõe uma menoridade de género por via da maternidade e do apoio familiar em relação aos (poucos) colegas homens de todo inaceitável.

Não obstante a feminização do MP, tal não representou uma alteração da instituição, que ainda hoje é intrinsecamente masculina, pensada por homens, para ser dirigida por homens e, mesmo quando dirigida por mulheres, estas agem como homens.

O constrangimento da PGR: uma profissão de homens exercida por mulheres...

Henrique Monteiro

OS DIAS QUE ME OCORREM

TERRORISMO
Sou absolutamente favorável a penas pesadas para os incendiários. De certo modo, com mais ou menos acerto, elas já existem. Mas sou contra a facilidade demagógica de propalar que tudo isto se deve a crimes. Manuel Carvalho, ex-diretor do "Público" e um dos jornalistas que mais seriamente se dedica aos incêndios florestais, revelou-nos, ontem, que apenas 31% (menos de um terço) das causas dos fogos se podem atribuir a incendiários. Transformar estes 30% na grande maioria é ignorar as causas naturais, as causas ambientais e o desordenamento total do território. É fácil e barato, mas não é verdade. Luís Montenegro teve horas mais felizes.

ELEIÇÕES
Segundo o "Correio da Manhã", caso não haja Orçamento do Estado Marcelo marca eleições. É chantagem ou determinação? Muda a atitude um pouco infantil dos líderes ou mantêm-nos na pirraça?

ESFAQUEAMENTO
O que leva um miúdo de 12 anos a esfaquear colegas da sua escola sem ter qualquer razão para o fazer? Distúrbios ou maldade? Ou a maldade é um distúrbio? O certo é que o crime foi premeditado, tanto mais que o rapaz se muniu com o colete antibalas do pai. Talvez esperasse uma reação mais dura; talvez, até, necessitasse dela.

MAIS BIRRAS
Não sou favorável à eutanásia, mas menos sou aos artifícios que a AD tem feito para não promulgar uma lei aprovada na AR. Hoje é o suicídio medicamente assistido... amanhã pode ser algo mais importante.

O CARGO
Maria Luís tem um cargo importante ou totalmente dispensável? Não sei. Mas, a avaliar pelo que tenho lido e ouvido, sou o único a não saber. Os socialistas, com o seu patriotismo inequívoco, aproveitaram para dizer que tivemos sorte com a comissária espanhola... Sorte, sorte, tivemos em Ursula von der Leyen se manter como presidente da Comissão, mas esta é apenas a minha opinião.

TEMIDO
Na campanha, em Portugal, foi moderada no que toca a Israel. Mal se apanhou em Bruxelas, quase quer cortar relações com os israelitas, pedindo a suspensão do acordo de associação entre a UE e Israel. E assim, garbosamente, ao lado de Catarina Martins, enviou uma carta aberta à Comissão e a Josep Borrell a pedir sanções e o fim do acordo. E eis como o nosso PS, *malgré* Francisco Assis, se coloca em braços duvidosos.

PAGERS* E *WALKIES
A nova arma israelita, que faz explodir *pagers* e *walkie-talkies* e alguns dos seus proprietários, é surpreendente. Após ter feito o mesmo com telemóveis, impedindo Hamas e Hezbollah de os usar, alarga a esfera na comunicação. Alguém no mundo está seguro?


FOTO RUI DUARTE SILVA

TERRA, ÁGUA, AR E FOGO

Os quatro elementos fundamentais, apesar de antigos e ultrapassados, têm andado muito presentes nas nossas vidas esta semana.

Acordei na madrugada de segunda-feira com um barulho infernal. O vento vergava as árvores e obrigava os seus maiores ramos a bater na casa. Bem sei que posso parecer um daqueles entrevistados da televisão, mas nunca tinha visto (e ouvido) nada assim. Mais tarde, a TV informava que havia fogo (ou lume, como por ali se diz) lá para Albergaria e Sever do Vouga... enfim, ainda era longe, mas quem perscrutasse por trás dos montes que nos separam já via as nuvens de fumo, pretas como breu, a avolumar-se.

Depois foi Penalva do Castelo, terra de excelência do vinho do Dão, e a aldeia de Esmolfe, berço da maçã que leva o seu nome. E Nelas; o fogo aproximava-se. De repente, um helicóptero passa por cima e ouve-se a sirene de um carro de bombeiros. Pronto! Deflagrou em Vila Cova à Coelheira, terra de roteiro sefardita no concelho de Vila Nova de Paiva. Da porta da minha casa ao local onde andava o lume em breve era coisa para não mais de três quilómetros. E em Mões — que, sendo já Castro Daire, não fica a mais de cinco. Parecia quase noite em pleno dia e o zumbido do fogo, cavo e ameaçador, já se ouvia.

Quando eu era miúdo, há mais de 60 anos, os sinos tocariam a rebate e as pessoas (que ainda as havia novas e cheias de força) correriam ao lume e com mantas, sachos e forquilhas tentavam afastar a besta. Raros eram os bombeiros, não havia proteção civil, telemóveis, telefones ou mesmo eletricidade e estradas. Em contrapartida, os terrenos estavam limpos, rapados de tudo o que fosse combustível, porque os homens e mulheres o apanhavam para eles próprios... Agora? Ó aldeia de reformados, quase deserta, em que os novos compram a lenha e as pinhas no supermercado, quando não usam *pellets* para se aquecer. Vivemos todos melhor, graças a Deus e ao Estado social. Por isso o que dantes era uma fatalidade, quem sabe se castigo do mesmo Deus, hoje deixou de o ser.

As conversas nas aldeias e vilas não variam (só no vernáculo). Há quem ande a botar lume nas florestas; isso é certo. Honestamente, a mim parece-me que existem casos desses, mas a maioria dos incêndios não se deve a mão humana. A facilidade desta explicação favorece a sua disseminação. Mas quem vir montes ermos, cheios de pinheiros plantados pelo Estado Novo nos baldios, não entende a razão de alguém se dar ao trabalho de lá ir atear o que seja. Porém, a mão pesada para aqueles que se prova serem incendiários é absolutamente necessária. O ato é, em si, criminoso; provoca alarme social e, inclusive, é assassino. Merece castigo dos maiores.

No entanto, há que dizer que basta andar numa estrada que esteve fechada e reabriu (a A24, por exemplo) para entender que aprendemos alguma coisa com 2017. Vê-se vigilância (GNR, concessionários, municípios) junto às áreas onde o fogo pode ressurgir. Há mais coordenação e o SIRESP não falhou. Algumas lições retiradas pelo Governo em 2017 notam-se. Porém, as mais importantes persistem e não podiam ter mudado sem uma reforma profunda e difícil: podemos resumi-la em dois grupos.

O primeiro é a organização territorial; após acabarem as províncias (isto era Beira Alta), acabaram os distritos (era Viseu). Agora o meu concelho é da Comunidade Intermunicipal Beira-Dão-Lafões, da região Centro. Mas o concelho ao lado, com o qual sempre teve interações (até no domínio dos centros de saúde), é da sub-região Douro da região Norte, aliás como outro com o qual confina. Os três municípios (Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira e Sernancelhe) foram denominados Terras do Demo por Aquilino e têm, aliás, uma parte do espólio do escritor. Isto repete-se por todo o país; teria sido bom que quem desenhou estes mapas se lembrasse de coisas básicas... como conhecer as terras e as gentes. Naturalmente, tudo isto atrapalha os relacionamentos, apoios e ligações entre terras. Digamos que uma faúlha da região Centro, de Viseu-Dão-Lafões, pode incendiar a região Norte, Área Metropolitana do Porto, ou seja, o concelho de Arouca...

O segundo, e com ele ligado, é a micropropriedade. Pode haver um terreno cuidadíssimo ao lado de outro desmazelado e cheio de matéria carburante. É inútil ter 10 propriedades amanhadas se houver uma descuidada. Mais do que o cadastro das terras (que já começou, e bem), é preciso impor zonas de ação comum, de amanho combinado. Nem que seja à força. Quanto à falta de meios, parece-me mais um mito fruto do desespero das populações do que uma realidade. Haverá sempre meios a menos para uma calamidade extrema.

hmonteiroexpresso@gmail.com



Este é o momento de fazermos a reforma há muito adiada da floresta

António Costa (1961)
Ex-primeiro-ministro (2015-2024) e escolhido como presidente do Conselho Europeu, para janeiro de 2025. A frase foi dita depois dos incêndios de Pedrógão, em 2017

ANTES QUE ME ESQUEÇA



COMBATE?
Dizem os especialistas em incêndios florestais que estes não se combatem, previnem-se. Têm seguramente razão. Por muito que vejamos aviões e helicópteros a despejar toneladas de água, homens e mulheres estafados a tentar salvar casas, animais e pessoas, máquinas a remover o material inflamável, o certo é que uma folha de eucalipto ou uma pinha podem alargar em centenas de metros, ou mesmo um quilómetro, o perímetro do fogo; se auxiliados por ventos fortes, a distância é ainda maior. Os populares queixam-se de falta de meios, mas não é mais do que um mito (neste caso, um mito rural) — por muitos Canadair e helicópteros, por mais máquinas de rastro ou mangueiras e homens e mulheres para as manobrar que existam, o fogo leva a sua avante; ora se esconde rente à terra, ora irrompe em chamas. Terra e fogo que, com o ar, o vento, dominam a água. O calor é tanto que esta chega na forma de vapor aos locais mais acesos da fornalha em que se transformam as matas. É hercúlea a tarefa. Senão impossível, caso o clima não der uma ajuda.



VALOR
Quando se pôs fim aos baldios, contra a vontade e a luta dos povos, que Aquilino Ribeiro descreveu em "Quando os Lobos Uivam", encheram-se aqueles cabeços de pinheiros. Ora o pinheiro, na época em que um vasinho apanhava a resina, a seiva que 'sangrava' do seu tronco, tinha algum valor económico. Hoje não tem. Após o 25 de Abril, culparam-se os madeireiros, que pegavam fogo para comprar madeira mais barata; fizeram-se leis para impedir tal negócio, mas os incêndios não acabaram. Agora o problema é outro: mudou-se a natureza das terras (de pastorícia para pinhais e eucaliptais) e a vontade dos homens. O pinho e o eucalipto nem boa madeira são; não se percebe quem beneficia com os fogos em zonas inóspitas, salvo o tolo da aldeia ou o pirómano de manicómio. O problema está em dar valor à floresta organizando-a; dar valor ao combustível que gera. Saber-se a quem pertence cada parcela e, quem não a quiser, fazê-la reverter para as autarquias; criar uma cadeia de valor para a floresta que não seja só as celuloses (em cujas matas nada arde, porque cada uma tem valor para fabricar papel).



AUTÓCTONE
Tenho uns carvalhos e uns castanheiros mais velhos do que eu possa lembrar-me ou saber. Se os olharem, verão por que é difícil atear-lhes fogo, ao contrário dos nórdicos pinheiros e australianos eucaliptos: estão cheios de hera, criam musgo no solo. Nada como a natureza para nos ensinar.



Ricardo Costa

Chovem gatos e cães

No fim da tarde de quarta-feira, um dos mais poderosos sindicatos norte-americanos decidiu, pela primeira vez desde 1996, não declarar apoio a nenhum candidato presidencial.

O sindicato Teamsters representa 1,3 milhões de trabalhadores e tem raízes no poderoso sector dos camionistas. Hoje associa os interesses de muitas outras profissões, sobretudo ligadas aos transportes e logística.

Nas últimas seis eleições, o sindicato apoiou sempre o candidato democrata. Desta vez ficou a meio da estrada. No comício dessa noite, Donald Trump anunciou isso como uma grande notícia. E foi uma grande notícia.

Nessa mesma noite, Trump teve um comício em Nova Iorque onde a decisão do sindicato foi relembrada como um grande trunfo: como podem ver, os trabalhadores ameaçados pela globalização estão comigo. De seguida, Trump foi o convidado principal do programa de Greg Gutfeld, na FOX News, onde relembrou que 60% dos membros do Teamsters estavam com ele e contra Kamala.

Comer animais de estimação é uma grande mentira. Mas é uma grande metáfora para o que Trump quer fazer passar

Em Portugal, Gutfeld é um quase desconhecido. Mas o seu *late night show* é mais visto que os que têm fama aquém-Atlântico. Se alguém quiser perceber porque se vota Trump, é melhor não ver Jon Stewart, Jimmy Fallon, Stephen Colbert ou Jimmy Kimmel. Basta ver Gutfeld no seu *show* ou no "The Five". Ele é a maior estrela do cabo americano em 2024.

Tudo isto aconteceu uma semana depois do debate presidencial, onde Kamala Harris surpreendeu pela eficácia e Donald Trump surpreendeu pelo regresso ao mais básico e profundo nativismo.

A ideia de que os imigrantes de Springfield comem gatos e cães é tão absurda e falsa que deixou toda a gente a falar disso. Mas quem seguir os discursos de Trump e as réplicas dos seus apoiantes percebe que esse era o verdadeiro objetivo de uma ideia tão tosca.

Na esteira do mito urbano, surge a verdadeira discussão sobre uma cidade que já foi próspera, que se afundou na decadência e quando começou a recuperar fábricas e empregos viu chegar 20 mil imigrantes (a maior parte do Haiti), subir os preços das casas e baixar os salários. Springfield é uma grande mentira, mas é também uma grande metáfora da campanha de Trump, o combustível de *memes* e piadas que obrigam tudo e todos a girar em torno disso.

rcosta@expresso.impresa.pt

131 mil casas acordadas com câmaras

Acordos foram assinados pelo anterior Governo. Faltava definir verbas para 68 mil

Entre o anterior Governo e o atual tem havido uma guerra de números em torno da construção e reabilitação de habitação pública. Tendo como base os acordos de financiamento assinados com as autarquias e o investimento assegurado, haverá um explodir do número de casas nos próximos anos se as promessas forem cumpridas. Há neste momento 131 mil casas comprometidas com câmaras ao abrigo do programa 1º Direito, 127 mil vinham do anterior Governo. Mas ainda não estão garantidas.

No fim de março, terminaram as candidaturas para o financiamento ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e as câmaras candidataram muito mais do que as 26 mil abrangidas no plano, registando quase 59 mil candidaturas. Na semana passada, o ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, anunciou um reforço de €2,8 mil milhões do Orçamento do Estado (OE) para, além do PRR, financiar as restantes 33 mil casas (cujo financiamento estava assegurado pelos acordos), que o primeiro-ministro anunciou como "mais 33 mil novos fogos".

Como o PRR financia apenas 26 mil casas, o Governo anunciou que irá financiar mais 10 mil a fundo perdido, com verbas do OE e as restantes 23 mil serão financiadas a 60% até 2030, o restante é pago pelas câmaras. O Governo promete, aliás, que estas terão um "financiamento com condições muito mais favoráveis" ao existente.

A Associação de Municípios diz que não foi consultada sobre a nova estratégia do Governo para a habitação

Fica a faltar definir como irá o Estado cumprir os compromissos para as restantes 68 mil habitações. Ainda esta semana, a presidente da Associação Nacional de Municípios (ANMP), Luísa Salgueiro, disse nada saber sobre a intenção do Governo, uma vez que a ANMP não foi consultada.

Questionado pelo Expresso, o Ministério da Infraestruturas e Habitação diz que até março deste ano as casas aprovadas eram de 127 mil, mas que apenas "havia dotação orçamental para 26 mil" e "insuficiente", uma vez que, dado o aumento do preço da construção, foi preciso injetar mais €800 milhões para as do PRR.

Quanto às restantes, o gabinete de Pinto Luz põe água na fervura e diz que "a implementação de todas as soluções habitacionais previstas", "depende das condições financeiras já desbloqueadas", mas também "da capacidade construtiva instalada no sector da construção". E alerta que "as necessidades identificadas nas Estratégias Locais de Habitação são dinâmicas, pelo que as famílias identificadas são atualizadas periodicamente". Ou seja, podem mudar.

Os novos mísseis de um grande ditador



COREIA DO NORTE Kim Jong-un, líder da Coreia do Norte, assistiu a um ensaio com um novo míssil balístico tático, quinta-feira, segundo a agência oficial do regime totalitário comunista, KCNA. O projétil carrega ogivas de grande dimensão, respondendo à necessidade invocada pelo ditador de aumentar o arsenal do país face a inimigos externos. O país também revelou pela primeira vez que tem instalações para enriquecer urânio. FOTO KCNA/REUTERS

Corte de juros nos EUA anima bolsas

Descida de meio ponto percentual pela Reserva Federal retirou mercados do vermelho

O corte nos juros em meio ponto percentual (50 pontos-base, na linguagem técnica) anunciado pela Reserva Federal (Fed), o banco central dos Estados Unidos, na quarta-feira, depois de uma primeira reação negativa nas bolsas de Nova Iorque no próprio dia, desencadeou no dia seguinte uma onda de ganhos à escala mundial. O índice mundial já tinha subido mais de 1,7% ontem à hora de fecho desta edição, com destaque para subidas acima de 2% em Istambul, Hong Kong, Paris, Tóquio e no Nasdaq, a bolsa das tecnológicas em Nova Iorque. Escaparam ontem a esta onda verde global as bolsas de Lisboa, onde o índice PSI caiu mais de meio ponto percentual, Telavive e Moscovo.

O impulso dado pela descida dos juros pelo principal banco central do mundo levou a uma reviravolta no índice mundial, que permanecia no vermelho em termos mensais. Com os ganhos de ontem, os mercados de ações livraram-se das perdas que tinham acumulado desde a crise bolsista global na primeira semana de setembro e passaram a terreno positivo.

A Fed, com algum atraso em relação ao Banco Central Europeu e ao Banco de Inglaterra, decidiu, na quarta-feira, com um voto contra, iniciar um ciclo de corte nos juros com uma descida robusta que esteve em linha com as previsões dos mercados. Os juros norte-americanos estão, agora, no intervalo entre 4,75% e 5%, o que compara com 3,65% na zona euro e 5% no Reino Unido. As projeções avançadas pelos decisores da Fed apontam para um corte adicional de mais meio ponto percentual até final do ano.

Expresso

Sexta-feira 20 de setembro de 2024

20 09

#2708
expresso.pt

Últimas

Acesso à saúde a 75 mil utentes O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que dá "acesso à medicina geral e familiar a 75 mil pessoas" sem médico de família. Até ao final do ano, utentes das Unidades Locais de Saúde de Amadora/Sintra e Lisboa Ocidental passam a ter acesso ao Hospital de Cascais (PPP).

Santa Casa procura nova receita A Santa Casa de Lisboa vai inaugurar uma residência para todas as idades em Monsanto que irá render €2,5 milhões ao ano, como parte do plano de reestruturação.

Começa vacinação sazonal Proteção contra a gripe e a covid-19 tem início com um total de 4,6 milhões de vacinas para administrar em centros de saúde e farmácias. Dose reforçada contra a gripe é alargada a toda a população a partir dos 85 anos.

CA Seguros investiga incêndio no Prior Velho Seguradora do Crédito Agrícola admite que viatura por si coberta pode ter originado incêndio no parque de estacionamento do Prior Velho, que afetou 200 viaturas e causou prejuízos de mais de €3 milhões.

Mohamed Al-Fayed acusado de cinco violações O antigo dono do Harrods, que morreu no ano passado aos 94 anos, é acusado de violar cinco mulheres e de abusar sexualmente de pelo menos outras 15, todas suas ex-funcionárias, num novo documentário da BBC intitulado "Al-Fayed: Predador no Harrods".

PE reconhece Presidente venezuelano Para o Parlamento Europeu, Edmundo González é o legítimo Presidente da Venezuela. A decisão foi tomada com 309 votos a favor, 201 contra, 12 abstenções e quase 200 ausências. Entre os portugueses, apoiaram-na os deputados do PSD, CDS, Chega e cinco dos oito do PS, os únicos da respetiva família política europeia a votar sim: Francisco Assis, Isilda Gomes, Sérgio Gonçalves, André Rodrigues e Carla Tavares. PCP e BE votaram contra, a IL não participou.

Israelitas impedem atentado contra Netanyahu Os serviços de segurança israelitas divulgaram que um cidadão israelita foi detido, em agosto, suspeito de participar num plano para matar Benjamin Netanyahu, com o apoio do Irão.

Torre da Sagrada Família em 2025 A torre mais alta do famoso monumento de Barcelona ficará pronta no próximo ano, anunciou Xavier Martínez, diretor das obras do templo desenhado por Antoni Gaudí.

Barnier planeia Governo com 38 membros O primeiro-ministro francês prevê que o seu Executivo tenha 38 membros, dos quais 16 serão ministros, revelou o seu antecessor, Gabriel Attal, após reunião entre ambos. Serão liberais, conservadores e centristas. Michel Barnier promete ainda não aumentar impostos.